

Marcelino Gomes de Araújo; Maurício Aires Vieira;
Carlos Daniel Chaves Paiva; Luan Jardel Costa do Nascimento;
Claudiana Maria da Costa; Tamires Cristina Bonani Conti;
Cristiane de Oliveira Cavalcante; Francisca Eliane Santos Forte;
Lidiane da Silva Rogério Mota
(Organização)

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

DAS TEORIAS CLÁSSICAS ÀS PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS




Editora
DUCERE

Marcelino Gomes de Araújo; Maurício Aires Vieira;
Carlos Daniel Chaves Paiva; Luan Jardel Costa do Nascimento;
Claudiana Maria da Costa; Tamires Cristina Bonani Conti;
Cristiane de Oliveira Cavalcante; Francisca Eliane Santos Forte;
Lidiane da Silva Rogério Mota
(Organização)

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

DAS TEORIAS CLÁSSICAS ÀS PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS



2025 – Editora Ducere

www.ducere.com.br

editoraducere@gmail.com

Organizadores

Marcelino Gomes de Araújo; Maurício Aires Vieira;
Carlos Daniel Chaves Paiva; Luan Jardel Costa do Nascimento;
Claudiana Maria da Costa; Tamires Cristina Bonani Conti;
Cristiane de Oliveira Cavalcante; Francisca Eliane Santos Forte; Lidiane da Silva Rogério Mota

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Ducere

Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG
Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT
Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG
Me. Ronei Aparecido Barbosa, Instituto Federal Minas Gerais, IFSULDEMINAS
Dr. Fabrício dos Santos Ritá, Instituto Federal Minas Gerais, IFSULDEMINAS
Dr. Claudiomir Silva Santos, Instituto Federal Minas Gerais, IFSULDEMINAS
Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF
Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC
Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC
Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR
Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC
Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF
Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA
Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663h	História da Educação: das teorias clássicas às práticas contemporâneas / Marcelino Gomes de Araújo; Maurício Aires Vieira; Carlos Daniel Chaves Paiva; et. al. (organizadores). – Formiga (MG): Editora Ducere, 2025. 123 p. : il. PDF Vários organizadores. Inclui bibliografia ISBN 978-65-83222-13-8 DOI: 10.5281/zenodo.14957545 1. Educação. 2. Educação, pesquisa e tópicos relacionados. I. Araújo, Marcelino Gomes de. II. Vieira, Maurício Aires. III. Paiva, Carlos Daniel Chaves. IV. Título.
	CDD: 370.7 CDU: 37

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ducere
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.ducere.com.br
editoraducere@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.ducere.com.br/2025/03/historia-da-educacao-das-teorias.html>



**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO:
DAS TEORIAS CLÁSSICAS ÀS PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS**

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO:
DAS TEORIAS CLÁSSICAS ÀS PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS**

**Marcelino Gomes de Araújo
Maurício Aires Vieira
Carlos Daniel Chaves Paiva
Luan Jardel Costa do Nascimento
Claudiana Maria da Costa
Tamires Cristina Bonani Conti
Cristiane de Oliveira Cavalcante
Francisca Eliane Santos Forte
Lidiane da Silva Rogério Mota
(Organização)**

Autores

Ana Julia Torres de Lacerda Fraz

Andrws Aires Vieira

Evelyn Aida Tonioli Valente

Everton Vieira Ribeiro

Flávio Augusto de Freitas

Marcia Precila Medeiros Motta

Marcio de Oliveira Santiago Filho

Maurício Aires Vieira

Tamires Cristina Bonani Conti

Weider Silva Pinheiro

Wilson de Andrade Freitas

APRESENTAÇÃO

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento das sociedades e a formação dos indivíduos. Desde os primórdios da humanidade, a necessidade de transmitir conhecimentos, valores e habilidades tem sido uma constante, ainda que os métodos e os propósitos tenham variado conforme os contextos históricos, culturais e políticos. Ao longo dos séculos, diferentes civilizações desenvolveram formas de ensinar e aprender, influenciadas por fatores filosóficos, religiosos, econômicos e sociais. Compreender essa trajetória não apenas amplia nosso conhecimento sobre o passado, mas também nos permite refletir criticamente sobre os desafios e possibilidades da educação na atualidade.

O e-book “História da Educação: Das Teorias Clássicas às Práticas Contemporâneas” tem como objetivo explorar as transformações do pensamento educacional ao longo da história, destacando as contribuições de grandes teóricos e os impactos das mudanças sociais na configuração dos sistemas educacionais. Para isso, a obra está estruturada em sete capítulos, cada um abordando um período ou um eixo temático fundamental para a compreensão da educação.

O primeiro capítulo apresenta as origens históricas do pensamento educacional, revisitando os sistemas de ensino da Antiguidade e suas influências filosóficas. Em seguida, no segundo capítulo, discute-se o surgimento das primeiras teorias modernas de ensino e aprendizagem, abordando a transição do ensino escolástico para abordagens mais centradas no sujeito. No terceiro capítulo, analisam-se as grandes teorias pedagógicas e seus principais representantes, como Comenius, Rousseau, Dewey, Montessori e Freinet, cujas ideias transformaram a forma como a educação é concebida.

A relação entre educação, política e economia é tema do quarto capítulo, no qual se examina a influência de fatores estruturais na organização da escola e na formulação das políticas educacionais. No quinto capítulo, o foco recai sobre a história da educação no Brasil, desde o período colonial até os desafios atuais. O sexto capítulo aprofunda-se nos novos paradigmas educacionais do século XXI, considerando os impactos da revolução digital e das novas abordagens pedagógicas. Por fim, o sétimo capítulo discute

as perspectivas e desafios para o futuro da educação, destacando a necessidade de inovação e adaptação às demandas contemporâneas.

Este livro destina-se a pesquisadores, professores, estudantes e todos aqueles que se interessam pelo papel da educação na sociedade. Ao longo dos capítulos, propõe-se uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento histórico da educação e sua influência na construção dos modelos pedagógicos atuais. Mais do que um resgate histórico, a obra convida o leitor a pensar sobre como a escola pode evoluir e se transformar para responder às necessidades do mundo contemporâneo.

Boa leitura!
Os organizadores!

SUMÁRIO

Capítulo 1		
ORIGENS HISTÓRICAS DO PENSAMENTO EDUCACIONAL		
<i>Flávio Augusto de Freitas; Ana Julia Torres de Lacerda Fraz; Wilson de Andrade Freitas; Everton Vieira Ribeiro</i>		11
<hr/>		
Capítulo 2		
O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS TEORIAS MODERNAS SOBRE ENSINO E APRENDIZAGEM: ALGUMAS REFLEXÕES		
<i>Tamires Cristina Bonani Conti; Ana Julia Torres de Lacerda Fraz; Everton Vieira Ribeiro; Marcio de Oliveira Santiago Filho</i>		27
<hr/>		
Capítulo 3		
O MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA E A PEDAGOGIA PROGRESSISTA		
<i>Weider Silva Pinheiro; Evelyn Aida Tonioli Valente</i>		43
<hr/>		
Capítulo 4		
EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL ÀS REFORMAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS		
<i>Weider Silva Pinheiro; Evelyn Aida Tonioli Valente</i>		59
<hr/>		
Capítulo 5		
EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA COLONIZAÇÃO À ATUALIDADE		
<i>Weider Silva Pinheiro; Evelyn Aida Tonioli Valente</i>		74
<hr/>		
Capítulo 6		
NOVOS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI		
<i>Weider Silva Pinheiro; Evelyn Aida Tonioli Valente</i>		90
<hr/>		
Capítulo 7		
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NO FUTURO: TENDÊNCIAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES		
<i>Tamires Cristina Bonani Conti; Maurício Aires Vieira; Marcia Precila Medeiros Motta; Andrws Aires Vieira</i>		107
<hr/>		
INFORMAÇÕES SOBRE OS ORGANIZADORES DA OBRA		122

CAPÍTULO 1

ORIGENS HISTÓRICAS DO PENSAMENTO EDUCACIONAL

DOI: 10.5281/zenodo.14957440

Flávio Augusto de Freitas¹

Ana Julia Torres de Lacerda Fraz²

Wilson de Andrade Freitas³

Everton Vieira Ribeiro⁴

RESUMO

Este capítulo analisa as origens históricas do pensamento educacional, investigando como diferentes sociedades estruturaram processos de ensino e aprendizagem ao longo da história. O objetivo principal é compreender a evolução da educação desde a Antiguidade até a Idade Média, destacando as influências filosóficas, culturais e políticas que moldaram suas concepções. A metodologia utilizada baseia-se em pesquisa bibliográfica, já o referencial teórico fundamenta-se na história da educação e na filosofia da educação, explorando a interseção entre conhecimento, pedagogia e sociedade. Os principais resultados indicam que a educação, desde suas primeiras formas, foi profundamente influenciada por valores religiosos, políticos e econômicos, variando conforme o contexto histórico. Na Grécia Antiga, a formação do cidadão era central, enquanto em Roma, a educação visava à administração do império. Já na Idade Média, o ensino foi dominado pela Igreja, reforçando a transmissão de valores cristãos. A discussão evidencia como essas concepções iniciais influenciaram os sistemas educacionais modernos. Nas considerações finais, ressalta-se a relevância do estudo das origens do pensamento educacional para compreender os desafios atuais da educação. O capítulo contribui para a reflexão sobre a continuidade e a transformação dos modelos

¹ Especialista em Matemática. Unigranrio. flavio.freitas@ifsudestemg.edu.br.

² Especialista em Gestão e Supervisão com Docência no Ensino Superior. FAEME (Faculdade Evangélica do Meio Norte). anajulia0753@gmail.com.

³ Especialista em Docência do Ensino Superior. Faculdade de Teologia Hokemãh - FATEH. wilsonteologo77@gmail.com.

⁴ Mestre em Educação. Universidad Europea del Atlántico - UNEATLANTICO. e_ribeiro20@hotmail.com.

pedagógicos ao longo da história, fornecendo subsídios para repensar práticas educacionais contemporâneas.

Palavras-chave: Educação, Filosofia da Educação, História da Educação, Pensamento Pedagógico.

Introdução

A educação, enquanto prática social, sempre esteve intimamente ligada aos valores, crenças e estruturas de poder das sociedades em que se desenvolveu. Desde os primórdios da civilização, os processos de ensino e aprendizagem foram moldados por necessidades coletivas, como a transmissão de conhecimentos, a formação de cidadãos e a manutenção da ordem social. Como afirma Aranha (2006, p. 15), "a educação é um fenômeno universal, presente em todas as culturas, mas assume formas específicas conforme o contexto histórico e cultural". Este capítulo tem como objetivo explorar as origens históricas do pensamento educacional, analisando como diferentes sociedades – da Antiguidade à Idade Média – estruturaram seus sistemas de ensino e quais influências filosóficas, culturais e políticas os orientaram.

Na Grécia Antiga, a educação estava profundamente ligada à formação do cidadão e ao ideal de paideia, que buscava o desenvolvimento integral do indivíduo em suas dimensões física, intelectual e moral. Em Atenas, a educação era voltada para a formação de cidadãos capazes de participar ativamente da vida política e cultural da polis. Filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles desempenharam um papel central na definição dos princípios educacionais, defendendo a importância da razão, da virtude e da busca pelo conhecimento. Como destaca Cambi (1999, p. 45), "a paideia grega representava um ideal de formação humana que buscava harmonizar o corpo, a mente e a alma, preparando o indivíduo para a vida em sociedade".

Já em Esparta, a educação tinha um caráter mais pragmático, focada na formação de guerreiros e na manutenção da ordem militar. A educação espartana era rigorosa e disciplinada, refletindo os valores de uma sociedade voltada para a guerra e a defesa do território. Segundo Manacorda (2010, p. 32), "a educação espartana era um instrumento de controle social, destinado a formar soldados leais e disciplinados, capazes de defender o Estado a qualquer custo". Essa dualidade entre Atenas e Esparta ilustra como

a educação pode assumir diferentes funções, dependendo dos valores e das necessidades de cada sociedade.

Em Roma, a educação tinha um caráter mais utilitário, voltado para a formação de administradores e líderes capazes de governar o vasto império. A influência grega foi significativa, mas os romanos adaptaram os princípios educacionais às suas necessidades políticas e sociais. A retórica e o direito eram pilares da educação romana, refletindo a importância da persuasão e da organização jurídica na manutenção do poder imperial. Como observa Narodowski (2001, p. 78), "a educação romana era essencialmente prática, voltada para a formação de líderes capazes de administrar um império em constante expansão".

Com a queda do Império Romano e a ascensão do cristianismo, a educação na Idade Média passou a ser dominada pela Igreja. O ensino estava centrado na transmissão de valores cristãos e na formação de clérigos, que eram os principais detentores do conhecimento. As escolas monásticas e catedrais tornaram-se os principais espaços de aprendizagem, onde se estudavam textos religiosos, filosofia escolástica e as sete artes liberais (trivium e quadrivium). Segundo Ghiraldelli Jr. (2006, p. 92), "a educação medieval era profundamente influenciada pela religião, sendo a Igreja a principal responsável pela preservação e transmissão do conhecimento".

Filósofos como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino desempenharam um papel crucial na integração entre fé e razão, defendendo que a educação deveria servir tanto à salvação espiritual quanto ao desenvolvimento intelectual. Como afirma Saviani (2013, p. 67), "a filosofia escolástica buscava conciliar a fé cristã com a razão filosófica, criando um sistema educacional que valorizava tanto o conhecimento divino quanto o humano". Essa perspectiva influenciou profundamente a educação medieval, consolidando a Igreja como a principal instituição educativa da época.

As concepções educacionais da Antiguidade e da Idade Média deixaram um legado duradouro para os sistemas educacionais modernos. Da Grécia, herdamos a ideia de uma educação integral, que busca desenvolver todas as dimensões do ser humano. De Roma, veio a ênfase na formação prática e na organização sistemática do ensino. Já a Idade Média nos legou a noção de educação como um instrumento de transmissão de valores e de manutenção da ordem social. Como destaca Carvalho (2021, p. 23), "as raízes da educação moderna estão profundamente enraizadas nas práticas e nos ideais educacionais da Antiguidade e da Idade Média".

No entanto, a educação não é um fenômeno estático, mas dinâmico, que se transforma conforme as mudanças sociais, políticas e culturais. Como observa Souza e Valdemarin (2022, p. 45), "a história da educação é marcada por continuidades e rupturas, que refletem as transformações das sociedades ao longo do tempo". Nesse sentido, o estudo das origens históricas do pensamento educacional nos permite compreender como a educação foi moldada por diferentes contextos e como esses contextos influenciaram os sistemas educacionais que conhecemos hoje.

Este capítulo busca, portanto, resgatar as origens históricas do pensamento educacional, analisando as principais características da educação na Antiguidade e na Idade Média. A partir de uma abordagem histórica e filosófica, pretende-se compreender como as concepções educacionais desses períodos influenciaram os modelos pedagógicos modernos e contemporâneos. Como afirma Almeida e Silva (2023, p. 12), "compreender a história da educação é essencial para refletir sobre os desafios atuais e para construir práticas pedagógicas mais inclusivas e transformadoras".

A metodologia utilizada neste capítulo baseia-se em pesquisa bibliográfica, com foco em obras clássicas e recentes que abordam a história e a filosofia da educação. O referencial teórico inclui autores como Vygotsky, Saviani, Aranha e Manacorda, que oferecem insights valiosos sobre a evolução do pensamento educacional. Além disso, serão utilizadas obras recentes, como as de Carvalho (2021) e Ribeiro (2023), que trazem perspectivas atualizadas sobre o tema.

A Educação na Antiguidade: Grécia e Roma

A educação na Antiguidade foi marcada por diferentes concepções e práticas, refletindo os valores e as necessidades das sociedades grega e romana. Na Grécia Antiga, a educação estava profundamente ligada à formação do cidadão e ao ideal de paideia, que buscava o desenvolvimento integral do indivíduo em suas dimensões física, intelectual e moral. Em Atenas, a educação era voltada para a formação de cidadãos capazes de participar ativamente da vida política e cultural da polis. Filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles desempenharam um papel central na definição dos princípios educacionais, defendendo a importância da razão, da virtude e da busca pelo conhecimento. Como destaca Cambi (1999, p. 45), "a paideia grega representava um

ideal de formação humana que buscava harmonizar o corpo, a mente e a alma, preparando o indivíduo para a vida em sociedade".

Essa perspectiva de educação como um caminho para a excelência humana (areté) continua a inspirar propostas pedagógicas que buscam desenvolver não apenas habilidades cognitivas, mas também éticas e emocionais. Como observa Saviani (2013, p. 78), "a educação grega nos legou a noção de que o verdadeiro conhecimento não se limita à acumulação de informações, mas envolve a construção de uma vida virtuosa e significativa". Esse legado nos convida a repensar os objetivos da educação contemporânea, reforçando a importância de formar indivíduos capazes de agir com sabedoria, responsabilidade e empatia em um mundo em constante transformação.

Já em Esparta, a educação tinha um caráter mais pragmático, focada na formação de guerreiros e na manutenção da ordem militar. A educação espartana era rigorosa e disciplinada, refletindo os valores de uma sociedade voltada para a guerra e a defesa do território. Segundo Manacorda (2010, p. 32), "a educação espartana era um instrumento de controle social, destinado a formar soldados leais e disciplinados, capazes de defender o Estado a qualquer custo". Essa dualidade entre Atenas e Esparta ilustra como a educação pode assumir diferentes funções, dependendo dos valores e das necessidades de cada sociedade.

A educação espartana, embora voltada para a formação militar, também deixou um legado importante ao destacar a importância da disciplina, da resistência física e do trabalho em equipe. Esses valores, embora aplicados em um contexto extremo, continuam a influenciar práticas educacionais que buscam desenvolver a resiliência e a cooperação entre os alunos. Como observa Ghiraldelli Jr. (2006, p. 58), "a educação espartana, apesar de seu caráter militarista, nos lembra que a formação do indivíduo não pode prescindir de aspectos como a disciplina e o compromisso com o coletivo". Esse legado nos convida a refletir sobre como equilibrar a formação individual com as demandas da sociedade, promovendo uma educação que prepare os alunos não apenas para o sucesso pessoal, mas também para a contribuição ao bem comum.

Em Roma, a educação tinha um caráter mais utilitário, voltado para a formação de administradores e líderes capazes de governar o vasto império. A influência grega foi significativa, mas os romanos adaptaram os princípios educacionais às suas necessidades políticas e sociais. A retórica e o direito eram pilares da educação romana, refletindo a importância da persuasão e da organização jurídica na manutenção do

poder imperial. Como observa Narodowski (2001, p. 78), "a educação romana era essencialmente prática, voltada para a formação de líderes capazes de administrar um império em constante expansão".

A educação romana também valorizava a formação moral e cívica, preparando os jovens para assumir papéis de liderança na sociedade. A figura do *pater familias* era central no processo educativo, responsável por transmitir valores e conhecimentos aos filhos. Além disso, a educação romana incluía o estudo das artes liberais, como a gramática, a retórica e a filosofia, que eram consideradas essenciais para a formação de um cidadão culto e refinado. Segundo Aranha (2006, p. 67), "a educação romana combinava elementos práticos e teóricos, preparando os jovens para a vida pública e para o exercício da cidadania". Para ilustrar essas diferenças e semelhanças, o Quadro 1 apresenta uma síntese comparativa entre os sistemas educacionais grego e romano

Quadro 1 - Comparação entre a Educação Grega e Romana.

Aspectos	Educação Grega (Atenas)	Educação Grega (Esparta)	Educação Romana
Objetivo Principal	Formação do cidadão (<i>paideia</i>)	Formação de guerreiros	Formação de líderes e administradores
Métodos	Desenvolvimento físico e intelectual	Treinamento militar rigoroso	Estudo da retórica e do direito
Influências	Filosofia e arte	Militarismo e disciplina	Cultura grega e pragmatismo
Papel do Professor	Filósofo e mentor	Instrutor militar	<i>Pater familias</i> e retórico
Conteúdos	Filosofia, música, ginástica	Técnicas de guerra	Artes liberais, direito
Legado	Ideal de formação humana integral	Disciplina e lealdade	Organização e administração

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar das diferenças entre a educação grega e romana, ambas compartilhavam o objetivo de formar indivíduos capazes de contribuir para a sociedade. Na Grécia, a ênfase estava no desenvolvimento integral do indivíduo, enquanto em Roma, o foco era a formação de líderes e administradores. Como destaca Saviani (2013, p. 89), "a educação

na Antiguidade refletia os ideais e as necessidades de cada sociedade, servindo tanto para a formação do indivíduo quanto para a manutenção da ordem social".

A Educação na Idade Média: O Domínio da Igreja

Com a queda do Império Romano e a ascensão do cristianismo, a educação na Idade Média passou a ser dominada pela Igreja, que se tornou a principal instituição responsável pela preservação e transmissão do conhecimento. O ensino estava centrado na transmissão de valores cristãos e na formação de clérigos, que eram os principais detentores do saber. As escolas monásticas e catedrais tornaram-se os principais espaços de aprendizagem, onde se estudavam textos religiosos, filosofia escolástica e as sete artes liberais (trivium e quadrivium). Como destaca Ghiraldelli Jr. (2006, p. 92), "a educação medieval era profundamente influenciada pela religião, sendo a Igreja a principal responsável pela preservação e transmissão do conhecimento".

A educação medieval, apesar de seu caráter religioso, também contribuiu para a preservação e o desenvolvimento do conhecimento científico e filosófico da Antiguidade. Os mosteiros e as catedrais não apenas copiavam e conservavam manuscritos antigos, mas também serviam como espaços de reflexão e produção intelectual.

A filosofia escolástica, desenvolvida por pensadores como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, desempenhou um papel crucial na integração entre fé e razão. Santo Agostinho defendia que a educação deveria servir à salvação espiritual, enquanto São Tomás de Aquino buscava conciliar a fé cristã com a razão filosófica, criando um sistema educacional que valorizava tanto o conhecimento divino quanto o humano. Segundo Saviani (2013, p. 67), "a filosofia escolástica buscava harmonizar a fé e a razão, criando um sistema educacional que preparava os indivíduos tanto para a vida espiritual quanto para a vida intelectual".

As sete artes liberais, divididas em trivium (gramática, retórica e dialética) e quadrivium (aritmética, geometria, astronomia e música), eram a base do currículo medieval. O trivium focava no desenvolvimento das habilidades linguísticas e argumentativas, enquanto o quadrivium abordava conhecimentos matemáticos e científicos. Como observa Aranha (2006, p. 78), "as artes liberais representavam a síntese do conhecimento medieval, combinando elementos da tradição clássica com os valores cristãos".

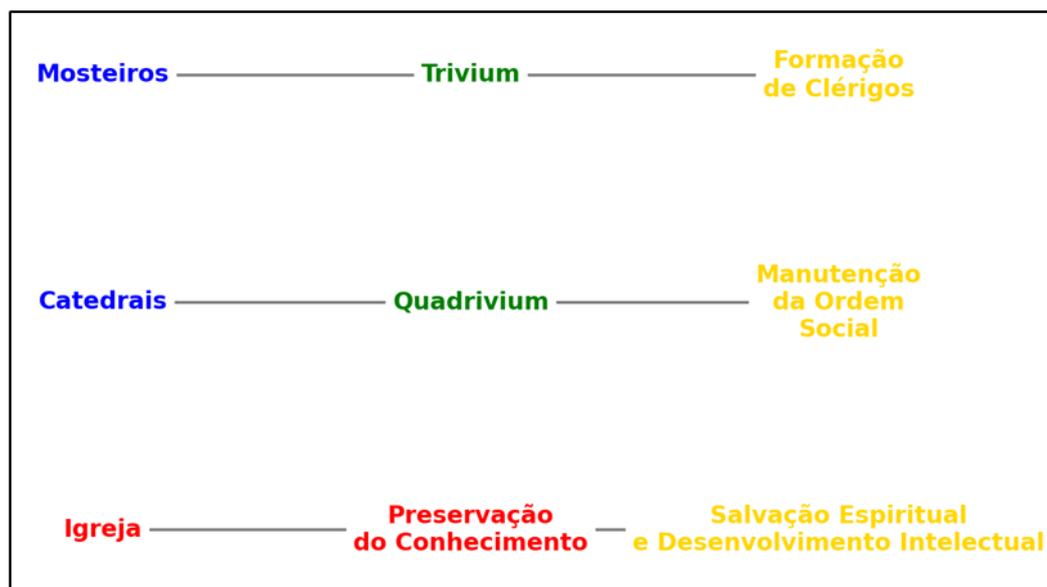
Enquanto o trivium preparava os estudantes para pensar, comunicar e argumentar de forma clara e coerente, o quadrivium os capacitava a compreender e interpretar o mundo natural por meio da matemática e das ciências. Como destaca Manacorda (2010, p. 102), "as artes liberais medievais nos lembram que a verdadeira educação não pode ser fragmentada, mas deve integrar diferentes áreas do conhecimento para formar indivíduos completos". Esse legado ressoa nos debates atuais sobre a necessidade de currículos que promovam a integração entre humanidades, ciências e artes, preparando os alunos para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

A educação medieval também era marcada pela hierarquia e pela disciplina, refletindo a estrutura social da época. Os mosteiros e as catedrais eram espaços de controle e ordem, onde os estudantes eram submetidos a uma rotina rigorosa de estudos e orações.

Essa ênfase na hierarquia e na disciplina, embora refletisse os valores de uma sociedade medieval rigidamente estratificada, também nos oferece insights sobre a importância da organização e do rigor no processo educativo. A rotina estruturada dos mosteiros e catedrais, que combinava estudos, orações e trabalho manual, demonstrava como a disciplina pode ser um instrumento para o desenvolvimento intelectual e espiritual.

Segundo Ghiraldelli Jr. (2006, p. 102), "a educação medieval, apesar de seu caráter controlador, nos ensina que a disciplina e a organização são fundamentais para a construção de um ambiente propício à aprendizagem". Esse legado nos convida a refletir sobre como equilibrar a rigidez necessária para o aprendizado eficaz com a flexibilidade que permite a criatividade e a autonomia dos alunos, preparando-os para os desafios de um mundo em constante mudança. Abaixo, a Figura 1 apresenta uma síntese das principais instituições, conteúdos e objetivos do período.

Figura 1 - Fluxograma da Educação Medieval.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo Manacorda (2010, p. 102), "a educação medieval era um instrumento de controle social, destinado a formar indivíduos leais à Igreja e à ordem estabelecida". Essa perspectiva influenciou profundamente a educação medieval, consolidando a Igreja como a principal instituição educativa da época.

Influências e Legados para a Educação Moderna

As concepções educacionais da Antiguidade e da Idade Média deixaram um legado duradouro para os sistemas educacionais modernos, influenciando práticas pedagógicas, estruturas curriculares e objetivos educacionais. Da Grécia Antiga, herdamos a ideia de uma educação integral, que busca desenvolver todas as dimensões do ser humano – física, intelectual e moral. Como destaca Cambi (1999, p. 45), "a paideia grega representava um ideal de formação humana que buscava harmonizar o corpo, a mente e a alma, preparando o indivíduo para a vida em sociedade". Esse ideal continua a inspirar propostas educacionais que valorizam o desenvolvimento do aluno.

Além disso, a paideia grega também introduziu a noção de que a educação deve ser um processo contínuo e reflexivo, voltado não apenas para a aquisição de conhecimentos, mas para a formação de cidadãos conscientes e participativos. Essa ideia ressoa nos princípios da educação moderna, que valorizam o pensamento crítico, a autonomia e a capacidade de reflexão. Como observa Aranha (2006, p. 56), "a educação

grega não se limitava à transmissão de conteúdos, mas buscava despertar no indivíduo a capacidade de questionar, argumentar e transformar a realidade". Esse legado nos convida a repensar práticas pedagógicas que priorizam a memorização em detrimento da construção ativa do conhecimento, reforçando a importância de uma educação que prepare os alunos para os desafios do mundo contemporâneo.

De Roma, veio a ênfase na formação prática e na organização sistemática do ensino. A educação romana, voltada para a formação de líderes e administradores, introduziu a ideia de um currículo estruturado, com foco em disciplinas como retórica e direito. Segundo Aranha (2006, p. 67), "a educação romana combinava elementos práticos e teóricos, preparando os jovens para a vida pública e para o exercício da cidadania". Essa abordagem influenciou a organização dos sistemas educacionais modernos, que buscam equilibrar conhecimentos teóricos e habilidades práticas.

Adicionalmente, a educação romana também destacou a importância da retórica como ferramenta de persuasão e liderança, uma habilidade que permanece relevante nos dias atuais. A capacidade de comunicar ideias de forma clara e convincente, cultivada pelos romanos, é hoje um dos pilares da educação moderna, especialmente em áreas como política, direito e gestão. Como ressalta Manacorda (2010, p. 89), "a retórica romana não era apenas uma técnica de discurso, mas uma arte que integrava ética, lógica e estética, preparando os indivíduos para atuar de forma eficaz na esfera pública". Esse legado reforça a necessidade de uma educação que valorize não apenas o conhecimento técnico, mas também as habilidades socioemocionais e comunicativas, essenciais para a atuação em um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

A Idade Média, por sua vez, legou à educação moderna a noção de educação como um instrumento de transmissão de valores e de manutenção da ordem social. A Igreja, como principal instituição educativa da época, consolidou a ideia de que a educação deve servir tanto à formação espiritual quanto ao desenvolvimento intelectual. Como observa Saviani (2013, p. 67), "a filosofia escolástica buscava harmonizar a fé e a razão, criando um sistema educacional que preparava os indivíduos tanto para a vida espiritual quanto para a vida intelectual". Essa dualidade entre fé e razão continua a influenciar debates contemporâneos sobre o papel da educação na formação moral e ética dos indivíduos.

Além disso, a estrutura curricular medieval, baseada nas sete artes liberais (trivium e quadrivium), influenciou a organização dos currículos modernos. O trivium,

com seu foco em gramática, retórica e dialética, antecipou a importância das habilidades linguísticas e argumentativas na educação. Já o quadrivium, que incluía aritmética, geometria, astronomia e música, destacou a relevância dos conhecimentos matemáticos e científicos. Como afirma Manacorda (2010, p. 102), "as artes liberais representavam a síntese do conhecimento medieval, combinando elementos da tradição clássica com os valores cristãos". Essa estrutura curricular continua a inspirar propostas educacionais que buscam integrar conhecimentos humanísticos e científicos.

A educação moderna também herdou da Idade Média a ideia de instituições educativas como espaços de controle e ordem. A disciplina e a hierarquia que caracterizavam as escolas monásticas e catedrais influenciaram a organização das escolas modernas, que muitas vezes reproduzem estruturas de autoridade e controle. No entanto, como destaca Ghiraldelli Jr. (2006, p. 92), "a educação medieval também nos legou a noção de que a educação deve ser um instrumento de transformação social, preparando os indivíduos para atuar de forma crítica e reflexiva no mundo". Essa perspectiva tem inspirado movimentos educacionais que buscam promover a inclusão, a equidade e a justiça social.

Quadro 2 - Influências e Legados da Educação Antiga e Medieval para a Educação Moderna.

Período	Principais Contribuições	Influências na Educação Moderna
Grécia Antiga	Ideal de <i>paideia</i> (formação integral do indivíduo)	Educação holística e desenvolvimento humano
Roma Antiga	Currículo prático e formação de líderes	Equilíbrio entre teoria e prática
Idade Média	Sete artes liberais (trivium e quadrivium)	Integração de conhecimentos humanísticos e científicos
Idade Média	Educação como transmissão de valores	Formação moral e ética
Idade Média	Instituições educativas como espaços de controle	Estruturas hierárquicas e disciplinares nas escolas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como demonstrado no Quadro 2, as raízes da educação moderna estão profundamente enraizadas nas práticas e nos ideais educacionais da Antiguidade e da

Idade Média. Essas influências nos lembram que a educação é um processo dinâmico e dialógico, que envolve a interação entre indivíduos, culturas e conhecimentos.

A Educação Contemporânea

A educação contemporânea reflete as profundas transformações sociais, tecnológicas e culturais do mundo globalizado. Diferente dos modelos da Antiguidade e da Idade Média, enfrenta desafios como inclusão, democratização do acesso e formação de cidadãos críticos e autônomos. Para Saviani (2013, p. 89), "a educação contemporânea deve responder às demandas de uma sociedade em constante transformação, preparando os indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida em sociedade". Essa realidade exige a constante revisão de métodos e objetivos educacionais, equilibrando tradição e inovação.

Um dos grandes desafios atuais é a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência. A ampliação do acesso à educação tem avançado em muitos países, mas ainda há um longo caminho para garantir oportunidades igualitárias de aprendizado.

Duarte (2013, p. 45) destaca que "a educação inclusiva não se limita ao acesso à escola, mas envolve a criação de ambientes que valorizem a diversidade e promovam a equidade". Isso exige políticas públicas eficazes e práticas pedagógicas comprometidas com a participação de todos.

Outro ponto essencial é a integração das tecnologias digitais no ensino. A internet e as ferramentas digitais ampliaram as possibilidades de mediação pedagógica, permitindo o uso de plataformas online, aplicativos interativos e ambientes colaborativos.

Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2018, p. 23) observam que "as tecnologias digitais podem ampliar as possibilidades de aprendizagem, criando novos espaços de interação e construção do conhecimento". No entanto, seu uso deve ser orientado por princípios pedagógicos sólidos, assegurando que funcionem como ferramentas complementares, e não como substitutas da interação humana.

A formação docente também está no centro dos debates sobre educação contemporânea. Para atuar em um mundo cada vez mais dinâmico, os professores precisam dominar não apenas os conteúdos específicos, mas também metodologias

ativas, tecnologias educacionais e práticas inclusivas. Gatti e Barreto (2023, p. 34) enfatizam que "a formação docente deve ser contínua e reflexiva, preparando os professores para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante mudança". Esse cenário demanda investimentos em políticas de qualificação e valorização profissional.

Nesse âmbito, abordagens pedagógicas que estimulam a participação ativa dos alunos têm ganhado espaço. Métodos como aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida e educação maker incentivam autonomia, criatividade e trabalho em equipe.

Para Almeida e Silva (2023, p. 56), "a educação contemporânea deve ser centrada no aluno, criando oportunidades para que ele construa seu próprio conhecimento de forma significativa e contextualizada". Essa perspectiva contrasta com modelos tradicionais, que priorizam a transmissão passiva de conteúdos.

A globalização trouxe novos desafios e oportunidades para a educação, exigindo a formação de indivíduos preparados para um mundo interconectado. Desenvolver competências como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação e colaboração tornou-se essencial.

Ribeiro (2023, p. 78) destaca que "a educação contemporânea deve preparar os indivíduos para lidar com a complexidade e a diversidade do mundo globalizado, promovendo valores como a tolerância, o respeito e a cooperação". Essa visão amplia o papel da escola para além da instrução técnica, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados.

Entretanto, a educação contemporânea enfrenta críticas, especialmente no que se refere à mercantilização do ensino e à padronização curricular. Em muitos países, o aprendizado tem sido tratado como um produto, com foco excessivo em resultados quantificáveis e rankings de desempenho.

Freitas e Biccas (2021, p. 89) alertam que "a mercantilização da educação ameaça transformar o ensino em uma *commodity*, em detrimento de sua função social e humanizadora".

Figura 2 - Aspectos multifacetados da educação contemporânea.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Finalmente, a educação contemporânea nos desafia a repensar o papel da escola e dos educadores na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Como destaca Carvalho (2021, p. 102), "a educação deve ser um espaço de transformação, onde os indivíduos possam desenvolver suas potencialidades e contribuir para o bem comum".

Considerações Finais

A trajetória histórica da educação, desde a Antiguidade até a Idade Média, revela como os sistemas de ensino foram moldados por diferentes concepções filosóficas, sociais e políticas. Cada sociedade estruturou suas práticas educacionais a partir de valores e necessidades específicas, influenciando profundamente as concepções pedagógicas que ainda ressoam nos tempos contemporâneos.

Na Grécia Antiga, o ideal de paideia buscava a formação integral do indivíduo, unindo corpo, mente e moral, enquanto Esparta reforçava uma educação voltada para a disciplina militar e a obediência ao coletivo. Em Roma, a educação assumiu um caráter pragmático, priorizando a formação de líderes e administradores para a manutenção do império. Já na Idade Média, sob a influência da Igreja, a educação se estruturou como um instrumento de controle social e preservação do conhecimento, conciliando fé e razão na busca pelo entendimento do mundo e da espiritualidade.

Embora os modelos educacionais tenham evoluído ao longo dos séculos, muitos dos desafios do passado ainda se fazem presentes, como a tensão entre formação humanística e utilitária, a relação entre conhecimento e poder, e a necessidade de equilibrar tradição e inovação no ensino.

Assim, o resgate desses saberes históricos não se trata apenas de um exercício de memória, mas de uma oportunidade de reflexão crítica sobre o presente e o futuro da educação. Compreender as raízes do pensamento educacional possibilita reavaliar práticas vigentes e projetar novos horizontes, em busca de uma formação que não apenas atenda às demandas da sociedade, mas que também promova autonomia, pensamento crítico e inclusão.

Referências

ALMEIDA, D. B. de; SILVA, V. L. G. da. **Filosofia da Educação: Diálogos Contemporâneos**. Curitiba: Appris, 2023.

ALVES, G. L. **O Trabalho Didático na Escola Moderna: Formas Históricas**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2018.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

CARVALHO, M. C. M. (Org.). **História da Educação: Novas Abordagens**. Campinas: Alínea, 2021.

DUARTE, N. A teoria histórico-cultural da atividade e a educação escolar. In: DUARTE, N. (Org.). **A teoria histórico-cultural na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2013.

FONSECA, T. N. de L. e. **História da Educação no Brasil: Novos Olhares**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FREITAS, M. C. de; BICCAS, M. S. (Orgs.). **História da Educação: Leituras e Interpretações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S. (Orgs.). **Filosofia e História da Educação: Diálogos Necessários**. São Paulo: Cortez, 2023.

GHIRALDELLI JR., P. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. de O. (Orgs.). **História da Educação: Debates e Tendências**. Salvador: EDUFBA, 2021.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: Da Antiguidade aos Nossos Dias**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MENDES, J. R.; OLIVEIRA, M. A. T. de. **Educação e Sociedade: Perspectivas Históricas e Filosóficas**. Curitiba: CRV, 2022.

NARODOWSKI, M. **História da Educação: Da Antiguidade ao Renascimento**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PILETTI, N.; PILETTI, C. **História da Educação: De Confúcio a Paulo Freire**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

RIBEIRO, M. L. S. **Educação e Filosofia: Diálogos entre o Passado e o Presente**. Porto Alegre: Penso, 2023.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, A. C. da; COSTA, M. J. da. **História da Educação: Temas e Problemas**. Curitiba: InterSaber, 2022.

SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. (Orgs.). **História da Educação: Processos, Práticas e Saberes**. São Carlos: EDUFSCar, 2022.

VEIGA, C. G. **História da Educação**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.

CAPÍTULO 2

O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS TEORIAS MODERNAS SOBRE ENSINO E APRENDIZAGEM: ALGUMAS REFLEXÕES

DOI: 10.5281/zenodo.14957444

Tamires Cristina Bonani Conti ⁵

Ana Julia Torres de Lacerda Fraz ⁶

Everton Vieira Ribeiro ⁷

Marcio de Oliveira Santiago Filho ⁸

RESUMO

Este capítulo analisa o surgimento das primeiras teorias modernas sobre ensino e aprendizagem, considerando seu impacto na construção de novas abordagens pedagógicas. O objetivo principal é compreender como a educação passou a ser estruturada de forma sistemática, a partir do pensamento renascentista e iluminista, e como essas concepções influenciaram as práticas escolares. A metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica, com análise de textos clássicos e interpretações de autores como Comenius, Rousseau, Pestalozzi e Herbart, considerados precursores do pensamento educacional moderno. O referencial teórico abarca a história da educação e a filosofia da educação, enfatizando a transição de modelos tradicionais para abordagens que valorizam a experiência, a autonomia e a atividade do aprendiz no processo educativo. Verifica-se que, a partir do século XVII, houve uma reformulação das práticas pedagógicas, com o

⁵ Doutora em Linguística. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). tamy_bonani@hotmail.com.

⁶ Especialista em Gestão e Supervisão com Docência no Ensino Superior. FAEME (Faculdade Evangélica do Meio Norte). anajulia0753@gmail.com.

⁷ Mestre em Educação. Universidad Europea del Atlántico - UNEATLANTICO. e_ribeiro20@hotmail.com.

⁸ Mestrando em Ensino de Ciências Exatas. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). oliveiramatmarcio@gmail.com.

fortalecimento da instrução pública, o uso da didática como ciência e a introdução de metodologias baseadas na experimentação e na observação. As reflexões denotam a influência dessas concepções na educação contemporânea, especialmente no desenvolvimento de metodologias ativas e na construção de currículos mais flexíveis. Por fim, destaca-se a relevância dessas teorias para a educação atual, reforçando que a compreensão do passado educacional permite ressignificar práticas docentes e enfrentar desafios contemporâneos. O capítulo contribui para a reflexão sobre a evolução do ensino e a necessidade de revisitar conceitos pedagógicos para aprimorar a aprendizagem.

Palavras-chave: Teorias Educacionais, Ensino, Aprendizagem, Filosofia da Educação.

Introdução

Ao longo da história, a educação passou por transformações significativas, refletindo as mudanças sociais, culturais e filosóficas de cada época. O surgimento das primeiras teorias modernas sobre ensino e aprendizagem, a partir do século XVII, marcou uma ruptura com modelos tradicionais baseados na transmissão autoritária do conhecimento. Como destaca Saviani (2013, p. 45), "a educação moderna nasce da necessidade de repensar o papel da escola e do professor, valorizando a experiência, a autonomia e a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem". Este capítulo examina as contribuições de Comenius, Rousseau, Pestalozzi e Herbart para a consolidação de novas práticas pedagógicas, influenciando o ensino contemporâneo.

João Amós Comenius (1592-1670) é considerado um dos precursores da didática moderna, defendendo uma educação universal, organizada e respeitosa ao desenvolvimento natural da criança. Em *Didática Magna*, propôs um ensino estruturado, com uso de recursos visuais e práticos para facilitar a aprendizagem. Aranha (2006, p. 78) observa que "Comenius foi um dos primeiros a sistematizar o processo educativo, sustentando que a educação deveria ser acessível a todos, independentemente de gênero ou classe social". Seu pensamento influenciou a organização escolar e a formação docente, estabelecendo bases para a educação pública.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), em *Emílio, ou Da Educação*, revolucionou a concepção da infância e do ensino. Crítico do modelo tradicional, que considerava repressivo e artificial, propôs uma pedagogia centrada na experiência e liberdade do

aluno. Para Carvalho (2021, p. 56), "Rousseau foi pioneiro ao reconhecer a infância como uma fase essencial e singular no desenvolvimento humano". Sua defesa de uma educação natural, que respeita o ritmo e os interesses infantis, continua a inspirar abordagens pedagógicas contemporâneas.

Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) defendeu uma abordagem integral da educação, desenvolvendo mente, emoção e habilidades motoras. Em *Como Gertrudes Ensina suas Crianças*, propôs uma metodologia baseada na observação, experiência e afetividade, destacando a relação professor-aluno. Ghiraldelli Jr. (2006, p. 89) ressalta que "Pestalozzi trouxe uma visão humanista para a educação, enfatizando o vínculo afetivo e a prática no processo de aprendizagem". Suas ideias influenciaram movimentos como a Escola Nova e continuam relevantes para o ensino atual.

Johann Friedrich Herbart (1776-1841) foi um dos pioneiros da pedagogia científica, propondo um ensino baseado em princípios psicológicos e didáticos. Em *Pedagogia Geral*, delineou um método estruturado em quatro etapas: clareza, associação, sistematização e aplicação. Manacorda (2010, p. 102) destaca que "Herbart concebeu a educação como uma ciência, buscando integrar teoria e prática no ensino". Sua abordagem influenciou a organização curricular e a formação de professores, contribuindo para a pedagogia moderna.

As teorias desses pensadores romperam com modelos que priorizavam a autoridade docente e a memorização mecânica, introduzindo uma visão que valoriza experiência, autonomia e participação ativa do aluno. Ribeiro (2023, p. 34) afirma que "a educação moderna nasce da necessidade de formar indivíduos críticos e autônomos, capazes de refletir e contribuir para a sociedade". Essa perspectiva ainda inspira práticas pedagógicas voltadas à inclusão e ao desenvolvimento integral dos alunos.

Entretanto, a implementação dessas ideias encontrou resistências, especialmente em contextos nos quais a educação era utilizada como ferramenta de controle social. Freitas e Biccas (2021, p. 67) ressaltam que "a educação moderna sempre esteve em tensão com interesses políticos e econômicos, frequentemente priorizando a formação de mão de obra em detrimento do desenvolvimento humano". Esse dilema persiste na atualidade, exigindo um equilíbrio entre demandas do mercado e necessidades sociais.

A educação contemporânea herdou desses pensadores a ideia de que o ensino deve ser dinâmico e dialógico, promovendo interação entre sujeitos, culturas e saberes. Almeida e Silva (2023, p. 12) enfatizam que "a educação deve ser um espaço de

transformação, onde os indivíduos desenvolvam suas potencialidades e contribuam para o bem comum". Isso reforça a necessidade de um ensino que estimule tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação ética e emocional.

As metodologias ativas, que incentivam a participação do aluno no aprendizado, exemplificam a continuidade dessas teorias no ensino atual. Mendes e Oliveira (2022, p. 89) destacam que "a educação contemporânea deve ser centrada no aluno, criando oportunidades para que ele construa conhecimento de forma significativa". Essa abordagem contrasta com modelos tradicionais que priorizam a transmissão passiva de conteúdos.

Ademais, a globalização e as tecnologias digitais impuseram novos desafios e oportunidades. Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2018, p. 23) afirmam que "as tecnologias ampliam as possibilidades de aprendizagem, criando novos espaços de interação e construção do conhecimento". Contudo, é essencial que seu uso seja guiado por princípios pedagógicos bem definidos, garantindo que atuem como ferramentas de mediação, e não como substitutas da interação humana.

A formação de professores tem sido central no debate educacional. Para atuar em um mundo dinâmico, os docentes precisam dominar não apenas conteúdos específicos, mas também metodologias ativas, tecnologias educacionais e práticas inclusivas. Gatti e Barreto (2023, p. 34) afirmam que "a formação docente deve ser contínua e reflexiva, preparando os professores para os desafios de uma sociedade em constante transformação".

Por fim, a educação segue como um espaço essencial de mudança social. Carvalho (2021, p. 102) reforça que "o ensino deve promover não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também a formação ética e emocional, preparando os alunos para os desafios do século XXI".

Comenius e a Didática Moderna

João Amós Comenius (1592-1670) é considerado um dos precursores da didática moderna, defendendo uma educação universal, sistemática e baseada no respeito ao desenvolvimento natural da criança. Em sua obra *Didática Magna*, Comenius propôs que o ensino deveria seguir uma metodologia clara e organizada, utilizando recursos visuais e práticos para facilitar a aprendizagem. Como afirma Aranha (2006, p. 78), "Comenius

foi um dos primeiros a sistematizar o processo educativo, defendendo que a educação deveria ser acessível a todos, independentemente de gênero ou classe social". Sua visão revolucionária influenciou a organização das escolas e a formação de professores, estabelecendo as bases para a educação pública.

Comenius acreditava que a educação deveria ser adaptada às etapas de desenvolvimento da criança, respeitando seu ritmo e suas necessidades. Ele propôs que o ensino fosse dividido em fases, começando pela educação infantil e progredindo até o ensino superior. Como destaca Saviani (2013, p. 45), "Comenius defendia que a educação deveria ser gradual e contínua, acompanhando o crescimento físico, intelectual e moral do aluno". Essa abordagem foi um dos primeiros passos para a criação de currículos estruturados e organizados por níveis de ensino.

Outra contribuição fundamental de Comenius foi a valorização da didática como ciência do ensino. Ele propôs que o processo educativo deveria ser baseado em princípios claros e objetivos, como a clareza, a praticidade e a motivação. Como observa Carvalho (2021, p. 56), "Comenius foi um dos primeiros a pensar a educação como uma atividade planejada e intencional, que exige métodos específicos para alcançar seus objetivos". Essa perspectiva influenciou a formação de professores e a organização das práticas pedagógicas, estabelecendo as bases para a pedagogia moderna.

Comenius também defendia o uso de recursos visuais e práticos no processo de ensino, como ilustrações, mapas e experimentos. Ele acreditava que a aprendizagem deveria ser uma experiência ativa e envolvente, que estimulasse a curiosidade e o interesse do aluno. Como afirma Ghiraldelli Jr. (2006, p. 89), "Comenius trouxe uma visão inovadora para a educação, ao propor que o ensino fosse baseado na observação e na experimentação, e não apenas na memorização de conteúdos". Essa abordagem continua a inspirar metodologias ativas e práticas pedagógicas que valorizam a participação do aluno.

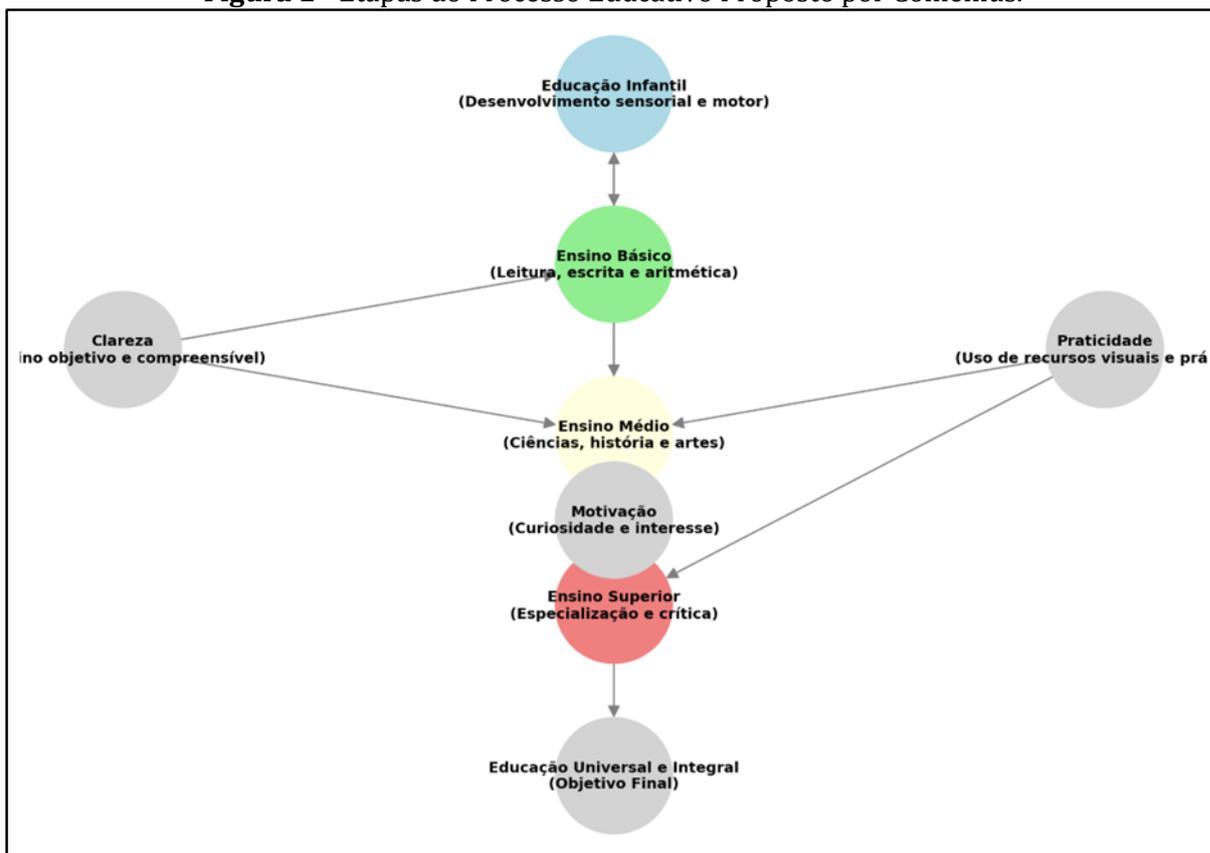
A defesa de Comenius por uma educação universal também foi um marco importante para a democratização do ensino. Ele acreditava que todos, independentemente de gênero, classe social ou origem, deveriam ter acesso à educação. Como destaca Manacorda (2010, p. 102), "Comenius foi um dos primeiros a pensar a educação como um direito universal, que deveria ser garantido pelo Estado". Essa visão influenciou a criação de sistemas públicos de educação e a luta pela universalização do ensino.

O legado de Comenius para a educação contemporânea transcende o tempo, mantendo-se relevante em um mundo em constante transformação. Sua ênfase na educação como um direito universal e no processo de aprendizagem como uma jornada contínua e significativa ressoa fortemente em debates atuais sobre equidade e acesso à educação. Além disso, sua abordagem didática, que valoriza a interação entre teoria e prática, inspira metodologias ativas e inovadoras, como a aprendizagem baseada em projetos e o uso de tecnologias educacionais.

Ribeiro (2023) destaca que a visão comeniana de uma educação organizada e inclusiva nos desafia a superar barreiras estruturais e a promover um ensino que não apenas transmite conhecimento, mas também forma cidadãos críticos e conscientes. Em um contexto marcado por desigualdades e rápidas mudanças tecnológicas, as ideias de Comenius nos lembram que a educação deve ser um instrumento de transformação social, capaz de preparar indivíduos para os desafios do presente e do futuro.

Para ilustrar as contribuições de Comenius, a Figura 1, a seguir, traz um fluxograma que mostra as etapas do processo educativo proposto por ele, destacando os princípios da didática moderna. O fluxograma inclui elementos como a divisão por fases de ensino, o uso de recursos visuais e a defesa da educação universal.

Figura 1 - Etapas do Processo Educativo Proposto por Comenius.



Fonte: Elaborado com base em Aranha (2006).

Rousseau e a Educação Natural

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) revolucionou o pensamento educacional ao defender uma pedagogia centrada no desenvolvimento natural da criança. Em sua obra *Emílio, ou Da Educação*, Rousseau criticou a educação tradicional, que considerava repressora e artificial, e propôs uma abordagem que respeitasse as etapas de crescimento e os interesses do aluno. Como destaca Aranha (2006, p. 89), "Rousseau foi um dos primeiros a destacar a importância da infância como uma fase única e fundamental para o desenvolvimento humano". Sua defesa de uma educação natural continua a influenciar práticas pedagógicas que valorizam a autonomia e a experiência do aluno.

Rousseau acreditava que a criança nasce boa e que a sociedade é responsável por corrompê-la. Por isso, ele defendia que a educação deveria ocorrer longe das influências negativas da civilização, permitindo que o aluno desenvolvesse suas potencialidades de forma livre e espontânea. Como observa Carvalho (2021, p. 56), "Rousseau propôs uma

educação que respeitasse a natureza da criança, evitando a imposição de valores sociais pré-estabelecidos". Essa perspectiva foi um marco para a pedagogia moderna, que passou a valorizar o desenvolvimento individual e a liberdade de expressão.

Outro aspecto central da teoria de Rousseau é a ideia de que a educação deve ser baseada na experiência e na prática, e não apenas na transmissão de conhecimentos teóricos. Ele defendia que o aluno aprendesse por meio da observação, da experimentação e da interação com o mundo ao seu redor. Como afirma Ghiraldelli Jr. (2006, p. 78), "Rousseau trouxe uma visão inovadora para a educação, ao propor que o ensino fosse uma experiência ativa e significativa, que preparasse o aluno para a vida em sociedade". Essa abordagem antecipou muitas das metodologias ativas que são valorizadas hoje, como a aprendizagem baseada em projetos e a educação experiencial.

Rousseau também destacou a importância do papel do educador como um guia, e não como um transmissor de conhecimentos. Ele acreditava que o professor deveria facilitar o processo de aprendizagem, criando condições para que o aluno descobrisse por si mesmo. Como destaca Saviani (2013, p. 67), "Rousseau defendeu que o verdadeiro mestre é a natureza, e o papel do educador é criar um ambiente propício para que o aluno aprenda de forma autônoma". Essa visão influenciou a pedagogia contemporânea, que valoriza a relação dialógica entre professor e aluno.

A educação proposta por Rousseau também tinha um forte componente moral, visando formar indivíduos autônomos e conscientes de seus direitos e deveres. Ele acreditava que a educação deveria preparar o aluno para a vida em sociedade, mas sem perder de vista sua individualidade e liberdade. Como observa Manacorda (2010, p. 102), "Rousseau propôs uma educação que equilibra o desenvolvimento individual com as demandas da sociedade, formando cidadãos críticos e responsáveis". Essa perspectiva continua a inspirar propostas pedagógicas que buscam promover a formação ética e cidadã dos alunos.

No entanto, a teoria de Rousseau também enfrentou críticas, especialmente por sua visão idealizada da natureza humana e por sua proposta de isolamento da criança em relação à sociedade. Como destaca Freitas e Biccas (2021, p. 89), "a educação natural de Rousseau, embora revolucionária, pode ser vista como utópica, pois ignora a complexidade das relações sociais e a necessidade de preparar o aluno para viver em comunidade". Essa crítica nos convida a refletir sobre como equilibrar a liberdade individual com as demandas da vida em sociedade.

Apesar das críticas, o legado de Rousseau para a educação contemporânea é inegável. Sua defesa de uma educação centrada no aluno, que respeita suas etapas de desenvolvimento e valoriza a experiência, continua a inspirar práticas pedagógicas inovadoras. Como afirma Ribeiro (2023, p. 34), "Rousseau nos deixou um legado de que a educação deve ser um processo dinâmico e dialógico, que prepare o aluno para a vida em sociedade sem sacrificar sua individualidade". Sua visão humanista e crítica da educação nos convida a repensar os desafios atuais, como a padronização do ensino e a formação de cidadãos autônomos.

Quadro 1 - Educação Tradicional vs. Educação Natural de Rousseau.

Aspectos	Educação Tradicional	Educação Natural de Rousseau
Foco	Transmissão de conhecimentos	Desenvolvimento natural da criança
Papel do Professor	Transmissor de conteúdos	Guia e facilitador da aprendizagem
Métodos	Memorização e repetição	Experiência, observação e experimentação
Objetivo	Formação para a sociedade	Desenvolvimento individual e autonomia
Ambiente	Escola formal e estruturada	Natureza e ambiente livre de influências
Críticas	Repressão da individualidade	Idealização da natureza e isolamento

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como demonstrado no Quadro 1, as contribuições de Rousseau para a educação moderna são abrangentes. Sua defesa de uma educação natural, que respeita as etapas de desenvolvimento da criança e valoriza a experiência, continua a inspirar práticas pedagógicas inovadoras.

Pestalozzi e a Educação Integral

Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) foi um dos precursores da educação integral, defendendo que o ensino deveria desenvolver mente, coração e mãos. Em *Como*

Gertrudes Ensina suas Crianças, propôs uma metodologia baseada na observação, experimentação e afeto, valorizando a relação entre professor e aluno. Como destaca Ghiraldelli Jr. (2006, p. 78), "Pestalozzi trouxe uma visão humanista para a educação, enfatizando a importância do afeto e da prática no processo de aprendizagem". Sua abordagem influenciou movimentos como a Escola Nova e permanece relevante na educação atual.

Para Pestalozzi, a educação deveria ser acessível a todos, independentemente da origem social ou econômica. Ele via a escola como um espaço de acolhimento e cuidado, onde as crianças pudessem se desenvolver plenamente. Como observa Carvalho (2021, p. 56), "Pestalozzi foi um dos primeiros a pensar a educação como um direito universal, que deveria ser garantido pelo Estado". Essa concepção influenciou a criação de sistemas públicos de ensino e a luta pela democratização educacional.

Outro princípio central de sua teoria é a ênfase na experiência e na prática, em vez da mera transmissão de conteúdos teóricos. O aprendizado deveria ocorrer por meio da observação, experimentação e interação com o mundo. Como afirma Saviani (2013, p. 67), "Pestalozzi trouxe uma visão inovadora para a educação ao propor que o ensino fosse uma experiência ativa e significativa, preparando o aluno para a vida em sociedade". Sua abordagem antecipou metodologias ativas valorizadas atualmente, como a aprendizagem baseada em projetos e a educação experiencial.

Pestalozzi também redefiniu o papel do educador, que deveria atuar como facilitador do aprendizado, e não apenas como transmissor de conhecimento. Ele defendia que o professor criasse condições para que os alunos descobrissem por si mesmos. Manacorda (2010, p. 102) ressalta essa ideia ao afirmar que "o verdadeiro mestre é a natureza, e o papel do educador é criar um ambiente propício para que o aluno aprenda de forma autônoma". Essa perspectiva influenciou a pedagogia contemporânea, que valoriza a relação dialógica entre professor e estudante.

Além disso, sua concepção educacional possuía um forte componente moral, buscando formar indivíduos autônomos e conscientes de seus direitos e deveres. Para Freitas e Biccas (2021, p. 89), "Pestalozzi propôs uma educação que equilibra o desenvolvimento individual com as demandas da sociedade, formando cidadãos críticos e responsáveis". Essa visão segue inspirando propostas pedagógicas voltadas à formação ética e cidadã.

Quadro 2 - Educação Tradicional vs. Educação Integral de Pestalozzi.

Aspectos	Educação Tradicional	Educação Integral de Pestalozzi
Foco	Transmissão de conhecimentos	Desenvolvimento integral (mente, coração e mãos)
Papel do Professor	Transmissor de conteúdos	Guia e facilitador da aprendizagem
Métodos	Memorização e repetição	Experiência, observação e experimentação
Objetivo	Formação para a sociedade	Desenvolvimento individual e autonomia
Ambiente	Escola formal e estruturada	Natureza e ambiente livre de influências
Críticas	Repressão da individualidade	Idealização da natureza e isolamento

Fonte: Elaborado pelos autores.

No entanto, sua teoria não está isenta de críticas, especialmente por idealizar a natureza humana e sugerir um certo isolamento da criança em relação à sociedade. Ribeiro (2023, p. 34) argumenta que "a educação integral de Pestalozzi, embora revolucionária, pode ser vista como utópica, pois ignora a complexidade das relações sociais e a necessidade de preparar o aluno para viver em comunidade". Essa reflexão convida a um debate sobre como equilibrar liberdade individual e demandas sociais.

Apesar das críticas, seu legado é incontestável. Almeida e Silva (2023, p. 12) destacam que "Pestalozzi nos deixou um legado de que a educação deve ser um processo dinâmico e dialógico, que prepare o aluno para a vida em sociedade sem sacrificar sua individualidade".

Herbart e a Pedagogia Científica

Johann Friedrich Herbart (1776-1841) é considerado um dos fundadores da pedagogia científica, defendendo que o ensino deve basear-se em princípios psicológicos e didáticos. Em Pedagogia Geral, propôs um método estruturado em quatro etapas: clareza, associação, sistematização e aplicação. Como afirma Manacorda (2010, p. 102), "Herbart foi um dos primeiros a pensar a educação como uma ciência, buscando integrar

teoria e prática no processo educativo". Sua abordagem influenciou a organização curricular e a formação docente, estabelecendo bases para a pedagogia moderna.

Para Herbart, a educação precisava ser planejada e sistemática, seguindo uma metodologia clara e objetiva. Ele propôs a divisão do ensino em etapas, cada uma com objetivos específicos, garantindo a assimilação gradual e significativa do conhecimento. Saviani (2013, p. 67) destaca que "Herbart trouxe uma visão inovadora para a educação, ao propor que o ensino fosse baseado em princípios científicos, garantindo a eficácia do processo educativo". Essa perspectiva impactou a estruturação dos currículos e a preparação de professores.

Outro aspecto central de sua teoria é a consideração das características e necessidades dos alunos. Herbart defendia que o ensino deveria respeitar o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, adaptando-se ao seu ritmo e potencialidades. Como observa Carvalho (2021, p. 56), "Herbart foi um dos primeiros a pensar a educação como uma atividade planejada e intencional, que exige métodos específicos para alcançar seus objetivos". Sua abordagem continua a influenciar práticas pedagógicas que valorizam a individualidade do estudante.

Além disso, Ghiraldelli Jr. (2006, p. 78) afirma que "Herbart trouxe uma visão inovadora para a educação, ao propor que o ensino fosse uma experiência ativa e significativa, preparando o aluno para a vida em sociedade". Essa concepção antecipou metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e a educação experiencial.

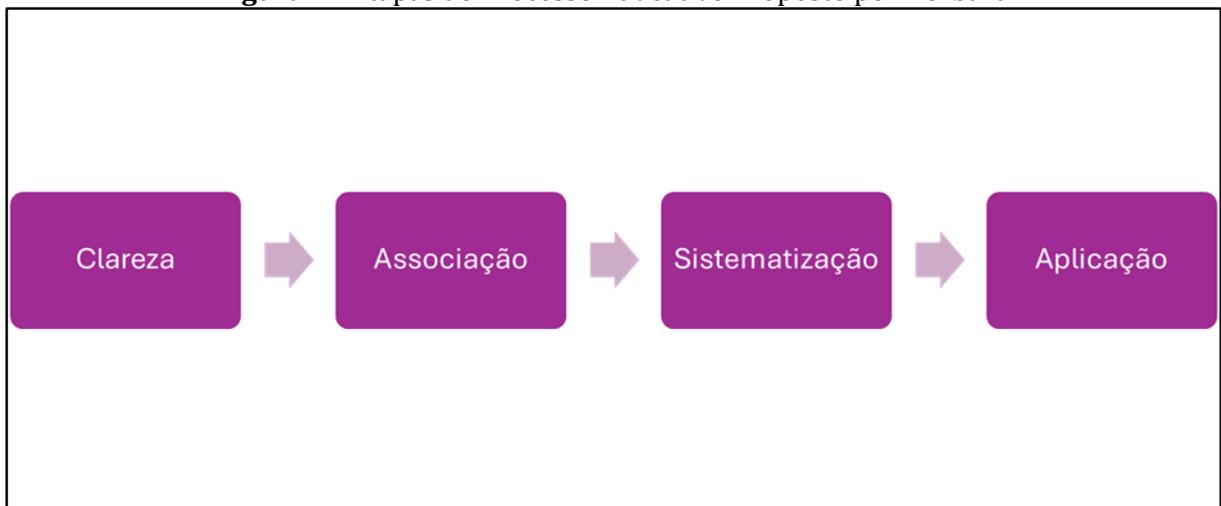
A pedagogia científica também possuía um forte componente moral, voltado à formação de indivíduos autônomos e conscientes de seus direitos e deveres. Ele defendia uma educação que equilibrasse o desenvolvimento pessoal com as demandas sociais. Freitas e Biccas (2021, p. 89) observam que "Herbart propôs uma educação que equilibra o desenvolvimento individual com as demandas da sociedade, formando cidadãos críticos e responsáveis". Essa visão continua a inspirar propostas pedagógicas voltadas à formação ética e cidadã.

Entretanto, sua teoria também recebeu críticas, especialmente por sua abordagem rígida e hierarquizada do ensino. Ribeiro (2023, p. 34) aponta que "a pedagogia científica de Herbart, embora revolucionária, pode ser vista como excessivamente controladora, ignorando a complexidade das relações sociais e a necessidade de preparar o aluno para viver em comunidade". Essa crítica levanta

reflexões sobre como conciliar organização didática com liberdade e criatividade no aprendizado.

Apesar das controvérsias, o legado de Herbart na educação contemporânea é inegável. Sua defesa de um ensino fundamentado em princípios científicos e na articulação entre teoria e prática segue influenciando abordagens inovadoras. Como afirmam Almeida e Silva (2023, p. 12), "Herbart nos deixou um legado de que a educação deve ser um processo dinâmico e dialógico, que prepare o aluno para a vida em sociedade sem sacrificar sua individualidade".

Figura 2 - Etapas do Processo Educativo Proposto por Herbart.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Menacorda (2010).

Como demonstrado na Figura 2, as contribuições de Herbart para a educação moderna são a valorização da relação entre teoria e prática, buscando promover a autonomia, a liberdade e o desenvolvimento integral do aluno.

Legados para a Educação Contemporânea

As teorias de Comenius, Rousseau, Pestalozzi e Herbart deixaram um legado duradouro para a educação contemporânea, influenciando práticas pedagógicas, estruturas curriculares e objetivos educacionais. Como destaca Saviani (2013, p. 89), "a educação moderna nasce da necessidade de repensar o papel da escola e do professor, valorizando a experiência, a autonomia e a atividade do aluno no processo de aprendizagem". Esses pensadores revolucionaram o ensino ao defenderem abordagens

voltadas ao desenvolvimento integral do indivíduo, preparando-o para a vida em sociedade.

Comenius, ao advogar por uma educação universal e sistemática, lançou as bases para a organização dos sistemas educacionais modernos. Sua ênfase na didática como ciência do ensino influenciou a formação docente e a estruturação curricular. Para Carvalho (2021, p. 56), "Comenius nos mostrou que a educação deve ser acessível a todos, independentemente de gênero ou classe social, e que o ensino deve ser planejado e intencional". Seu pensamento continua a inspirar políticas de inclusão e democratização do ensino.

Rousseau, por sua vez, trouxe uma nova concepção da infância e do processo educativo, defendendo uma pedagogia centrada na experiência e na liberdade do aluno. Sua crítica à educação tradicional e sua defesa de um aprendizado natural influenciaram movimentos como a Escola Nova e continuam a inspirar práticas que valorizam a autonomia e a criatividade. Segundo Ghiraldelli Jr. (2006, p. 78), "Rousseau nos lembrou que a educação deve respeitar o ritmo e os interesses da criança, preparando-a para a vida em sociedade sem sacrificar sua individualidade".

Para Manacorda (2010, p. 102), "Pestalozzi trouxe uma visão humanista para a educação, enfatizando a importância do afeto e da prática no processo de aprendizagem". Pestalozzi destacou a importância de uma formação que abranja mente, coração e mãos, enfatizando a observação, a experimentação e o afeto no ensino. Sua visão humanista influenciou metodologias ativas e práticas pedagógicas que fortalecem a relação entre professor e aluno.

Herbart, com sua pedagogia científica, estruturou o ensino como uma atividade planejada e sistemática. Sua abordagem, baseada em princípios psicológicos e didáticos, influenciou a organização curricular e a formação docente. Como observam Freitas e Biccias (2021, p. 89), "Herbart nos mostrou que a educação deve ser uma ciência, que integra teoria e prática para formar cidadãos críticos e autônomos".

Sua influência estendeu-se para além da organização curricular, impactando diretamente a forma como o ensino passou a ser concebido como um processo gradativo e estruturado. A ênfase na instrução sequencial e na importância da preparação do aluno para novos conhecimentos reforçou a ideia de que o aprendizado deve ocorrer de maneira progressiva, respeitando o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes. Assim, Herbart contribuiu para a consolidação de práticas pedagógicas que

buscam integrar teoria e prática, garantindo que a educação seja um instrumento de formação integral, capaz de preparar indivíduos para atuar de maneira reflexiva e crítica na sociedade.

Quadro 3 - Legados das Teorias Modernas para a Educação Contemporânea.

Pensador	Conceito	Impacto na Educação
Comenius	Educação universal	Democratização do acesso à educação
Rousseau	Educação natural	Metodologias ativas e autonomia
Pestalozzi	Educação integral	Formação holística e afetiva
Herbart	Pedagogia científica	Currículos estruturados/formação docente

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esses legados seguem influenciando propostas educacionais contemporâneas, como metodologias ativas, educação inclusiva e formação integral. Como destaca Ribeiro (2023, p. 34), "a educação moderna nos deixou o legado de que o ensino deve ser um processo dinâmico e dialógico, preparando o aluno para a vida em sociedade sem sacrificar sua individualidade". Essa perspectiva reforça a necessidade de uma educação que promova não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também a formação ética, emocional e social dos estudantes.

Considerações Finais

As contribuições teóricas de Comenius, Rousseau, Pestalozzi e Herbart tiveram um impacto significativo na educação contemporânea, moldando práticas pedagógicas, estruturas curriculares e objetivos educacionais. Esses pensadores foram fundamentais para a transformação do ensino, defendendo metodologias que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, valorizando sua experiência, autonomia e participação ativa.

Além disso, essas concepções pedagógicas influenciaram a construção de um modelo educacional mais humanizado, no qual o aprendizado não se limita à memorização de conteúdos, mas se expande para a formação de cidadãos críticos e preparados para os desafios sociais. A valorização da experimentação, do ensino intuitivo e da adaptação das metodologias às necessidades dos estudantes são princípios

que permanecem relevantes, demonstrando que o legado desses pensadores continua a orientar reflexões e práticas educacionais na atualidade.

Referências

ALMEIDA, D. B. de; SILVA, V. L. G. da. **Filosofia da Educação: Diálogos Contemporâneos**. Curitiba: Appris, 2023.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CARVALHO, M. C. M. (Org.). **História da Educação: Novas Abordagens**. Campinas: Alínea, 2021.

COMENIUS, J. A. **Didática Magna**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREITAS, M. C. de; BICCAS, M. S. (Orgs.). **História da Educação: Leituras e Interpretações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S. (Orgs.). **Filosofia e História da Educação: Diálogos Necessários**. São Paulo: Cortez, 2023.

GHIRALDELLI JR., P. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HERBART, J. F. **Pedagogia Geral**. Tradução de Luiz Fernando Medeiros Rodrigues. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: Da Antiguidade aos Nossos Dias**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MENDES, J. R.; OLIVEIRA, M. A. T. de. **Educação e Sociedade: Perspectivas Históricas e Filosóficas**. Curitiba: CRV, 2022.

PESTALOZZI, J. H. **Como Gertrudes Ensina suas Crianças**. Tradução de Maria Helena Câmara Bastos. Petrópolis: Vozes, 2002.

RIBEIRO, M. L. S. **Educação e Filosofia: Diálogos entre o Passado e o Presente**. Porto Alegre: Penso, 2023.

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio, ou Da Educação**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, A. C. da; COSTA, M. J. da. **História da Educação: Temas e Problemas**. Curitiba: InterSaber, 2022.

CAPÍTULO 3

O MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA E A PEDAGOGIA PROGRESSISTA

DOI: 10.5281/zenodo.14957450

Weider Silva Pinheiro ⁹

Evelyn Aida Tonioli Valente ¹⁰

RESUMO

Neste capítulo, discute-se a consolidação das principais teorias pedagógicas e a contribuição de seus expoentes para a construção do pensamento educacional. O propósito central é investigar como diferentes concepções sobre ensino e aprendizagem influenciaram a organização da escola e as práticas docentes. Para isso, adota-se uma abordagem bibliográfica, fundamentada na análise das obras de pensadores como Dewey, Montessori e Vygotsky, cujas ideias redefiniram a educação a partir do final do século XIX e início do século XX. O referencial teórico abrange a pedagogia progressista, a psicologia da aprendizagem e a sociologia da educação, evidenciando o entrelaçamento dessas áreas na formulação de novas práticas educativas. Os resultados apontam que, nesse período, a educação passou a ser compreendida não apenas como transmissão de conhecimento, mas como um processo dinâmico, centrado na participação ativa do aluno. Assim, emergem conceitos como aprendizagem significativa, desenvolvimento socioemocional e ensino baseado na experimentação. Além disso, as discussões revelam que essas abordagens pedagógicas continuam influenciando as metodologias contemporâneas, principalmente no contexto das metodologias ativas e da personalização do ensino. Diante disso, conclui-se que o legado das grandes teorias pedagógicas permanece

⁹ Doutor em Business Administration (D.B.A.). Logos University International. weider@cartoriobruno.not.br.

¹⁰ Mestranda em Educação. Logos University International. cartoriocaldas3@gmail.com.

essencial para compreender e inovar a educação atual. Dessa maneira, este capítulo reforça a necessidade de revisitar os fundamentos da pedagogia para aprimorar práticas docentes e garantir uma aprendizagem mais significativa e humanizada.

Palavras-chave: Teorias Pedagógicas, Aprendizagem, Práticas Educativas, Educação Progressista.

Introdução

O movimento da escola nova surgiu no final do século XIX e início do século XX como uma crítica ao modelo tradicional de ensino, que enfatizava a transmissão mecânica do conhecimento e a disciplina rígida. Fundamentado em avanços da psicologia e da sociologia da educação, esse movimento propôs uma abordagem mais ativa e centrada no aluno, redefinindo o papel do professor e os métodos pedagógicos. Segundo Dewey (1959, p. 34), "a educação não é uma preparação para a vida, mas a própria vida", reforçando a ideia de que o aprendizado deve ocorrer por meio da experiência e da participação ativa dos estudantes.

Os fundamentos da escola nova tiveram forte influência de pensadores como John Dewey, Maria Montessori, Ovide Decroly e Lev Vygotsky, cujas contribuições foram essenciais para reformular a compreensão sobre ensino e aprendizagem. Dewey (1971) destacou a importância da interação entre aluno e ambiente, enquanto Montessori (2017) propôs um modelo de ensino baseado na autonomia e na exploração sensorial. Vygotsky (1991), por sua vez, introduziu o conceito de zona de desenvolvimento proximal, enfatizando o papel da interação social no aprendizado.

Com base nesses princípios, a pedagogia progressista emergiu como uma alternativa aos métodos tradicionais, promovendo uma educação mais democrática e inclusiva. Soler i Mata (2012) destaca que o Instituto Rousseau de Genebra, um dos epicentros da escola nova, teve um papel fundamental na difusão dessas ideias, influenciando práticas pedagógicas em diversos países, inclusive no Brasil. Nesse contexto, Grazioli e Fonseca (2021) analisam como elementos dessa pedagogia foram incorporados nos manuais pedagógicos brasileiros ao longo do século XX.

No Brasil, a escola nova encontrou eco nos debates sobre a modernização do ensino e na necessidade de adaptar a educação às demandas sociais. Gonçalves e Santos (2024) apontam que as tendências pedagógicas progressistas continuam presentes em

escolas públicas, embora sua implementação enfrente desafios estruturais e resistência por parte de alguns setores educacionais. De acordo com os autores, "a presença de concepções progressistas no ensino fundamental revela a continuidade do legado da escola nova, mesmo em contextos marcados por políticas conservadoras" (Gonçalves; Santos, 2024, p. 7).

Um dos principais impactos da escola nova foi a reformulação do currículo escolar e das metodologias de ensino. Dewey (1959) defendia que o conhecimento não deveria ser apresentado de forma fragmentada, mas sim integrado à vida cotidiana dos alunos, permitindo que aprendessem de forma significativa. Esse princípio influenciou o desenvolvimento de abordagens como a aprendizagem baseada em projetos e a educação experiencial, que continuam a ser utilizadas atualmente.

Montessori (2019) também trouxe contribuições importantes ao enfatizar a necessidade de respeitar o ritmo individual de aprendizado das crianças. Em sua obra, a autora argumenta que "a educação deve ser um processo natural conduzido pela criança e não imposto pelo adulto" (Montessori, 2019, p. 52). Essa perspectiva deu origem a metodologias que valorizam a autonomia e o protagonismo estudantil, aspectos fundamentais para a personalização do ensino no século XXI.

A pedagogia progressista, influenciada pela escola nova, contribuiu para a formulação de metodologias ativas que buscam tornar o aluno o centro do processo educativo. Bataglia (2021) destaca que o ensino baseado na experimentação e na resolução de problemas reflete os princípios de Dewey e Montessori, proporcionando um aprendizado mais dinâmico e significativo. Segundo a autora, "as metodologias ativas são um desdobramento direto das propostas progressistas, que enfatizam o aprendizado como um processo interativo e experiencial" (Bataglia, 2021, p. 29).

A educação matemática crítica, por exemplo, é uma das áreas que se beneficiaram dos princípios da escola nova. Nascimento (2023) demonstra que a pedagogia progressista influenciou a construção de práticas mais interativas e contextualizadas no ensino da matemática, afastando-se da mera memorização de fórmulas. O autor observa que "a adoção de estratégias que envolvem problematização e aplicação prática dos conceitos matemáticos contribui para uma aprendizagem mais significativa" (Nascimento, 2023, p. 15).

Mesmo com seus avanços, a implementação da escola nova encontrou resistência, tanto no passado quanto no presente. Silva e Martins (2021) apontam que muitos

educadores ainda enfrentam dificuldades na adoção de metodologias progressistas devido à falta de formação e às barreiras institucionais. Para os autores, "a mudança no paradigma educacional requer não apenas uma reformulação curricular, mas também uma reestruturação da prática docente e da cultura escolar" (Silva; Martins, 2021, p. 43).

Além dos desafios estruturais, há também questões ideológicas envolvidas na aplicação das ideias progressistas. Souza e Oliveira (2021) analisam como o pensamento de Paulo Freire, um dos maiores representantes da pedagogia progressista no Brasil, ainda gera debates acalorados. Segundo os autores, "Freire propôs uma educação dialógica e libertadora, mas sua abordagem encontra resistência em um cenário educacional marcado por políticas conservadoras" (Souza; Oliveira, 2021, p. 22).

Apesar dos desafios, a pedagogia progressista continua sendo uma referência essencial para o desenvolvimento de práticas educativas mais humanizadas e inclusivas. Gonçalves e Santos (2024) destacam que, mesmo em meio a dificuldades, muitas escolas públicas adotam abordagens inspiradas na escola nova, promovendo um ensino mais participativo e centrado no estudante.

A escola nova também influenciou significativamente o campo da formação docente. Dewey (1971) já alertava que a preparação dos professores deveria ser voltada para a reflexão e a experimentação, e não apenas para a reprodução de conteúdos. Esse princípio permanece atual, especialmente diante das demandas contemporâneas por um ensino mais dinâmico e adaptado às novas tecnologias.

As inovações tecnológicas, inclusive, abrem novas possibilidades para a aplicação dos princípios progressistas. Segundo Bataglia (2021), "a personalização do ensino e o uso de recursos digitais são desdobramentos naturais da pedagogia progressista, permitindo que os alunos aprendam de forma mais autônoma e significativa" (Bataglia, 2021, p. 35). Essa perspectiva reforça a importância de adaptar os fundamentos da escola nova às realidades educacionais do século XXI.

Dessa maneira, a escola nova e a pedagogia progressista permanecem relevantes para a construção de uma educação mais democrática, crítica e participativa. As contribuições de Dewey, Montessori e Vygotsky continuam influenciando práticas pedagógicas em diferentes contextos, reafirmando a necessidade de um ensino baseado na experiência e na interação social.

Este capítulo tem como objetivo aprofundar a análise sobre o impacto da escola nova e da pedagogia progressista na educação, discutindo suas bases teóricas, sua

implementação prática e os desafios enfrentados. Para isso, será utilizada uma abordagem bibliográfica, articulando os referenciais clássicos e contemporâneos a fim de compreender a evolução dessas concepções pedagógicas ao longo do tempo.

A consolidação da pedagogia progressista

A pedagogia progressista consolidou-se como uma abordagem educacional voltada para a formação integral do estudante, priorizando a experiência e a participação ativa no processo de aprendizagem. Sua consolidação ocorreu ao longo do século XX, impulsionada por teóricos como John Dewey, Maria Montessori, Ovide Decroly, Lev Vygotsky e Paulo Freire, cujas ideias influenciaram reformas educacionais em diversos países. Segundo Dewey (1959, p. 43), "a educação progressista valoriza o aprendizado pela experiência, pela interação social e pelo pensamento crítico", características que ainda são fundamentais para o ensino contemporâneo.

O desenvolvimento dessa abordagem ocorreu em resposta às limitações do ensino tradicional, que era baseado na memorização e na passividade dos alunos. O modelo progressista trouxe uma nova perspectiva, enfatizando a construção do conhecimento a partir das vivências e interesses dos estudantes. Para Montessori (2019, p. 52), "o professor deve ser um guia, e não um transmissor de conteúdos", destacando a importância de um ensino voltado para o desenvolvimento da autonomia do aluno.

No contexto brasileiro, a pedagogia progressista ganhou força a partir da segunda metade do século XX, especialmente com as contribuições de Paulo Freire. Sua concepção de educação libertadora propôs uma prática pedagógica voltada para a emancipação dos estudantes, promovendo uma aprendizagem significativa e crítica (Souza; Oliveira, 2021). Conforme Freire (1987, p. 25), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção".

A incorporação dos princípios da escola nova e da pedagogia progressista ao currículo escolar envolveu uma reformulação das práticas docentes e das metodologias de ensino. Segundo Bataglia (2021), a adoção de metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos e ensino híbrido, são reflexos da influência da pedagogia progressista na contemporaneidade. Essas abordagens incentivam o protagonismo dos estudantes e o desenvolvimento de habilidades críticas e socioemocionais.

Os impactos da pedagogia progressista podem ser observados também na organização dos espaços escolares. O modelo tradicional de salas de aula enfileiradas foi gradualmente substituído por ambientes mais flexíveis, favorecendo a cooperação e a experimentação. Segundo Lillard (2018), escolas que adotam a pedagogia montessoriana, por exemplo, estruturam o ambiente de aprendizagem de maneira a promover a autonomia e a interação entre os estudantes, tornando o processo educacional mais dinâmico e eficaz.

Embora a pedagogia progressista tenha sido amplamente incorporada a diversos sistemas educacionais, ainda há desafios na sua implementação. Grazioli e Fonseca (2021) apontam que, em muitos casos, a adoção dessas práticas é limitada por fatores estruturais, como falta de formação docente adequada e resistência a mudanças metodológicas. Para os autores, "a transição para um modelo progressista requer um compromisso institucional com a inovação pedagógica e a valorização da prática docente" (Grazioli; Fonseca, 2021, p. 19).

Outra barreira para a consolidação dessa abordagem está na avaliação do desempenho dos estudantes. O modelo progressista propõe avaliações formativas, que consideram o progresso do aluno ao longo do tempo, enquanto muitas instituições ainda adotam métodos tradicionais, baseados em provas padronizadas. Gonçalves e Santos (2024) argumentam que "a avaliação deve ser um instrumento de aprendizado, e não apenas um mecanismo de classificação" (Gonçalves; Santos, 2024, p. 32).

O Quadro 1 a seguir apresenta uma comparação entre o modelo tradicional de ensino e a pedagogia progressista, destacando suas principais diferenças:

Quadro 1 - Comparação entre o ensino tradicional e a pedagogia progressista.

Aspecto	Ensino tradicional	Pedagogia progressista
Papel do aluno	Passivo, receptor de conteúdos	Ativo, protagonista do aprendizado
Professor	Transmissor do conhecimento	Mediador do conhecimento
Metodologia	Aulas expositivas e memorização	Aprendizagem baseada em projetos e experimentação
Ambiente escolar	Salas organizadas em fileiras, ensino padronizado	Espaços flexíveis, ensino personalizado
Avaliação	Provas padronizadas, foco em	Avaliação formativa, foco no

	notas	progresso do aluno
Interação social	Pouca colaboração entre alunos	Aprendizado colaborativo e contextualizado

Fonte: Elaborado a partir de Dewey (1959), Montessori (2019), Freire (1987) e Bataglia (2021).

Além das metodologias e da avaliação, a pedagogia progressista também transformou a relação entre escola e sociedade. Enquanto o modelo tradicional via a escola como um ambiente isolado do contexto social, a abordagem progressista defende que a educação deve estar conectada com as realidades e desafios do mundo moderno (Souza; Oliveira, 2021).

Nesse sentido, a personalização do ensino tornou-se uma das estratégias mais eficazes para aplicar os princípios progressistas. Segundo Nascimento (2023), "a utilização de recursos tecnológicos e metodologias adaptativas permite que cada estudante desenvolva suas habilidades no próprio ritmo, respeitando sua individualidade" (Nascimento, 2023, p. 28).

As contribuições da pedagogia progressista também são visíveis no desenvolvimento de competências socioemocionais. A valorização da empatia, da colaboração e do pensamento crítico são aspectos fundamentais desse modelo educacional, preparando os estudantes para desafios além do ambiente escolar (Lillard, 2018).

Apesar dos avanços, o futuro da pedagogia progressista depende da superação de desafios estruturais e da ampliação do acesso a práticas inovadoras. Para isso, é essencial que os sistemas educacionais promovam uma formação continuada de professores, garantindo que os princípios progressistas sejam incorporados efetivamente na prática pedagógica (Gonçalves; Santos, 2024).

A consolidação da pedagogia progressista demonstra que a educação deve ser um processo dinâmico, capaz de se adaptar às necessidades da sociedade e dos estudantes.

Metodologia

Este estudo é baseado em uma revisão bibliográfica, utilizando como fonte tanto os textos clássicos de Dewey, Montessori e Vygotsky quanto pesquisas contemporâneas sobre a influência da pedagogia progressista no cenário educacional atual. Foram

analisados livros, artigos científicos e dissertações que abordam o impacto da Escola Nova na organização curricular, na prática docente e no desenvolvimento de metodologias inovadoras (Bataglia, 2021; Nascimento, 2023; Silva; Martins, 2021).

A metodologia adotada busca estabelecer conexões entre as propostas educacionais da Escola Nova e a prática pedagógica contemporânea, identificando desafios e potencialidades dessa abordagem no contexto das metodologias ativas, do ensino híbrido e da personalização do ensino.

Resultados e discussão

Os estudos analisados confirmam que os princípios da escola nova continuam influenciando a educação contemporânea, sobretudo ao enfatizar o aluno como protagonista do próprio aprendizado. A transição de um ensino tradicional, baseado na memorização, para metodologias ativas reflete essa mudança, promovendo maior autonomia e participação dos estudantes. Conforme Dewey (1959), "a educação deve ser baseada na experiência e na participação do estudante no processo de aprendizagem", um conceito que ainda orienta práticas pedagógicas inovadoras. No entanto, apesar do reconhecimento desses princípios, sua implementação enfrenta desafios, especialmente no que se refere à formação docente, à infraestrutura escolar e aos modelos avaliativos, que ainda privilegiam abordagens tradicionais.

Impactos da Escola Nova nas Metodologias Ativas

A escola nova influenciou significativamente as práticas pedagógicas contemporâneas, principalmente no que se refere à adoção de metodologias ativas. Essa abordagem rompe com o modelo tradicional, que centraliza o professor como único detentor do conhecimento, e valoriza o protagonismo do estudante no processo de aprendizagem. Segundo Dewey (1959, p. 41), "a educação deve ser um processo ativo e contínuo, no qual o aluno aprende experimentando e interagindo com o mundo".

As metodologias ativas buscam estimular a autonomia e a participação dos alunos, promovendo um ensino mais dinâmico e contextualizado. Entre as abordagens mais influenciadas pela escola nova, destacam-se a aprendizagem baseada em projetos (ABP), a sala de aula invertida, a gamificação, o ensino híbrido e a aprendizagem

colaborativa. Essas estratégias incentivam os alunos a resolver problemas reais, aplicando conceitos teóricos em situações práticas (Bataglia, 2021).

A aprendizagem baseada em projetos (ABP), por exemplo, deriva diretamente dos princípios da escola nova, especialmente das ideias de John Dewey. Essa metodologia propõe que os alunos desenvolvam projetos interdisciplinares, partindo de um problema ou desafio. Para Dewey (1971, p. 72), "aprender por meio da experiência permite que o estudante compreenda melhor o significado dos conteúdos, tornando a aprendizagem mais significativa".

Outra estratégia amplamente utilizada é a sala de aula invertida, que redefine o papel do professor e do aluno no processo de ensino. Em vez de receber passivamente a explicação do conteúdo em sala, o estudante acessa materiais de estudo antecipadamente, como vídeos, textos e exercícios. Durante a aula, o tempo é dedicado à resolução de dúvidas e atividades práticas. Essa abordagem dialoga com a pedagogia progressista ao incentivar a autonomia e a participação ativa do estudante (Gonçalves; Santos, 2024).

A gamificação também tem raízes na escola nova, pois transforma o aprendizado em uma experiência lúdica e interativa. Essa metodologia aplica elementos dos jogos, como desafios, recompensas e rankings, para engajar os alunos no processo de aprendizagem. Segundo Silva e Martins (2021, p. 38), "a gamificação possibilita maior envolvimento dos estudantes ao tornar o aprendizado mais dinâmico e prazeroso". Essa estratégia é particularmente eficaz na educação infantil e no ensino fundamental.

Outro reflexo da escola nova é o crescimento do ensino híbrido, que combina momentos de aprendizado presencial e online, utilizando tecnologias digitais para personalizar o ensino. Montessori (2019) já defendia a importância de respeitar o ritmo de aprendizado de cada aluno, algo que o ensino híbrido permite ao adaptar atividades conforme as necessidades individuais dos estudantes.

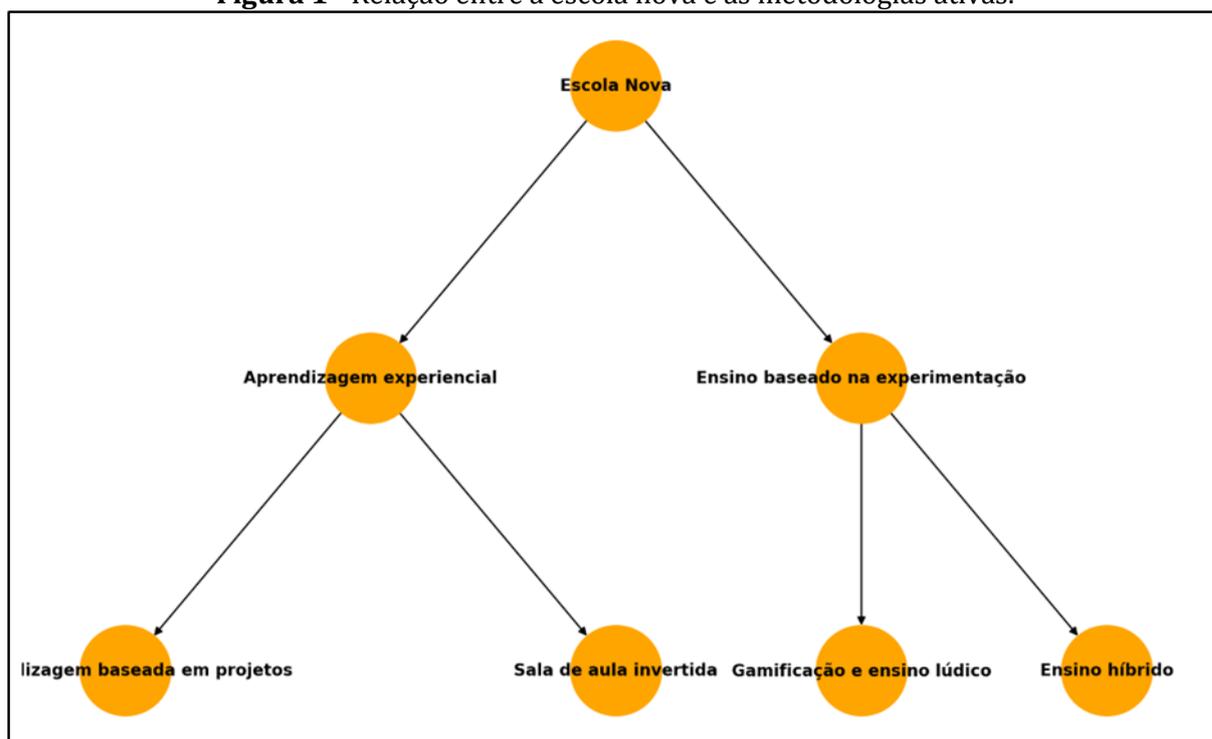
A flexibilidade proporcionada pelo ensino híbrido permite a criação de ambientes de aprendizagem mais inclusivos e adaptáveis às diferentes realidades dos alunos. Essa abordagem não apenas amplia o acesso a recursos digitais, mas também favorece o desenvolvimento da autonomia, uma característica essencial no modelo progressista. Segundo Bataglia (2021), a personalização do ensino, possibilitada pelo uso de tecnologias educacionais, "responde à necessidade de um aprendizado mais dinâmico e centrado no estudante, permitindo que cada indivíduo avance conforme seu próprio

ritmo e interesses". Dessa forma, o ensino híbrido não apenas dialoga com os princípios da escola nova, mas também os atualiza, incorporando ferramentas contemporâneas para tornar a aprendizagem mais significativa e eficaz.

Além disso, a aprendizagem colaborativa tem ganhado espaço como uma das metodologias ativas mais alinhadas aos princípios da escola nova. Nesse modelo, os estudantes trabalham em grupos para solucionar problemas, compartilhar conhecimentos e construir novos aprendizados em conjunto. Para Vygotsky (1991, p. 61), "a aprendizagem ocorre na interação com os outros, e o conhecimento é socialmente construído", o que reforça a importância de metodologias baseadas no trabalho coletivo.

Para ilustrar as conexões entre a escola nova e as metodologias ativas, o seguinte diagrama apresenta os principais conceitos e suas aplicações no ensino contemporâneo:

Figura 1 - Relação entre a escola nova e as metodologias ativas.



Fonte: Elaborado a partir de Dewey (1959), Montessori (2019), Vygotsky (1991) e Bataglia (2021).

As metodologias ativas, influenciadas pela escola nova, têm um impacto positivo no desenvolvimento de competências socioemocionais, como autonomia, pensamento crítico e colaboração. Segundo Lillard (2018), o ensino ativo não apenas melhora o

desempenho acadêmico dos estudantes, mas também fortalece habilidades essenciais para a vida profissional e social.

No entanto, a implementação dessas metodologias ainda enfrenta desafios. Muitos professores foram formados em um modelo tradicional de ensino e encontram dificuldades na adoção de abordagens inovadoras. Além disso, a infraestrutura escolar nem sempre é adequada para a aplicação dessas metodologias, exigindo adaptações significativas nos espaços de aprendizagem (Grazioli; Fonseca, 2021).

Apesar dessas dificuldades, pesquisas indicam que escolas que adotam metodologias ativas apresentam melhores resultados acadêmicos e maior engajamento dos estudantes. Gonçalves e Santos (2024) observam que "alunos que participam ativamente do próprio processo de aprendizagem desenvolvem maior autonomia e criatividade, além de demonstrarem maior retenção do conhecimento".

Por fim, a escola nova deixou um legado duradouro, transformando a forma como o conhecimento é ensinado e aprendido. A consolidação das metodologias ativas é uma prova do impacto dessa abordagem na educação contemporânea, reforçando a importância de práticas pedagógicas que valorizem a experimentação, a interação e o protagonismo dos alunos.

Desafios na aplicação dos princípios progressistas

Apesar dos avanços proporcionados pela escola nova e pela pedagogia progressista, sua implementação enfrenta diversos desafios. Embora os princípios progressistas tenham influenciado significativamente as metodologias ativas e o ensino centrado no aluno, ainda existem barreiras que dificultam sua adoção em larga escala. Segundo Gonçalves e Santos (2024, p. 28), "a resistência institucional e a formação inadequada dos docentes ainda são entraves significativos para a plena aplicação de metodologias progressistas".

Um dos principais desafios está relacionado à formação docente. Muitos professores foram treinados dentro de uma perspectiva tradicional de ensino, baseada na transmissão expositiva do conhecimento e na memorização de conteúdos. Silva e Martins (2021) apontam que "a mudança para um modelo progressista exige não apenas novos métodos, mas uma transformação profunda na maneira como o professor compreende o ensino e a aprendizagem" (Silva; Martins, 2021, p. 46).

Além disso, a falta de infraestrutura adequada também impede a adoção de práticas inovadoras. Em muitas escolas públicas, as salas de aula ainda são organizadas em fileiras, com pouca flexibilidade para metodologias ativas. A ausência de recursos tecnológicos e de espaços colaborativos limita a capacidade dos professores de aplicar abordagens baseadas na experimentação e no protagonismo estudantil (Bataglia, 2021).

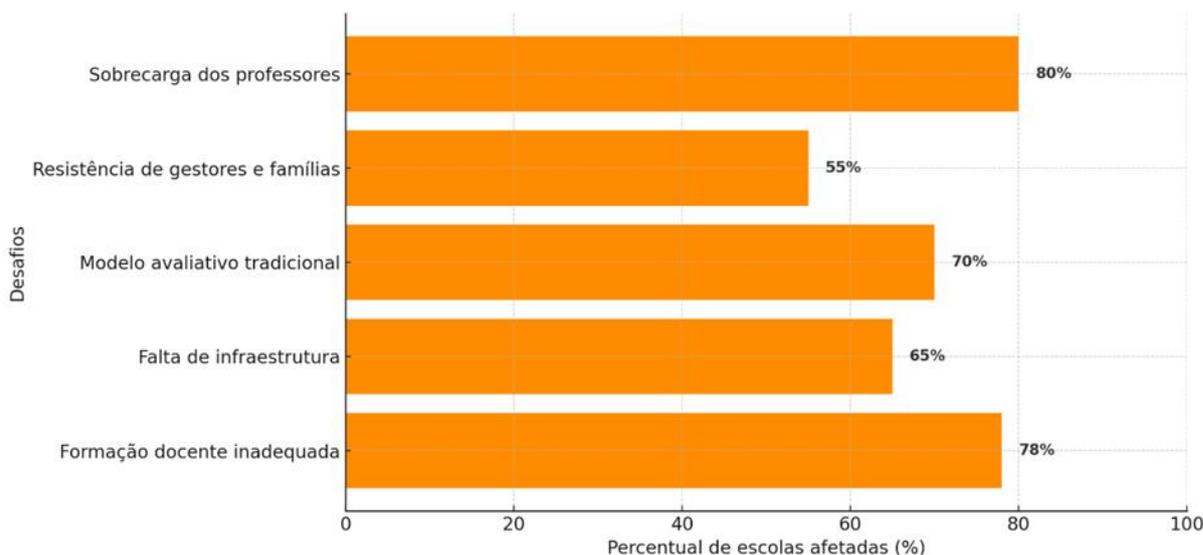
Outro fator crítico é a avaliação do aprendizado. Enquanto a pedagogia progressista valoriza avaliações formativas, que consideram o progresso contínuo dos alunos, grande parte das escolas ainda utiliza exames padronizados como principal ferramenta de mensuração do desempenho estudantil. Gonçalves e Santos (2024) argumentam que "o modelo avaliativo tradicional não é compatível com metodologias ativas, pois enfatiza apenas a retenção de informações, sem considerar o desenvolvimento crítico e reflexivo do estudante".

A resistência à mudança também é um obstáculo significativo. Muitos gestores educacionais e até mesmo famílias de estudantes têm receio de abandonar práticas tradicionais em favor de abordagens inovadoras. Conforme Souza e Oliveira (2021, p. 33), "o ensino progressista, por mais eficiente que seja, enfrenta resistência de setores que associam a educação tradicional à disciplina e ao sucesso acadêmico". Essa mentalidade dificulta a adoção de metodologias que valorizam a autonomia e a experimentação.

Além disso, a sobrecarga dos professores é um fator que dificulta a implementação dos princípios progressistas. Aulas expositivas e avaliações padronizadas exigem menos planejamento do que metodologias ativas, que demandam um trabalho mais detalhado na construção de atividades e acompanhamento individual dos alunos. Segundo Grazioli e Fonseca (2021), "a precarização das condições de trabalho docente reduz a possibilidade de inovação metodológica, pois os professores precisam lidar com altas cargas horárias e turmas numerosas".

A seguinte pesquisa realizada em escolas brasileiras ilustra os principais desafios enfrentados na implementação da pedagogia progressista:

Gráfico 1 - Principais desafios na aplicação da pedagogia progressista em escolas brasileiras.



Fonte: Elaborado a partir de Gonçalves e Santos (2024), Bataglia (2021) e Silva e Martins (2021).

Os dados apresentados no gráfico revelam que a formação docente inadequada (78%) e a sobrecarga dos professores (80%) são os maiores desafios para a implementação da pedagogia progressista. Isso demonstra a necessidade de investimentos na capacitação dos educadores e na melhoria das condições de trabalho para que possam adotar práticas inovadoras.

A falta de infraestrutura também é um problema recorrente, especialmente em escolas públicas, onde há dificuldades para adaptar os espaços escolares às novas metodologias. Segundo Bataglia (2021, p. 21), "muitas escolas carecem de laboratórios, salas multiuso e acesso adequado a tecnologias, fatores essenciais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras".

Já o modelo avaliativo tradicional, que ainda predomina em muitas instituições (70%), impede que os alunos sejam avaliados de forma contínua e processual. A substituição de provas padronizadas por instrumentos de avaliação mais diversificados, como portfólios e autoavaliações, seria um avanço para a consolidação das práticas progressistas (Gonçalves; Santos, 2024).

Outro dado relevante do gráfico é a resistência de gestores e famílias (55%) à adoção de novos métodos de ensino. Essa resistência pode ser explicada por uma visão tradicional da educação, que valoriza a memorização e a disciplina como principais critérios de qualidade. Como argumenta Souza e Oliveira (2021, p. 37), "para que a

pedagogia progressista seja efetiva, é fundamental promover um diálogo entre escola, família e comunidade".

Diante desses desafios, algumas soluções podem ser apontadas. A formação continuada dos professores deve ser uma prioridade, proporcionando-lhes conhecimentos e ferramentas para implementar metodologias inovadoras. Além disso, políticas públicas que incentivem a renovação das práticas pedagógicas e investimentos na modernização das escolas são essenciais para consolidar a pedagogia progressista no Brasil.

Por fim, o enfrentamento desses desafios exige um esforço coletivo, que envolva educadores, gestores, famílias e órgãos governamentais. O sucesso da pedagogia progressista depende da criação de um ambiente que valorize o protagonismo estudantil e a experimentação, garantindo que os princípios da escola nova continuem a transformar a educação no século XXI.

Conclusão

A Escola Nova representou um marco na história da educação ao propor uma abordagem centrada no aluno, na experimentação e na construção ativa do conhecimento. As ideias de Dewey, Montessori e Vygotsky continuam influenciando as práticas pedagógicas, especialmente no contexto das metodologias ativas e da personalização do ensino.

Os estudos analisados demonstram que, embora haja avanços na incorporação dessas ideias ao ensino contemporâneo, ainda existem desafios, como a resistência à mudança e a necessidade de maior formação docente para a implementação efetiva dessas abordagens.

Por fim, reforça-se a importância de revisitar os fundamentos da pedagogia progressista para aprimorar as práticas educacionais, tornando a aprendizagem mais significativa e alinhada às necessidades do mundo atual.

Referências

ARCE, A.; SIMON, F.; DEPAEPE, M. From practice to theory, Ovide Decroly for Brazilian classrooms: a tale of appropriation. **History of Education**, [s.l.], v. 45, n. 2, p. 145-161, 2016.

BATAGLIA, P. U. R. **Humanização e educação integral: refletindo sobre rotas alternativas**. São Paulo: SciELO Books, 2021. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/4bfn7/pdf/bataglia-9786559540075.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. São Paulo: Nacional, 1959. (Original publicado em 1916).

DEWEY, J. **Experiência e educação**. São Paulo: Editora Nacional, 1971. (Original publicado em 1938).

GONÇALVES, R. C.; SANTOS, M. F. Tendências Pedagógicas de Docentes de Escolas Públicas de uma Cidade Gaúcha. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 49, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/XznBbgqdyqF7b3p9txgQJbc/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

GRAZZIOLI, B. C.; FONSECA, C. S. Apropriações católicas da Escola Nova a partir dos Manuais Pedagógicos de Everardo Backheuser (1933-1946). **Praxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2117453, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/894/89468047046/html/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

HWANG, S.-W. The Development of Teaching Methods in Early Childhood Education and Activity Resources Based on The Freinet Pedagogy Using The ADDIE Model. **Early Childhood Education Research & Review**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 220-234, 2018.

LILLARD, A. S. Rethinking Education: Montessori's Approach. **Current Directions in Psychological Science**, [s.l.], v. 27, n. 6, p. 379-384, 2018.

MONTESSORI, M. **O método da pedagogia científica aplicado à educação infantil**. São Paulo: Blucher, 2017. (Tradução da obra original de 1909).

MONTESSORI, M. **A mente absorvente da criança**. São Paulo: Editora Pensamento, 2019. (Original publicado em 1949).

NASCIMENTO, T. R. **Educação Matemática Crítica e a Pedagogia Progressista**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2023. Disponível em: https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3925/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_2023132.pdf. Acesso em: 13 fev. 2025.

SILVA, J. P.; MARTINS, L. F. A Educação Transformadora: Fundamentos e Práticas. **Revista Eletrônica IDEA**, Frederico Westphalen, v. 1, n. 1, p. 45-63, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ideau.com.br/index.php/rei/article/download/6/60/238>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SOLER I MATA, J. The Rousseau Institute of Geneva's influence on and presence in Catalan pedagogy in the first third of the 20th century. **Catalan Social Sciences Review**, Catalunha, v. 12, n. 1, p. 35-49, 2012.

SOUZA, M. T.; OLIVEIRA, R. F. Paulo Freire: Presente! Levantamento Bibliográfico em Educação & Sociedade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/i/2021.v42/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (Tradução da edição original de 1934).

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Original publicado em 1934).

CAPÍTULO 4

EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL ÀS REFORMAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

DOI: 10.5281/zenodo.14957456

Weider Silva Pinheiro ¹¹

Evelyn Aida Tonioli Valente ¹²

RESUMO

Este capítulo examina as inter-relações entre educação, política e economia, destacando como esses fatores moldaram os sistemas educacionais ao longo da história. O objetivo principal é compreender de que maneira as estruturas sociais e os interesses econômicos impactaram a organização da escola e a formulação de políticas públicas. Para tanto, adota-se uma pesquisa bibliográfica, embasada em estudos de autores como Durkheim, Althusser e Apple, que analisam a educação como um campo de reprodução e transformação social. O referencial teórico abrange a sociologia da educação e a teoria crítica, enfatizando as relações de poder que permeiam os processos educativos. Os achados revelam que a escola, em diferentes períodos históricos, serviu tanto para consolidar estruturas de dominação quanto para promover mudanças sociais. No contexto da Revolução Industrial, por exemplo, a educação foi utilizada como instrumento de disciplinarização da força de trabalho. Já no século XX, com a ampliação da escolarização e o avanço das democracias, surgiram políticas voltadas à universalização do ensino, ainda que marcadas por desigualdades estruturais. As discussões ressaltam a necessidade de repensar modelos educacionais que reproduzem exclusões e reforçam

¹¹ Doutor em Business Administration (D.B.A.). Logos University International. weider@cartoriobruno.not.br.

¹² Mestranda em Educação. Logos University International. cartoriocaldas3@gmail.com.

privilégios. Conclui-se que a compreensão das influências políticas e econômicas sobre a educação é fundamental para a construção de práticas pedagógicas mais equitativas. Assim, este capítulo contribui para uma reflexão crítica sobre o papel da escola na sociedade e os desafios de uma educação comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: Educação e Sociedade, Política Educacional, Desigualdade, Sociologia da Educação.

Introdução

A educação e as políticas públicas estão intrinsecamente ligadas às transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram ao longo da história. O desenvolvimento de sistemas educacionais reflete não apenas as necessidades de formação da força de trabalho, mas também os interesses ideológicos dos grupos que detêm o poder. Neste sentido, compreender como a educação foi moldada pela política e pela economia é essencial para a análise das reformas educacionais contemporâneas.

Desde a Revolução Industrial, a educação passou a ocupar um papel central na organização das sociedades modernas. Conforme destaca Durkheim (2013), a educação tem por objetivo suscitar e desenvolver, em cada um de nós, certos estados físicos, intelectuais e morais que a sociedade no seu conjunto considera como desejáveis. Esse processo, contudo, não ocorre de maneira neutra, pois está inserido em uma estrutura de poder que pode reforçar desigualdades.

Para Althusser (1970), a escola funciona como um Aparelho Ideológico de Estado, cujo principal objetivo é reproduzir a ideologia dominante. Em suas palavras:

A escola toma a responsabilidade, junto às famílias, de assegurar a transmissão dos saberes e das regras necessárias para a manutenção da ordem social estabelecida. Dessa forma, as instituições educacionais são concebidas não apenas como espaços de aprendizado, mas como mecanismos de controle ideológico (Althusser, 1970, p. 45).

Assim, a escola não apenas transmite conhecimentos técnicos e científicos, mas também inculca valores, normas e comportamentos que reforçam as relações de poder existentes. Esse processo ocorre de maneira sutil e naturalizada, de modo que os indivíduos internalizam a ideologia dominante sem perceber sua imposição. Dessa forma, a educação desempenha um papel central na reprodução das estruturas sociais,

garantindo a continuidade do sistema vigente ao formar sujeitos que aceitam e reproduzem suas regras e hierarquias (Althusser, 1970).

Esse entendimento da educação como um campo de disputas ideológicas também é compartilhado por Apple (1979), que analisa como os currículos escolares são formulados de maneira a privilegiar determinados conhecimentos em detrimento de outros. Segundo ele, as políticas curriculares não são apenas produtos técnicos, mas sim manifestações das relações de poder existentes na sociedade.

Dessa forma, o currículo não é neutro, mas sim um instrumento que reflete e perpetua interesses políticos, econômicos e culturais específicos. Ao selecionar e organizar os conteúdos a serem ensinados, ele determina quais saberes são legitimados e quais são marginalizados, influenciando diretamente a formação da consciência social dos estudantes. Nesse sentido, Apple (1979) destaca que a disputa pelo controle do currículo é, em essência, uma disputa pelo controle do pensamento e, conseqüentemente, pela manutenção ou transformação das estruturas de poder vigentes.

No contexto da Revolução Industrial, o sistema educacional se consolidou como um instrumento de formação da mão de obra necessária para a nova economia capitalista. A educação não apenas disciplinava os trabalhadores, mas também os socializava dentro de um modelo produtivo hierarquizado. Como aponta Durkheim (2013), a escola se tornou um espaço privilegiado para a transmissão de valores e normas que garantiam a coesão social e a estabilidade do sistema econômico.

Com a ascensão das democracias no século XX, novas concepções sobre educação emergiram. O movimento da Escola Nova propôs uma abordagem pedagógica mais centrada no aluno e na sua formação cidadã. No entanto, como observam Gatti e Barretto (2020), apesar das inovações metodológicas, a educação permaneceu profundamente marcada por desigualdades estruturais, que limitavam o acesso e a permanência dos estudantes mais vulneráveis.

No Brasil, a educação pública passou por diversas reformas ao longo do século XX, especialmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Essa legislação estabeleceu princípios fundamentais, como a gestão democrática do ensino e a formação continuada dos professores. Contudo, pesquisadores como Freitas (2020) apontam que a implementação da LDB ocorreu em um contexto de crescente

influência neoliberal, o que resultou na mercantilização da educação e na precarização do trabalho docente.

O debate sobre o financiamento da educação também é central para a compreensão das políticas educacionais contemporâneas. Como argumenta Souza (2022), o financiamento da educação no Brasil tem sido marcado por uma política de contingenciamento de recursos, o que compromete a qualidade do ensino e a expansão da educação básica e superior.

Atualmente, as reformas educacionais continuam sendo um tema de intensos debates, sobretudo no que diz respeito à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Reforma do Ensino Médio. Silva (2023) critica a padronização curricular imposta pela BNCC, destacando que a uniformização do ensino pode desconsiderar as especificidades regionais e culturais, além de reforçar a segmentação do sistema educacional.

Dessa forma, a história das políticas educacionais revela que a escola é um espaço de disputa política e ideológica. Compreender as relações entre educação, política e economia é fundamental para o desenvolvimento de um ensino mais democrático e inclusivo. Como conclui Santos (2022), a educação não pode ser vista apenas como um mecanismo de transmissão de conhecimento, mas sim como um instrumento de emancipação e transformação social.

A Revolução Industrial e a Consolidação da Escola Moderna

A Revolução Industrial, ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, trouxe profundas mudanças econômicas e sociais, refletindo diretamente no campo educacional. O avanço da industrialização exigiu uma mão de obra qualificada, levando à necessidade de um sistema escolar organizado para atender às demandas do mercado de trabalho.

Nesse período, a educação passou a desempenhar uma função central na estruturação da sociedade capitalista. Como argumenta Durkheim (2013), a escola se tornou um espaço de socialização das novas gerações, transmitindo os valores necessários para a manutenção da ordem social. A escolarização obrigatória foi introduzida em diversos países, promovendo a padronização do ensino e da formação dos trabalhadores.

No entanto, a educação não serviu apenas para a transmissão de conhecimento técnico. Segundo Althusser (1970), a escola também desempenhou um papel

fundamental na disseminação da ideologia dominante, garantindo a reprodução das relações de produção. Dessa forma, o currículo escolar refletia as necessidades da classe dominante, perpetuando desigualdades sociais e econômicas.

A crescente urbanização e o desenvolvimento das fábricas impulsionaram a criação de escolas voltadas para a formação profissional. Apple (1979), afirma que o ensino passou a ser estruturado de forma a atender às necessidades produtivas, preparando os indivíduos para o mercado de trabalho, mas mantendo uma segmentação entre as classes sociais.

Dessa forma, a Revolução Industrial representou um marco na história da educação, consolidando a escola como um espaço de disciplinamento social e formação da força de trabalho. Ao mesmo tempo, esse período também inaugurou desafios que persistem até os dias atuais, como a necessidade de democratização do acesso e a busca por um ensino de qualidade para todos.

A educação no século XX: universalização do ensino e persistência das desigualdades

O século XX foi um período de profundas transformações na educação, impulsionado por mudanças políticas, sociais e econômicas. Com o avanço das democracias e o reconhecimento da educação como direito fundamental, diversos países implementaram políticas para universalizar o ensino. No entanto, esse processo ocorreu de maneira desigual, refletindo as condições socioeconômicas de cada contexto (Saviani, 2020).

A expansão da educação pública ocorreu especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados passaram a investir em sistemas educacionais que garantissem maior equidade e inclusão. Segundo Romanelli (2014), esse movimento foi influenciado pelo crescimento dos Estados de bem-estar social, que defendiam a ampliação do acesso à educação como estratégia de desenvolvimento econômico e social.

No Brasil, a educação pública passou por importantes marcos legais, como a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961. Essa legislação estabeleceu diretrizes para a organização do ensino, mas não foi suficiente para superar os desafios estruturais do país. De acordo com Mendonça (2023), o acesso

à educação ainda era marcado por desigualdades regionais e socioeconômicas significativas.

Com a redemocratização nas décadas de 1970 e 1980, surgiram novos debates sobre a gestão educacional, resultando em propostas voltadas à descentralização do ensino e à participação da comunidade escolar. Oliveira (2023) destaca que a valorização da gestão democrática foi um dos pilares para o fortalecimento da escola pública nesse período, promovendo maior envolvimento de professores, estudantes e famílias na tomada de decisões.

Entretanto, a adoção de políticas neoliberais a partir da década de 1990 trouxe novos desafios para a educação. Silva (2023) argumenta que esse período foi caracterizado pela privatização do ensino e pela introdução de modelos de gestão baseados na lógica mercadológica. Como consequência, a precarização do trabalho docente e a desigualdade no acesso à educação de qualidade se intensificaram.

A LDB de 1996 representou uma tentativa de regulamentar e modernizar a educação brasileira, estabelecendo princípios como a gestão democrática e a formação continuada dos professores. No entanto, Freitas (2020) aponta que a implementação dessa legislação ocorreu em um contexto de forte influência do pensamento neoliberal, o que resultou na crescente mercantilização do ensino.

O financiamento da educação também se tornou um tema central nas discussões sobre políticas públicas. Souza (2022) destaca que a escassez de recursos destinados à educação pública compromete a infraestrutura das escolas, a formação docente e a qualidade do ensino. Em muitos casos, o contingenciamento de verbas dificultou a implementação de programas voltados à equidade educacional.

Outro fator relevante foi a valorização das avaliações em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Vieira (2023) observa que, embora essas avaliações sejam fundamentais para monitorar a aprendizagem, elas também reforçam uma lógica meritocrática que não considera as desigualdades sociais e educacionais dos estudantes.

Diante desse cenário, a universalização do ensino no século XX representou um avanço significativo, mas não garantiu a superação das desigualdades educacionais. Como aponta Costa e Silveira (2023), a persistência das disparidades de acesso e permanência na escola demonstra a necessidade de políticas públicas mais efetivas e inclusivas, que levem em consideração as diferentes realidades socioeconômicas do país.

Para ilustrar os desafios da educação no século XX, apresenta-se o Quadro 1 abaixo, que sintetiza os principais avanços e dificuldades enfrentadas ao longo das décadas.

Quadro 1 - Avanços e desafios da educação no século XX.

Período	Principais avanços	Principais desafios
Pós-Segunda Guerra Mundial	Expansão do ensino público e gratuito	Desigualdade no acesso entre diferentes classes sociais
Década de 1960	Criação da LDB (1961)	Falta de infraestrutura escolar adequada
Décadas de 1970-80	Valorização da gestão democrática	Baixa formação de professores e evasão escolar
Década de 1990	LDB (1996) e ampliação das avaliações em larga escala	Privatização da educação e precarização docente
Final do século XX	Expansão da educação básica e superior	Insuficiência de financiamento e desigualdades regionais

Fonte: Elaborado com base em Romanelli (2014), Mendonça (2023), Oliveira (2023), Silva (2023), Freitas (2020), Souza (2022) e Vieira (2023).

Reformas educacionais contemporâneas e seus impactos

As reformas educacionais das últimas décadas refletem as tensões entre diferentes concepções de ensino e os interesses políticos e econômicos envolvidos na formulação das políticas públicas. No Brasil, diversas mudanças foram implementadas com o objetivo de ampliar o acesso à educação e melhorar a qualidade do ensino. No entanto, essas reformas também foram alvo de críticas, especialmente no que diz respeito ao seu alinhamento com interesses neoliberais e à padronização curricular (Silva, 2023).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada a partir de 2017, representa uma das reformas mais significativas do ensino básico no Brasil. Segundo Silva (2023), a BNCC estabelece diretrizes para os currículos escolares em todo o país, visando uniformizar os conteúdos ensinados. No entanto, a padronização curricular tem sido criticada por desconsiderar as especificidades regionais e culturais, limitando a autonomia pedagógica das escolas e dos professores.

A Reforma do Ensino Médio, sancionada em 2017, promoveu mudanças estruturais na organização curricular dessa etapa da educação. De acordo com Freitas (2020), essa reforma flexibilizou os itinerários formativos, permitindo que os estudantes

escolham disciplinas conforme seus interesses e aspirações profissionais. Contudo, a desigualdade na infraestrutura das escolas impede que todas as instituições ofereçam uma variedade de opções, aprofundando as disparidades educacionais entre diferentes regiões do país.

Outro ponto central nas políticas educacionais contemporâneas é a ênfase nas avaliações em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Vieira (2023) argumenta que, embora essas avaliações sejam fundamentais para monitorar a aprendizagem, elas reforçam uma lógica meritocrática que desconsidera as desigualdades estruturais que afetam o desempenho dos estudantes, favorecendo aqueles que têm melhores condições socioeconômicas.

Além das reformas curriculares, políticas de financiamento da educação também impactaram a qualidade do ensino. Souza (2022) destaca que a política de contingenciamento de recursos comprometeu a expansão da rede pública e a infraestrutura das escolas. O subfinanciamento da educação afeta diretamente a formação docente, a remuneração dos professores e a manutenção dos espaços escolares, fatores essenciais para garantir a qualidade do ensino.

No contexto das reformas educacionais, a crescente privatização do ensino tem sido um tema de debate. De acordo com Costa e Silveira (2023), a ampliação de parcerias público-privadas e o incentivo a modelos de ensino remoto favoreceram a entrada de grupos privados no setor educacional, promovendo a mercantilização da educação. Essa tendência resulta na fragmentação do ensino e no enfraquecimento da escola pública como espaço de formação cidadã e democrática.

As mudanças nas políticas de formação docente também influenciam diretamente a qualidade da educação. Gatti e Barretto (2020) apontam que a formação inicial e continuada dos professores é um fator determinante para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem. No entanto, a desvalorização da carreira docente e as condições precárias de trabalho afastam muitos profissionais da área da educação, dificultando a construção de um sistema de ensino sólido e eficiente.

Outro desafio das reformas educacionais contemporâneas é a incorporação de novas tecnologias no ensino. Embora a digitalização das práticas pedagógicas tenha potencial para diversificar as metodologias de ensino, sua implementação deve ser feita de maneira crítica e inclusiva. Segundo Oliveira (2023), a desigualdade no acesso às

tecnologias pode aprofundar as disparidades educacionais, tornando essencial a criação de políticas que garantam a inclusão digital de todos os estudantes.

Souza (2022), afirma que a simples disponibilização de recursos tecnológicos não assegura a melhoria da aprendizagem se os professores não estiverem preparados para integrá-los de forma pedagógica e significativa. É crucial que a digitalização não se limite à reprodução de práticas tradicionais em novos formatos, mas que favoreça metodologias ativas, a personalização do ensino e a promoção da autonomia dos estudantes.

Quadro 2 - Impactos das reformas educacionais contemporâneas no Brasil.

Reforma	Principais mudanças	Impactos positivos	Impactos negativos
BNCC (2017)	Padronização curricular	Organização do ensino em nível nacional	Redução da autonomia pedagógica e desconsideração das realidades locais
Reforma do Ensino Médio (2017)	Itinerários formativos flexíveis	Personalização do aprendizado	Desigualdade na oferta de itinerários devido à falta de infraestrutura
Avaliações em larga escala	Fortalecimento do Enem e do Saeb	Maior acompanhamento do desempenho escolar	Ênfase na meritocracia e desconsideração das desigualdades sociais
Políticas de financiamento	Contingenciamento de recursos públicos	Melhor gestão dos gastos educacionais	Redução de investimentos na educação pública e precarização docente
Expansão das tecnologias educacionais	Uso de plataformas digitais e ensino remoto	Ampliação das metodologias de ensino	Exacerbação das desigualdades de acesso à tecnologia

Fonte: Elaborado com base em Silva (2023), Freitas (2020), Vieira (2023), Souza (2022), Costa e Silveira (2023), Gatti e Barretto (2020) e Oliveira (2023).

A análise das reformas educacionais contemporâneas revela que, embora algumas mudanças tenham contribuído para a modernização do ensino, muitas delas também reforçaram desigualdades preexistentes. Como destaca Mendonça (2023), a falta de um planejamento adequado e a adoção de políticas com viés economicista comprometem a efetividade das reformas, tornando necessário um debate mais amplo sobre os rumos da educação pública no Brasil.

Desafios e perspectivas para a educação no século XXI

A educação no século XXI enfrenta desafios complexos que exigem políticas públicas voltadas à equidade, inclusão e inovação pedagógica. O avanço das tecnologias digitais, as mudanças nas relações de trabalho e a ampliação das desigualdades sociais impactam diretamente o sistema educacional. Para lidar com esses desafios, é necessário repensar os modelos de ensino e buscar alternativas que garantam uma educação acessível e de qualidade para todos (Saviani, 2020).

A valorização da carreira docente é um dos principais desafios para a construção de um sistema educacional eficiente. Como destacam Gatti e Barretto (2020), a precarização do trabalho dos professores, a baixa remuneração e a falta de infraestrutura adequada comprometem a qualidade do ensino. Para superar esse problema, é fundamental investir na formação inicial e continuada dos docentes, garantindo condições adequadas para o exercício da profissão.

Outro ponto essencial é o financiamento da educação pública. Souza (2022) argumenta que a escassez de investimentos no setor compromete a ampliação da rede escolar e a melhoria da infraestrutura das instituições de ensino. Além disso, o contingenciamento de recursos destinados à educação básica e superior afeta diretamente a qualidade do ensino e a permanência dos estudantes na escola.

A desigualdade no acesso à educação ainda representa um grande obstáculo. De acordo com Costa e Silveira (2023), crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social enfrentam dificuldades para concluir os estudos devido à falta de políticas de inclusão. Programas de assistência estudantil, como bolsas e alimentação escolar, são fundamentais para garantir que os estudantes permaneçam na escola e tenham condições adequadas de aprendizado.

A incorporação de novas tecnologias na educação apresenta tanto oportunidades quanto desafios. Oliveira (2023) destaca que, embora o uso de plataformas digitais e recursos multimídia possa diversificar as metodologias de ensino, a falta de acesso à internet e a dispositivos tecnológicos por parte dos estudantes de baixa renda agrava as desigualdades educacionais. Portanto, a inclusão digital deve ser uma prioridade nas políticas educacionais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe novas diretrizes para o ensino no Brasil, mas também gerou críticas em relação à padronização curricular. Silva (2023)

argumenta que a BNCC pode desconsiderar as especificidades regionais e culturais, reduzindo a autonomia das escolas na elaboração de seus projetos pedagógicos. Assim, é necessário um debate contínuo sobre a flexibilidade curricular e a adaptação dos conteúdos às realidades locais.

A educação inclusiva é outro aspecto fundamental para garantir uma escola democrática e acessível a todos. Mendonça (2023) afirma que estudantes com deficiência ainda enfrentam barreiras significativas no ambiente escolar, devido à falta de professores especializados e de infraestrutura adaptada. A formação de educadores para atuar na inclusão e a oferta de recursos de acessibilidade são medidas essenciais para a superação desse problema.

A participação da comunidade escolar na gestão educacional pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Oliveira (2023) enfatiza que a gestão democrática da escola fortalece o vínculo entre professores, estudantes e famílias, promovendo um ambiente mais participativo e colaborativo. A descentralização das decisões e a escuta ativa das demandas da comunidade são estratégias importantes para tornar a escola um espaço mais acolhedor e eficiente.

O ensino integral surge como uma alternativa para ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e diversificar as atividades pedagógicas. Freitas (2020) destaca que essa modalidade de ensino pode contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos, combinando disciplinas tradicionais com atividades culturais, esportivas e tecnológicas. No entanto, sua implementação requer investimentos em infraestrutura e contratação de profissionais qualificados.

Além disso, é essencial que o ensino integral não se limite à ampliação da jornada escolar, mas que promova uma abordagem pedagógica que efetivamente enriqueça o processo de ensino-aprendizagem. Como apontam Arroyo e Moura (2011), a simples extensão do tempo na escola não garante, por si só, melhores resultados educacionais se não houver um projeto pedagógico que valorize a diversidade dos saberes e das experiências dos estudantes. Assim, para que essa modalidade cumpra seu papel de formação integral, é necessário que as escolas disponham de recursos adequados, currículo flexível e estratégias que favoreçam a autonomia, a participação ativa dos alunos e a articulação entre conhecimentos acadêmicos e práticas socioculturais.

A reforma do ensino médio trouxe desafios para a oferta de itinerários formativos diversificados. Vieira (2023) aponta que muitas escolas públicas não possuem estrutura

suficiente para garantir uma variedade de trajetórias educacionais, limitando as escolhas dos estudantes. Assim, para que a flexibilização curricular seja efetiva, é necessário assegurar que todas as instituições tenham condições de oferecer diferentes áreas de conhecimento.

Além da questão estrutural, a desigualdade na implementação dos itinerários formativos pode acentuar disparidades educacionais entre escolas de diferentes regiões e contextos socioeconômicos. Como destaca Silva (2023), enquanto algumas instituições conseguem ofertar uma gama variada de opções, outras ficam restritas a itinerários mais limitados, frequentemente relacionados às áreas com menor demanda por infraestrutura específica. Esse cenário compromete a equidade no acesso ao conhecimento e restringe as possibilidades de escolha dos estudantes, contrariando o princípio da personalização do ensino. Portanto, para que a reforma cumpra seu propósito, é indispensável o investimento em formação docente, infraestrutura adequada e políticas públicas que garantam condições equitativas de implementação em todo o sistema educacional.

Quadro 3 - Desafios e perspectivas para a educação no século XXI.

Desafios	Impactos	Possíveis soluções
Valorização da carreira docente	Baixa atratividade da profissão, evasão de professores	Aumento salarial, melhores condições de trabalho e formação continuada
Financiamento da educação	Infraestrutura precária, falta de recursos didáticos	Ampliação do investimento público e fiscalização do uso dos recursos
Desigualdade no acesso à tecnologia	Exclusão digital, dificuldades de aprendizado	Políticas de inclusão digital e distribuição de equipamentos
Educação inclusiva	Barreiras para estudantes com deficiência	Formação de professores e adaptação da infraestrutura
Gestão democrática da escola	Falta de participação da comunidade escolar	Descentralização das decisões e envolvimento das famílias
Ensino integral	Baixa oferta de tempo ampliado na escola pública	Investimentos em infraestrutura e currículo diversificado
Flexibilização curricular	Desigualdade na oferta de itinerários formativos	Garantia de infraestrutura e formação docente especializada
Educação profissional e técnica	Baixa qualificação para o mercado de trabalho	Expansão da oferta de cursos técnicos e parcerias com empresas

Fonte: Elaborado com base em Saviani (2020), Gatti e Barretto (2020), Souza (2022), Costa e Silveira (2023), Oliveira (2023), Silva (2023), Mendonça (2023), Freitas (2020), Vieira (2023), Romanelli (2014) e Freire (1987).

O fortalecimento da educação profissional e técnica é uma estratégia relevante para preparar os jovens para o mundo do trabalho. Romanelli (2014) ressalta que cursos técnicos e profissionalizantes desempenham um papel fundamental na inserção dos estudantes no mercado, reduzindo as taxas de desemprego juvenil. Investir na expansão desse tipo de ensino pode contribuir para uma maior articulação entre a escola e as demandas do setor produtivo.

No entanto, é fundamental que essa expansão ocorra sem reduzir a educação profissional a uma simples adaptação às exigências do mercado, mas sim garantindo uma formação que possibilite o desenvolvimento integral dos estudantes. Como destaca Frigotto (2005), a educação técnica não deve ser instrumentalizada apenas para suprir necessidades imediatas do setor produtivo, mas deve proporcionar uma base sólida de conhecimentos que permita a compreensão crítica da realidade e a construção de trajetórias profissionais mais autônomas. Dessa forma, a articulação entre escola e trabalho deve estar pautada não apenas na empregabilidade, mas também na formação cidadã e na valorização do trabalho como dimensão fundamental da vida social.

Nesse sentido, é essencial que a educação técnica seja concebida dentro de uma perspectiva que integre formação geral e específica, evitando uma visão reducionista que limite o estudante a uma função meramente operatória. Como argumenta Ciavatta (2012), uma formação técnica de qualidade deve articular conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, promovendo a capacidade de reflexão crítica e de adaptação às transformações do mundo do trabalho. Assim, para que essa modalidade cumpra seu papel social e educativo, é necessário que as políticas públicas garantam não apenas a ampliação da oferta de cursos, mas também a qualidade curricular e pedagógica, assegurando o direito dos estudantes a uma formação integral e emancipadora.

A educação do século XXI deve ser pensada como um instrumento de transformação social. Como destaca Freire (1987), a escola deve ir além da simples transmissão de conhecimentos, estimulando o pensamento crítico e a participação ativa dos estudantes na construção de uma sociedade mais justa. Dessa forma, a adoção de políticas educacionais inclusivas, democráticas e inovadoras é essencial para garantir o direito à educação para todos.

Considerações Finais

A educação do século XXI enfrenta desafios complexos que exigem soluções inovadoras e inclusivas. A ampliação do investimento público, a valorização da carreira docente e a implementação de políticas que garantam a equidade no acesso à educação são fundamentais para a construção de um sistema educacional eficiente. Além disso, é necessário considerar que a aprendizagem não pode ser pautada apenas pelo cumprimento de currículos padronizados, mas deve possibilitar o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para um mundo em constante transformação.

Outro aspecto essencial para o fortalecimento da educação é a democratização do uso da tecnologia nas escolas. A crescente digitalização do ensino pode ser um fator positivo para diversificar metodologias pedagógicas, mas somente se for implementada de forma equitativa. Para isso, é indispensável que as políticas públicas garantam a inclusão digital, evitando que o acesso desigual a equipamentos e internet amplie ainda mais as disparidades educacionais já existentes.

Por fim, a escola deve ser compreendida não apenas como um espaço de transmissão de conhecimento, mas como um ambiente que promove cidadania, empatia e pensamento crítico. Para que isso se concretize, é imprescindível que a educação seja estruturada em bases democráticas, assegurando a participação de toda a comunidade escolar no processo educativo. Assim, a construção de um ensino de qualidade depende não apenas de políticas eficazes, mas também do envolvimento coletivo na valorização da educação como pilar do desenvolvimento social.

Referências

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; DALBEN, Angela. **Desigualdades Educacionais no Brasil: Um Olhar sobre o Século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. **Educação e Democracia: Novos Desafios no Século XXI**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel. **Políticas Educacionais e Justiça Social: Reflexões para o Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Brasileira na Atualidade: Desafios e Perspectivas**. Revista Brasileira de Educação, v. 25, 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reformas Educacionais no Brasil: Desafios e Perspectivas na Atualidade**. Brasília: Liber Livro, 2022.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Escolarização no Brasil: Avanços e Desafios no Século XXI**. São Paulo: Cortez, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma do Ensino Médio: Dilemas e Perspectivas**. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2020.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2011.

GATTI, Bernardete A.; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: Novos Cenários de Formação**. Brasília: UNESCO, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas e Quantitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2022.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. **A Educação Básica no Brasil: Desafios Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2023.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **História da Educação no Brasil: Novas Abordagens**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão Democrática da Educação: Teoria e Prática**. São Paulo: Cortez, 2023.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crise da Educação no Brasil: Um Olhar Crítico**. Coimbra: Almedina, 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História da Educação Brasileira: Da Colônia ao Século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo e Educação: Impactos na Escola Pública Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2023.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Financiamento da Educação no Brasil: Dilemas e Perspectivas**. Curitiba: Appris, 2022.

SOUZA, Paulo Renato de. **Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo: Avanços e Retrocessos**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é Privilégio**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Políticas de Avaliação da Educação Básica no Brasil: Tendências e Desafios**. Fortaleza: Edições UFC, 2023.

CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA COLONIZAÇÃO À ATUALIDADE

DOI: 10.5281/zenodo.14957462

Weider Silva Pinheiro ¹³

Evelyn Aida Tonioli Valente ¹⁴

RESUMO

Este capítulo aborda a trajetória da educação no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, evidenciando os principais avanços e desafios enfrentados ao longo do tempo. O objetivo é analisar como os diferentes momentos históricos influenciaram a organização do sistema educacional brasileiro, destacando as políticas públicas e as reformas educacionais que marcaram esse percurso. A metodologia utilizada consiste em uma revisão bibliográfica, baseada em estudos de autores como Anísio Teixeira, Paulo Freire e Dermeval Saviani, que contribuíram significativamente para a compreensão da educação no contexto nacional. O referencial teórico abrange a história da educação brasileira, a pedagogia crítica e as políticas educacionais, enfatizando as transformações e permanências ao longo dos séculos. As reflexões indicam que, no período colonial, a educação era restrita e controlada pelos jesuítas, voltada à catequese e à formação da elite. Com a independência e, posteriormente, a Proclamação da República, começaram a surgir debates sobre a necessidade de um ensino público e laico. No século XX, com a criação da LDB e a expansão da educação básica, ampliaram-se as oportunidades de escolarização, embora persistam desafios relacionados à desigualdade e à qualidade do ensino. As discussões demonstram que o acesso à educação evoluiu significativamente, mas ainda há lacunas que precisam ser superadas. Dessa forma, conclui-se que compreender a história da educação no Brasil permite refletir sobre os caminhos percorridos e os desafios futuros. Assim, este capítulo contribui para o debate sobre o papel da escola na promoção da equidade e da inclusão educacional.

¹³ Doutor em Business Administration (D.B.A.). Logos University International. weider@cartoriobruno.not.br.

¹⁴ Mestranda em Educação. Logos University International. cartoriocaldas3@gmail.com.

Palavras-chave: Educação Brasileira, Políticas Educacionais, História da Educação, Desigualdade Escolar.

Introdução

Desde o período colonial até os dias atuais, a trajetória da educação brasileira foi marcada por avanços, retrocessos e desafios persistentes, que continuam a influenciar o sistema educacional contemporâneo.

No período colonial, a educação era predominantemente controlada pela Igreja Católica, com os jesuítas desempenhando um papel central na catequização dos indígenas. Paulo Freire (1987) aponta que a educação desse período servia como instrumento de dominação, reforçando estruturas de poder e exclusão social. A população negra escravizada foi sistematicamente excluída do acesso à educação formal.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808, houve um impulso inicial para a criação de instituições de ensino superior, como escolas de medicina e direito. No entanto, a educação básica permaneceu negligenciada, refletindo desigualdades sociais e regionais que perdurariam por séculos.

O período imperial trouxe algumas reformas educacionais, como a Reforma Couto Ferraz (1854), que buscava organizar o ensino primário. Azevedo (1943) destaca que a educação no Brasil sempre esteve atrelada aos interesses das elites, com pouca atenção às necessidades da população em geral.

A Proclamação da República, em 1889, marcou um novo capítulo na história educacional. A Reforma Benjamin Constant (1890) introduziu a laicização do ensino, refletindo os ideais republicanos de separação entre Igreja e Estado. No entanto, as mudanças foram lentas e insuficientes para garantir educação de qualidade para todos.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, foi um marco na defesa da escola pública, gratuita e laica. Liderados por Anísio Teixeira, os signatários defendiam uma educação democrática e inclusiva, capaz de promover transformação social. Teixeira (1957) enfatiza que a educação não é privilégio, mas um direito de todos.

O Regime Militar (1964-1985) trouxe profundas mudanças, muitas delas alinhadas aos interesses do governo autoritário. A Lei 5.692/71 priorizou a profissionalização do ensino, em detrimento da formação crítica e humanística. Saviani

(2007) analisa esse período como um retrocesso, no qual a educação foi instrumentalizada para servir ao regime.

A redemocratização do Brasil, a partir de 1985, trouxe novas esperanças para a educação. A Constituição de 1988 estabeleceu o direito à educação como princípio fundamental, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) buscou reorganizar o sistema educacional em bases democráticas. Moacir Gadotti (2000) destaca que a implementação dessas políticas enfrentou inúmeros obstáculos, desde a falta de recursos até a resistência de setores conservadores.

No século XXI, a educação brasileira seguiu enfrentando desafios históricos, como desigualdade de acesso e baixa qualidade do ensino. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, estabeleceu metas ambiciosas para a década seguinte, mas muitas ainda estão longe de serem alcançadas. Cury (2021) observa que a educação básica no Brasil carece de investimentos consistentes e políticas públicas eficazes.

A pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, exacerbou problemas já existentes. O fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto evidenciaram desigualdades no acesso à tecnologia e à internet. Souza (2021) destaca que a pandemia escancarou as fragilidades do sistema educacional, especialmente para os estudantes mais vulneráveis.

O Relatório Educação em Pauta 2022, publicado pelo Instituto Unibanco, aponta que a evasão escolar aumentou significativamente durante a pandemia, especialmente entre alunos de baixa renda. O documento alerta para a necessidade de políticas urgentes para reverter esse quadro e garantir o direito à educação para todos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018 e atualizada em 2021, representa um esforço para modernizar o currículo escolar e alinhá-lo às demandas contemporâneas. No entanto, sua implementação tem sido lenta e desigual, com muitas escolas enfrentando dificuldades para se adaptar às novas diretrizes.

A tecnologia tem ganhado espaço na educação, especialmente com o crescimento do ensino a distância (EAD). Alves (2022) argumenta que as tecnologias digitais podem democratizar o ensino, mas seu uso deve ser acompanhado de políticas que garantam acesso equitativo a todos os estudantes.

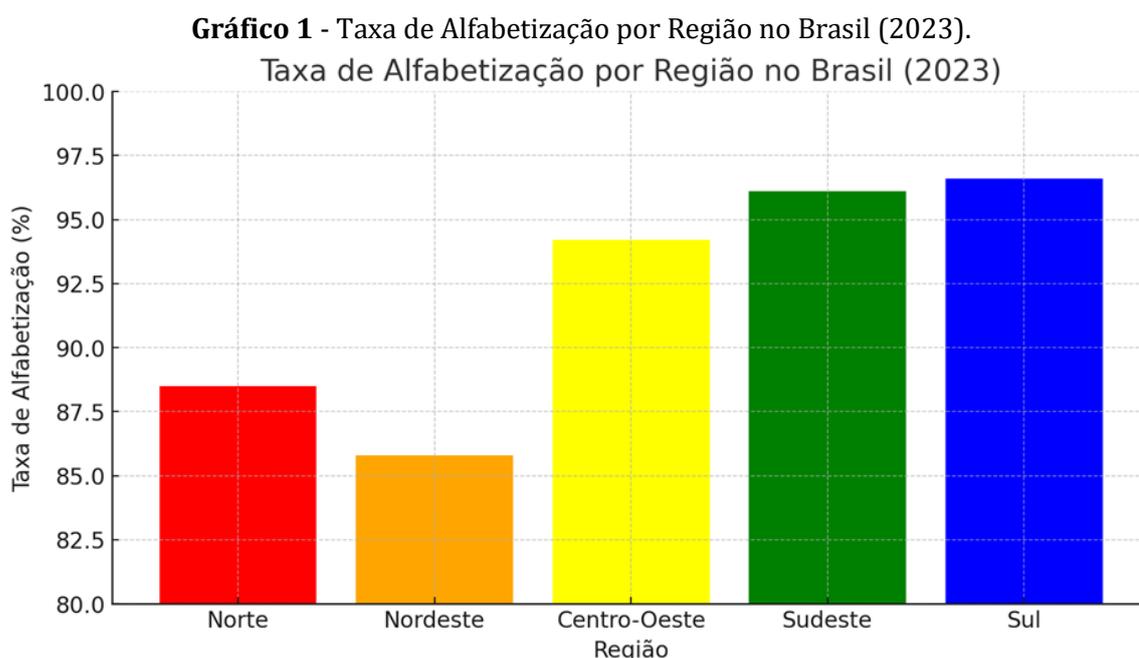
A valorização dos professores é essencial para o futuro da educação no Brasil. A desvalorização salarial e as precárias condições de trabalho têm levado muitos profissionais a abandonar a carreira docente. Gomes (2021) alerta que sem professores motivados e bem preparados, qualquer reforma educacional está fadada ao fracasso.

O financiamento da educação continua sendo um desafio central. Apesar dos avanços trazidos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para garantir recursos suficientes para a manutenção das escolas e a qualidade do ensino.

A desigualdade educacional persiste como um dos maiores obstáculos para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Enquanto escolas privadas oferecem educação de qualidade para uma minoria privilegiada, a maioria dos estudantes brasileiros depende de uma rede pública que ainda enfrenta desafios estruturais.

A educação no Brasil também é marcada por disparidades regionais. Enquanto Sul e Sudeste concentram os melhores índices de qualidade, Norte e Nordeste enfrentam desafios históricos, como infraestrutura precária e escassez de professores qualificados.

Dados do Censo Escolar de 2023 indicam que, das 178,5 mil escolas em atividade no Brasil, a maioria pertence à rede pública. Observa-se uma disparidade significativa entre as regiões: enquanto o Sul e Sudeste apresentam as maiores taxas de alfabetização, o Nordeste registra os menores índices. Em 2022, a taxa de alfabetização no Nordeste foi de 85,8%, comparada a 96,6% no Sul e 96,1% no Sudeste. Além disso, quase metade das escolas não avaliadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 2019 estava no Nordeste, refletindo desafios históricos como infraestrutura inadequada e escassez de professores qualificados.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Inep (2023).

A formação cidadã e o pensamento crítico são essenciais para a construção de uma sociedade democrática. Paulo Freire (1987) ressalta que a educação que se limita à transmissão de conhecimentos técnicos e despreza a formação humana está fadada a reproduzir desigualdades e opressão.

Anísio Teixeira (1957) sintetiza a importância da educação como direito fundamental. Para ele, a educação é um processo de humanização que só se realiza plenamente quando acessível a todos, sem distinção de classe, raça ou gênero. A escola pública, gratuita e laica é o principal instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante desse cenário, este capítulo analisa a trajetória da educação no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, destacando os principais avanços e desafios enfrentados ao longo do tempo. Compreender essa história contribui para a reflexão sobre os caminhos necessários para uma educação mais inclusiva, democrática e transformadora.

A Educação no Período Colonial (1500-1822)

A educação no período colonial brasileiro foi profundamente influenciada pelo projeto colonizador português e pela atuação da Igreja Católica, especialmente pela Companhia de Jesus. Os jesuítas, que chegaram ao Brasil em 1549, liderados por Manuel da Nóbrega, tinham como principal objetivo catequizar os indígenas, promovendo sua conversão religiosa e integração à cultura europeia. Freire (1987) destaca que a educação jesuítica não era neutra, mas um instrumento de dominação cultural e espiritual, servindo aos interesses da colonização.

A estrutura educacional jesuítica organizava-se em colégios, seminários e missões, onde os indígenas aprendiam a ler, escrever e seguir os preceitos da fé católica. No entanto, essa educação não promovia emancipação intelectual ou crítica, mas sim submissão ao regime colonial. Azevedo (1943) aponta que a educação colonial era um meio de controle social, destinado a manter a ordem e a hierarquia estabelecidas.

A população negra escravizada, trazida da África para trabalhar nas plantations de açúcar e minas de ouro, foi sistematicamente excluída do acesso à educação formal. A escravidão, base econômica do período, impedia que africanos e seus descendentes

recebessem qualquer instrução além daquela voltada para o trabalho braçal. Essa exclusão educacional refletia a lógica de dominação racial e social do Brasil colonial.

A educação das elites coloniais seguia um modelo europeizado, com ênfase no ensino clássico e religioso. Os filhos dos senhores de engenho e comerciantes ricos estudavam em colégios jesuítas ou, em alguns casos, na Europa. Essa dualidade educacional, que separava a elite da massa trabalhadora, persistiria na história da educação brasileira.

A expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, representou uma ruptura no sistema educacional colonial. As reformas pombalinas buscaram secularizar o ensino e transferir seu controle para o Estado, mas, na prática, resultaram em um período de desorganização e decadência das instituições educativas. Saviani (2007) observa que a expulsão dos jesuítas deixou um vácuo não preenchido por um sistema educacional eficiente, contribuindo para o atraso educacional do país.

A educação feminina no período colonial era ainda mais restrita, limitando-se ao ensino doméstico e religioso. As mulheres das elites eram educadas para serem esposas e mães, com ênfase em habilidades como costura, música e catecismo. Mulheres pobres, indígenas e negras eram completamente excluídas da educação formal.

Freire (1987) sintetiza a natureza opressora da educação colonial ao afirmar que seu objetivo não era formar cidadãos críticos e autônomos, mas indivíduos submissos, adaptados à ordem social e religiosa imposta pelos colonizadores. Para o educador, a educação nesse contexto funcionava como arma de controle e dominação.

Ao final do período colonial, a educação no Brasil apresentava profundas desigualdades e contradições. Enquanto uma pequena elite tinha acesso a uma formação europeizada, a maioria da população permanecia analfabeta e excluída dos benefícios da educação formal. Esse legado de exclusão e desigualdade continuaria a influenciar o sistema educacional brasileiro nos séculos seguintes.

A Educação do Império (1822-1889) à República (1889-1964)

A educação no período imperial brasileiro foi marcada por tentativas de organização do sistema educacional, ainda que de forma limitada e elitista. Com a independência do Brasil em 1822, surgiu a necessidade de criar instituições que formassem uma elite intelectual e burocrática para administrar o novo país. A criação de

escolas de medicina, direito e engenharia refletia essa preocupação, mas a educação básica continuou negligenciada. Para Azevedo (1943), “a educação no Império era um privilégio das classes dominantes, enquanto a maioria da população permanecia à margem do processo educacional”.

A Reforma Couto Ferraz, em 1854, representou uma tentativa de organizar o ensino primário no Brasil, estabelecendo diretrizes para a criação de escolas públicas. No entanto, a falta de recursos e a priorização dos interesses das elites fizeram com que a reforma tivesse um impacto limitado. A educação continuou a ser um privilégio de poucos, enquanto a maioria da população, especialmente os negros libertos e os pobres, permanecia excluída. Saviani (2007) observa que “o Império não conseguiu superar o legado colonial de exclusão educacional, perpetuando as desigualdades sociais”.

A Proclamação da República, em 1889, trouxe novas esperanças para a educação brasileira. Os ideais republicanos de modernização e progresso incluíam a defesa de uma educação pública, laica e gratuita. A Reforma Benjamin Constant, em 1890, foi um dos primeiros esforços nesse sentido, buscando secularizar o ensino e introduzir métodos pedagógicos modernos. No entanto, como aponta Teixeira (1957), “a República nascente não conseguiu romper completamente com o elitismo e a exclusão que marcaram o período imperial”.

Quadro 1 - Mudanças na Legislação Educacional.

Ano	Lei	Principais Características
1961	LDB 4.024/61	Primeira LDB, regulamentou o sistema de ensino, concedeu autonomia para estados e municípios.
1971	LDB 5.692/71	Enfaticizou a profissionalização do ensino médio, tornando o ensino fundamental obrigatório.
1996	LDB 9.394/96	Incluiu a educação infantil e reorganizou o ensino básico, priorizando a inclusão educacional.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, foi um marco na história da educação brasileira. Liderados por Anísio Teixeira, os signatários do manifesto defendiam uma educação pública, gratuita e universal, capaz de promover a democratização do acesso ao conhecimento. O documento criticava o caráter elitista e excludente do sistema educacional vigente e propunha uma reforma radical. Como escreveram os pioneiros, “a educação é um direito de todos e um dever do Estado, e só uma escola pública e laica pode garantir a igualdade de oportunidades”.

Apesar dos avanços propostos pelo movimento da Escola Nova, a educação na Primeira República continuou a enfrentar grandes desafios. A falta de recursos, a descentralização do sistema educacional e a resistência das elites conservadoras impediram a implementação de políticas mais inclusivas. Como observa Moacir Gadotti (2000), “a República herdou os problemas do Império e não conseguiu superá-los, mantendo a educação como um privilégio de poucos”.

O período que se seguiu à Revolução de 1930 trouxe novas mudanças, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961. No entanto, a educação continuou a ser marcada por profundas desigualdades regionais e sociais. Enquanto as regiões Sul e Sudeste concentravam as melhores escolas e universidades, o Norte e o Nordeste enfrentavam a falta de infraestrutura e de professores qualificados.

Ao final do período republicano, em 1964, a educação brasileira ainda estava longe de cumprir o ideal de universalização e democratização proposto pelos pioneiros da Escola Nova. A exclusão educacional, o analfabetismo e a falta de investimentos públicos continuavam a ser desafios centrais, que seriam agravados pelo regime militar instaurado após o golpe de 1964. Como destaca Cury (2021), “a história da educação no Brasil é uma história de lutas e contradições, em que os avanços convivem com os retrocessos e as promessas com as frustrações”.

A Educação durante o regime militar

O regime militar, instaurado em 1964, trouxe mudanças profundas para a educação brasileira, alinhando-a aos interesses do governo autoritário. A educação foi utilizada como instrumento de controle ideológico, com o objetivo de formar mão de obra qualificada para o mercado e evitar questionamentos ao regime. A Lei 5.692/71, conhecida como Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, priorizou a profissionalização do ensino médio, em detrimento da formação crítica e humanística. Como destaca Dermeval Saviani (2007, p. 145), “a educação durante o regime militar foi marcada pela dualidade: formação técnica para as classes populares e formação acadêmica para as elites”.

A repressão ao pensamento crítico foi uma característica marcante desse período. Professores e estudantes foram perseguidos, e conteúdos considerados subversivos

foram censurados. As universidades, em particular, foram alvo de intervenções, com a expulsão de docentes e a dissolução de entidades estudantis. Segundo Freire (1987, p. 67), “a educação, que deveria ser um instrumento de libertação, foi transformada em mecanismo de opressão, servindo aos interesses de um regime que temia a conscientização popular”.

Os acordos MEC-USAID, firmados entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, tiveram grande influência na reestruturação do sistema educacional brasileiro durante o regime militar. Esses acordos promoveram a adoção de modelos educacionais norte-americanos, com foco na eficiência administrativa e na formação técnica. No entanto, como aponta Saviani (2007, p. 152), “a importação desses modelos ignorou as especificidades da realidade brasileira, aprofundando as desigualdades educacionais”.

A educação superior também sofreu transformações significativas durante o regime militar. A reforma universitária de 1968, implementada pela Lei 5.540, buscou modernizar as universidades, mas também reforçou o controle do governo sobre as instituições de ensino. A criação do vestibular unificado e a expansão do ensino superior privado foram algumas das medidas adotadas. No entanto, como observa Moacir Gadotti (2000, p. 112), “a expansão do ensino superior não foi acompanhada de um aumento na qualidade, resultando em um sistema fragmentado e desigual”.

A educação básica, por sua vez, foi negligenciada durante o regime militar. A falta de investimentos e a priorização do ensino técnico resultaram em um sistema educacional precário, com altas taxas de evasão e repetência. Para Cury (2021, p. 89), “o regime militar deixou um legado de exclusão educacional, que ainda hoje impacta o sistema educacional brasileiro”.

De acordo Freire (1987, p. 72):

A educação, que deveria ser um espaço de diálogo e construção coletiva, foi transformada em instrumento de dominação. O regime militar temia a conscientização popular e, por isso, buscou controlar o sistema educacional, eliminando qualquer possibilidade de pensamento crítico e autônomo.

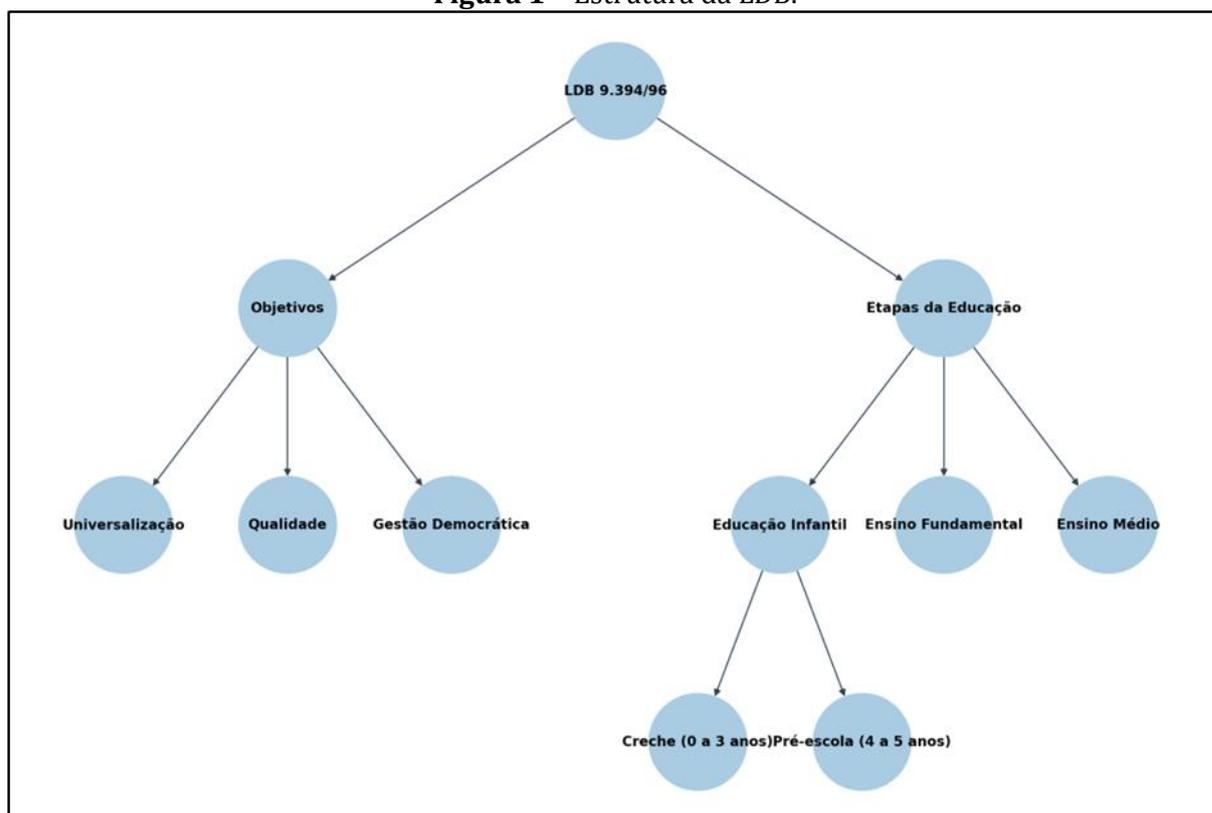
Ao final do regime militar, em 1985, a educação brasileira estava marcada por profundas contradições. Enquanto o ensino técnico foi expandido, a educação básica e a formação crítica foram negligenciadas. Esse legado de exclusão e controle ideológico continuaria a influenciar o sistema educacional nas décadas seguintes.

A Educação na Redemocratização (1985-2000)

A redemocratização do Brasil, iniciada em 1985, trouxe novas esperanças para a educação. A Constituição de 1988 estabeleceu o direito à educação como um princípio fundamental, garantindo o acesso universal ao ensino básico e a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), promulgada em 1996, foi outro marco importante desse período. A LDB estabeleceu diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação superior, buscando reorganizar o sistema educacional em bases democráticas. No entanto, como aponta Gadotti (2000, p. 95), “a implementação da LDB enfrentou desafios como a falta de recursos e a resistência de setores conservadores”. A figura 1 abaixo visa representar visualmente os níveis hierárquicos da LDB.

Figura 1 – Estrutura da LDB.



Fonte: Elaborado pelos autores com base na LDB 9.394/96.

A década de 1990 também foi marcada pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em 1996. O Fundef representou um avanço na redistribuição de recursos para a educação

básica, mas também evidenciou as desigualdades regionais. Como observa Cury (2021, p. 102), “o Fundef foi um passo importante, mas insuficiente para garantir a qualidade do ensino em todas as regiões do país”.

A educação superior também passou por transformações durante a redemocratização. A expansão do ensino superior privado e a criação de programas de avaliação, como o Exame Nacional de Cursos (Provão), foram algumas das medidas adotadas. No entanto, Saviani (2007, p. 178), ressalta que “a expansão do ensino superior não foi acompanhada de um aumento na qualidade, resultando em um sistema fragmentado e desigual”.

Na perspectiva progressista de Teixeira (1957, p. 45), sobre a educação na redemocratização: “A educação é um direito de todos e um dever do Estado. Só uma escola pública, gratuita e laica pode garantir a igualdade de oportunidades e a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.”

Ao final do século XX, a educação brasileira ainda enfrentava grandes desafios, como a desigualdade de acesso, a falta de investimentos e a desvalorização dos professores. No entanto, os avanços conquistados durante a redemocratização abriram caminho para novas transformações no século XXI.

A Educação no Século XXI (2001 - Atualidade)

O século XXI trouxe novos desafios e oportunidades para a educação brasileira. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, estabeleceu metas ambiciosas para a década seguinte, incluindo a universalização do acesso à educação básica, a erradicação do analfabetismo e a valorização dos professores. No entanto, para Cury (2021, p. 76), “o PNE representa um esforço importante, mas sua efetivação depende de investimentos consistentes e de políticas públicas eficazes”.

A pandemia de COVID-19, que se iniciou em 2020, exacerbou os problemas já existentes no sistema educacional brasileiro. O fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto revelaram as profundas desigualdades no acesso à tecnologia e à internet. Segundo Ângelo Ricardo de Souza (2021, p. 102), “a pandemia escancarou as fragilidades do sistema educacional, especialmente para os estudantes mais vulneráveis”.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018 e atualizada em 2021, representa um esforço para modernizar o currículo escolar e alinhá-lo às demandas do século XXI. A BNCC estabelece competências e habilidades essenciais para cada etapa da educação básica, com foco no desenvolvimento integral dos estudantes. No entanto, como argumenta Maria Teresa Gonzaga Alves (2022, p. 54), “a BNCC é um avanço, mas sua efetivação depende de formação docente adequada e de investimentos em infraestrutura”.

Paulo Freire (1987, p. 33), sintetiza a importância da educação como um direito fundamental: “A educação não pode ser um privilégio de poucos, mas um direito de todos. Ela é o caminho para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Sem educação de qualidade, não há transformação social possível.”

Desafios Atuais e Perspectivas Futuras

A educação brasileira, no início da terceira década do século XXI, enfrenta desafios históricos que se entrelaçam com novas demandas da sociedade contemporânea. A desigualdade educacional persiste como um dos maiores obstáculos, refletindo as disparidades socioeconômicas do país. Enquanto as escolas privadas oferecem uma educação de qualidade para uma minoria privilegiada, a maioria dos estudantes brasileiros depende de uma rede pública que ainda está longe de atender às suas necessidades. Como destaca Carlos Roberto Jamil Cury (2021, p. 89), “a desigualdade educacional é um reflexo da desigualdade social, e só será superada com políticas públicas consistentes e investimentos adequados”.

A falta de financiamento é um dos principais entraves para a melhoria da qualidade da educação. Apesar dos avanços trazidos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para garantir recursos suficientes para a manutenção das escolas e a qualidade do ensino. Segundo Souza (2021, p. 112), “o subfinanciamento crônico da educação pública é um dos maiores desafios para a universalização do acesso à educação de qualidade”.

A valorização dos professores é outro tema crucial para o futuro da educação no Brasil. A desvalorização salarial e as precárias condições de trabalho têm levado muitos profissionais a abandonar a carreira docente. Dados do Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que mais de 50% dos professores da educação básica não se sentem valorizados em suas profissões. Como alerta Candido Alberto Gomes (2021, p. 115), “sem professores motivados e bem preparados, qualquer reforma educacional está fadada ao fracasso”.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018 e atualizada em 2021, representa um esforço para modernizar o currículo escolar e alinhá-lo às demandas do século XXI. No entanto, sua implementação tem sido lenta e desigual, com muitas escolas ainda enfrentando dificuldades para adaptar-se às novas diretrizes. Maria Teresa Gonzaga Alves (2022, p. 54) argumenta que “a BNCC é um avanço, mas sua efetivação depende de formação docente adequada e de investimentos em infraestrutura”.

A tecnologia tem se tornado cada vez mais presente na educação, especialmente com o crescimento do ensino a distância (EAD). A pandemia de COVID-19 acelerou a adoção de ferramentas digitais, como plataformas de aprendizagem e videoaulas, mas também evidenciou as desigualdades no acesso à internet e aos dispositivos eletrônicos. Segundo Gomes (2021, p. 120), “as tecnologias digitais podem ser poderosas ferramentas para a democratização do ensino, mas seu uso deve ser acompanhado de políticas que garantam o acesso equitativo a todos os estudantes”.

A formação cidadã e o pensamento crítico são essenciais para a construção de uma sociedade democrática. No entanto, como destaca Paulo Freire (1987, p. 33), “a educação que se limita à transmissão de conhecimentos técnicos e despreza a formação humana está fadada a reproduzir as desigualdades e a opressão”. A citação a seguir, de Freire (1987, p. 45), sintetiza a importância da educação como um direito fundamental: “A educação não pode ser um privilégio de poucos, mas um direito de todos. Ela é o caminho para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Sem educação de qualidade, não há transformação social possível.”

A inclusão de grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas, pessoas com deficiência e a população LGBTQIA+, é outro desafio central para a educação brasileira. A implementação de políticas de ações afirmativas, como cotas raciais e sociais, tem avançado, mas ainda há muito a ser feito para garantir a equidade no acesso e na permanência na educação. Como aponta Cury (2021, p. 102), “a inclusão não se limita ao acesso, mas também à garantia de condições dignas de permanência e sucesso”.

A educação no campo e nas periferias urbanas também requer atenção especial. As escolas rurais e das periferias enfrentam desafios como a falta de infraestrutura, a escassez de professores qualificados e a dificuldade de acesso a recursos tecnológicos. Segundo Souza (2021, p. 118), “a educação no campo e nas periferias é um dos maiores desafios para a universalização do direito à educação no Brasil”.

A formação continuada dos professores é essencial para enfrentar os desafios atuais. A atualização dos conhecimentos pedagógicos e a capacitação para o uso de tecnologias digitais são fundamentais para garantir uma educação de qualidade. Como destaca Alves (2022, p. 60), “a formação docente deve ser permanente, articulando teoria e prática, para responder às demandas da sociedade contemporânea”.

Ao olhar para o futuro, é essencial enfrentar os desafios históricos da educação brasileira, como a desigualdade de acesso, a falta de investimentos e a desvalorização dos profissionais da educação. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e transformadora depende do compromisso de todos os setores da sociedade. Como conclui Freire (1987, p. 72), “a educação é um ato de coragem, um compromisso com a transformação social e a construção de um mundo mais justo e humano”.

Conclusão

A trajetória da educação no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, revela um cenário marcado por avanços significativos, mas também por desafios persistentes. A exclusão histórica de grande parte da população, as desigualdades regionais e a desvalorização dos profissionais da educação são questões que ainda precisam ser enfrentadas com urgência. No entanto, os esforços recentes, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a ampliação do Fundeb, demonstram que é possível construir um sistema educacional mais justo e inclusivo. A educação, como direito fundamental, deve ser prioridade na agenda política e social do país, pois só assim será possível romper com o ciclo de desigualdades e garantir um futuro mais promissor para as próximas gerações.

Olhando para o futuro, é essencial que a educação brasileira se fortaleça como um espaço de formação cidadã, crítica e humanística. A integração de tecnologias digitais, a valorização dos professores e a garantia de acesso equitativo para todos são caminhos

indispensáveis para transformar a realidade educacional do país. A construção de uma educação de qualidade, que prepare os estudantes não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade, depende do compromisso coletivo de governos, educadores, famílias e comunidades. Somente com um projeto educacional inclusivo e democrático será possível alcançar a tão sonhada transformação social e garantir um Brasil mais justo e igualitário para todos.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os desafios da educação no século XXI. **Educação e Sociedade**, v. 43, n. 1, p. 54-60, 2022.

APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. Tradução de Maria de Lourdes Viana Boensa. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1943.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Taxa de alfabetização chega a 93% da população brasileira, revela IBGE**. Brasília, DF: IBGE, 2024. Disponível em: [link]. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023: resultados preliminares**. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: [link]. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Brasília, DF: MEC, 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à Educação: Direito à Igualdade, Direito à Diferença**. São Paulo: Cortez, 2002.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução de Joaquim Ferreira Gomes. 14. ed. São Paulo: Vozes, 2011.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito**. São Paulo: Cortez, 1980.

GOMES, Candido Alberto. **Desafios da Educação no Brasil Pós-Pandemia**. Brasília: Liber Livro, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 1983.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo**. Curitiba: Appris, 2021.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **A Educação no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Curitiba: Appris, 2020.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 5. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

TEIXEIRA, Anísio. **A Educação e a Crise Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CAPÍTULO 6

NOVOS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

DOI: 10.5281/zenodo.14957464

Weider Silva Pinheiro ¹⁵

Evelyn Aida Tonioli Valente ¹⁶

RESUMO

O presente capítulo, explora a emergência de novas abordagens educacionais no século XXI, considerando os impactos das transformações tecnológicas, sociais e culturais na forma como o ensino é concebido. O principal objetivo é compreender de que maneira essas mudanças influenciam os processos de ensino e aprendizagem, além de examinar as estratégias pedagógicas que vêm sendo adotadas para atender às novas demandas educacionais. Para isso, adota-se uma revisão bibliográfica, embasada em pesquisas sobre metodologias ativas, competências socioemocionais e o uso de tecnologias digitais na educação, com base em teóricos como Moran, Prensky e Bacich. O referencial teórico apoia-se em estudos sobre inovação educacional e aprendizagem significativa, enfatizando a necessidade de adaptação do ensino às exigências contemporâneas. Os achados revelam que, diante da crescente digitalização e das novas dinâmicas sociais, a educação vem passando por um processo de ressignificação. Modelos tradicionais de ensino estão sendo repensados, com a valorização de metodologias que estimulam a autonomia, o pensamento crítico e a colaboração entre os alunos. Além disso, observa-se um movimento em direção à personalização do aprendizado, considerando as particularidades e os ritmos individuais dos estudantes. Por fim, destaca-se que os desafios do século XXI exigem uma educação mais flexível e conectada com a realidade dos estudantes. Assim, este capítulo contribui para uma reflexão sobre as possibilidades e limitações das inovações

¹⁵ Doutor em Business Administration (D.B.A.). Logos University International. weider@cartoriobruno.not.br.

¹⁶ Mestranda em Educação. Logos University International. cartoriocaldas3@gmail.com.

educacionais, bem como sobre o papel do educador na mediação desses processos.

Palavras-chave: Educação Contemporânea, Inovação Pedagógica, Tecnologias Educacionais, Aprendizagem Ativa.

Introdução

A educação do século XXI tem sido marcada por profundas transformações impulsionadas por mudanças sociais, culturais e tecnológicas. O avanço das tecnologias digitais, a crescente valorização das competências socioemocionais e a necessidade de metodologias ativas têm provocado uma ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem. Essas mudanças desafiam modelos educacionais tradicionais, exigindo novas abordagens pedagógicas capazes de preparar os estudantes para um mundo dinâmico e interconectado (Malta et al., 2024; Moura et al., 2024).

Ao longo da história, a educação sempre refletiu as necessidades da sociedade em que está inserida. No entanto, o século XXI trouxe desafios inéditos, como a digitalização acelerada, a globalização e a crescente valorização das habilidades socioemocionais. Esses fatores impõem uma revisão crítica dos modelos educacionais tradicionais, que muitas vezes priorizam a memorização e a reprodução de conteúdos em detrimento do desenvolvimento de habilidades essenciais para o mundo contemporâneo (Moran, 2018; Santos; Ribeiro, 2021).

Nesse contexto, o ensino tem se voltado cada vez mais para práticas inovadoras, como o uso de metodologias ativas, aprendizagem baseada em projetos e ensino híbrido, que buscam estimular a autonomia, o pensamento crítico e a colaboração entre os estudantes (Moran, 2018; Santos; Ribeiro, 2021). A digitalização da educação também trouxe novas ferramentas e desafios, exigindo dos educadores uma adaptação contínua para integrar tecnologias no processo pedagógico de maneira eficaz e ética (Silva; Costa, 2021; Rodrigues; Alves, 2022).

As tecnologias educacionais, como plataformas de ensino online, realidade aumentada e inteligência artificial, passaram a desempenhar um papel central na construção de novas formas de ensinar e aprender. Ferramentas digitais permitem a personalização da aprendizagem, atendendo às necessidades individuais dos estudantes e tornando o ensino mais dinâmico e interativo. No entanto, sua implementação requer

um planejamento pedagógico criterioso, bem como a formação adequada dos professores para que possam utilizá-las de maneira eficiente (Borges, 2023; Oliveira, 2022).

Além do impacto da tecnologia, a educação contemporânea vem incorporando a valorização das competências socioemocionais como parte essencial do currículo. Essas competências envolvem habilidades como empatia, comunicação, resiliência e resolução de problemas, que devem ser trabalhadas de forma integrada ao ensino acadêmico. Estudos apontam que o desenvolvimento dessas habilidades está diretamente relacionado ao desempenho acadêmico e ao bem-estar dos estudantes, contribuindo para uma formação mais completa e humanizada (Lima; Pereira, 2023).

A pandemia de covid-19 acelerou ainda mais a necessidade de mudanças educacionais, tornando evidente a importância da flexibilidade no ensino. A transição abrupta para o ensino remoto revelou tanto as possibilidades quanto os desafios das novas tecnologias educacionais. Entre os principais desafios, destacam-se a desigualdade no acesso à internet e a dificuldade de adaptação dos professores e alunos a um modelo de ensino híbrido. Esses fatores evidenciam a necessidade de políticas públicas que garantam a inclusão digital e a formação continuada dos docentes (Soares; Campos, 2020).

Além disso, observa-se um movimento em direção à personalização da aprendizagem, considerando as diferentes necessidades e ritmos dos estudantes. Essa perspectiva é fundamental para promover uma educação mais inclusiva e equitativa, respeitando a diversidade e garantindo que todos tenham acesso a oportunidades de aprendizado significativas. Modelos como a aprendizagem adaptativa utilizam dados sobre o desempenho dos alunos para ajustar automaticamente o conteúdo e o ritmo das aulas, tornando a experiência educacional mais eficiente e acessível (Soares; Campos, 2020).

Outro fator determinante na reformulação dos paradigmas educacionais é o papel do professor. Mais do que um transmissor de conhecimento, o docente do século XXI assume a função de mediador do aprendizado, estimulando a autonomia dos alunos e criando ambientes que favoreçam a construção do conhecimento. A formação inicial e continuada dos professores torna-se, portanto, um eixo central para a implementação bem-sucedida dessas mudanças, garantindo que estejam preparados para lidar com os desafios da educação contemporânea (Borges, 2023).

O currículo escolar também vem passando por um processo de resignificação. Ao invés de um conjunto rígido de conteúdos, busca-se um currículo flexível e interdisciplinar, que integre diferentes áreas do conhecimento e possibilite a conexão entre teoria e prática. A interdisciplinaridade, aliada ao uso de metodologias ativas, permite que os alunos desenvolvam competências essenciais para a vida e o mercado de trabalho, como resolução de problemas complexos, pensamento crítico e criatividade (Malta et al., 2024).

Com essas mudanças, surge a necessidade de repensar a avaliação educacional. Modelos tradicionais baseados em provas padronizadas vêm sendo questionados, dando lugar a processos avaliativos mais dinâmicos e contínuos, como a avaliação formativa. Esse tipo de avaliação valoriza o acompanhamento do progresso do aluno ao longo do tempo, promovendo um aprendizado mais significativo e menos pautado em notas isoladas (Moura et al., 2024).

A colaboração entre alunos, professores e comunidades também ganha destaque na educação contemporânea. Projetos educacionais que envolvem a participação ativa da comunidade escolar demonstram impactos positivos no engajamento dos estudantes e na construção de uma aprendizagem mais contextualizada e relevante. Parcerias entre escolas e organizações sociais, por exemplo, possibilitam experiências práticas que aproximam os estudantes da realidade e ampliam suas perspectivas de futuro (Oliveira, 2022).

A diversidade cultural e a inclusão também são aspectos fundamentais nesse novo cenário educacional. O respeito às diferentes identidades e a valorização da pluralidade de saberes são essenciais para a construção de uma escola democrática e acessível a todos. A implementação de políticas educacionais inclusivas deve considerar não apenas o acesso à educação, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes, garantindo um ambiente de aprendizagem acolhedor e equitativo (Santos; Ribeiro, 2021).

O uso de inteligência artificial e big data na educação é outra tendência emergente. Ferramentas que analisam padrões de aprendizado podem auxiliar professores a personalizar estratégias de ensino e prever dificuldades que os alunos possam enfrentar ao longo do processo educativo. No entanto, o uso dessas tecnologias também levanta debates éticos sobre privacidade, segurança de dados e a necessidade de garantir que os algoritmos sejam justos e imparciais (Silva; Costa, 2021).

As habilidades do século XXI, como pensamento computacional, alfabetização digital e trabalho colaborativo, também precisam ser incorporadas aos currículos. A integração dessas habilidades no ensino básico e superior tem como objetivo preparar os estudantes para um mercado de trabalho em constante transformação, onde a capacidade de adaptação e a aprendizagem contínua são cada vez mais exigidas (Rodrigues; Alves, 2022).

Diante desse cenário dinâmico e repleto de desafios, torna-se evidente que a educação precisa ser continuamente repensada para atender às novas demandas sociais e tecnológicas. O aprendizado ao longo da vida, o uso de tecnologias inovadoras e a valorização do protagonismo estudantil são elementos essenciais para a construção de um sistema educacional mais eficiente e alinhado às exigências contemporâneas (Lima; Pereira, 2023).

Portanto, este capítulo busca explorar os novos paradigmas da educação no século XXI, analisando as tendências contemporâneas e as estratégias pedagógicas que vêm sendo adotadas para atender às demandas educacionais emergentes. Para isso, serão discutidos temas como metodologias ativas, inovação pedagógica, uso das tecnologias digitais e o papel das competências socioemocionais no desenvolvimento integral dos estudantes.

As transformações tecnológicas e seus impactos na educação

As tecnologias digitais vêm desempenhando um papel fundamental na redefinição do ensino e da aprendizagem no século XXI. Com a ampliação do acesso à internet e o desenvolvimento de novas ferramentas educacionais, o ensino tornou-se mais dinâmico, interativo e acessível. A digitalização da educação tem possibilitado maior personalização do ensino, respeitando os ritmos individuais de aprendizagem dos estudantes e promovendo metodologias mais ativas e centradas no aluno (Malta et al., 2024).

O uso de dispositivos móveis, plataformas de ensino online, inteligência artificial e realidade aumentada está transformando as formas de aprender e ensinar. De acordo com Rodrigues e Alves (2022), a incorporação dessas tecnologias no ambiente escolar não apenas amplia as possibilidades pedagógicas, mas também desafia os professores a reinventarem suas práticas. Os autores destacam que “o professor não pode mais ser

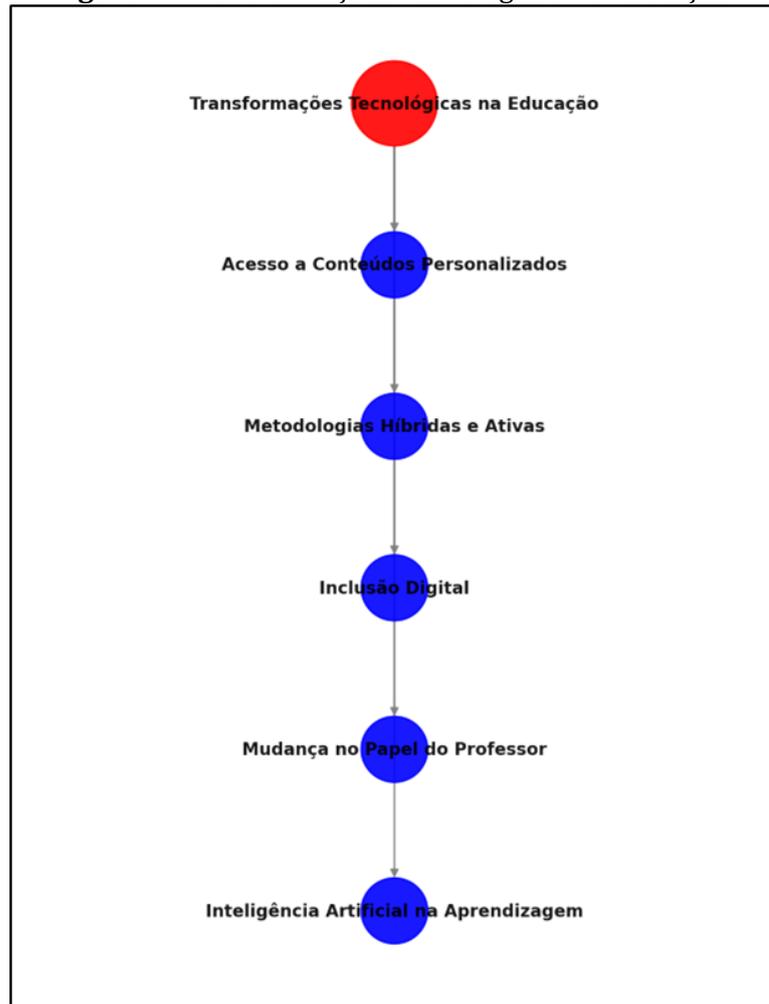
visto como a única fonte de conhecimento, mas como um mediador do aprendizado, utilizando os recursos tecnológicos para potencializar a construção do saber” (Rodrigues; Alves, 2022, p. 29).

Além de permitir um ensino mais flexível, as tecnologias educacionais favorecem a inclusão, proporcionando acesso a conteúdos personalizados para diferentes perfis de estudantes. A aprendizagem adaptativa, por exemplo, utiliza dados sobre o desempenho do aluno para ajustar automaticamente o conteúdo e o ritmo da instrução, tornando a experiência educacional mais eficiente e acessível. Segundo Oliveira (2022, p. 45), “os ambientes virtuais de aprendizagem permitem que os estudantes interajam com os conteúdos de forma não linear, explorando caminhos personalizados que respeitam suas particularidades e necessidades específicas”.

A personalização do ensino por meio das tecnologias digitais também contribui para a autonomia dos estudantes. Essas estratégias possibilitam maior engajamento, uma vez que respeitam as múltiplas formas de aprender. De acordo com Borges (2023, p. 92), “o uso de tecnologias na personalização do ensino amplia a capacidade dos alunos de desenvolverem o pensamento crítico e a resolução de problemas, ao mesmo tempo em que favorece um aprendizado mais significativo e contextualizado”.

Além disso, a personalização do ensino por meio das tecnologias digitais permite que os estudantes avancem em seu próprio ritmo, promovendo uma aprendizagem mais flexível e adaptada às suas necessidades individuais. Esse modelo reduz a frustração gerada por dificuldades no acompanhamento do conteúdo e, ao mesmo tempo, oferece desafios adequados para aqueles que demonstram maior facilidade em determinados temas. Como apontam Silva e Almeida (2022, p. 134), “a adaptação do ensino com o suporte tecnológico possibilita um ambiente educacional mais inclusivo, no qual cada estudante pode explorar suas potencialidades de maneira autônoma e colaborativa”.

Figura 1 - Transformações Tecnológicas Na Educação.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro ponto importante na digitalização da educação é o impacto das plataformas de ensino online e das metodologias híbridas. Essas abordagens combinam o ensino presencial com o ensino remoto, ampliando as possibilidades de aprendizagem e garantindo maior autonomia ao estudante. Moura et al. (2024, p. 19) ressaltam que, ao utilizar metodologias híbridas, “o estudante assume um papel mais ativo no seu processo de aprendizagem, participando de atividades síncronas e assíncronas que estimulam a construção do conhecimento de maneira mais significativa”.

A pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais a importância da tecnologia na educação, forçando escolas e universidades a adotarem rapidamente o ensino remoto. Embora essa transição tenha gerado desafios, como a falta de infraestrutura adequada para muitos estudantes e professores, também trouxe oportunidades para a modernização do ensino. Segundo Soares e Campos (2023, p. 102), “o ensino remoto emergencial revelou a necessidade urgente de políticas públicas que garantam não

apenas o acesso à internet, mas também a capacitação docente para o uso pedagógico das tecnologias”.

O papel do professor tem se transformado diante dessas mudanças. Mais do que um transmissor de conhecimento, o docente precisa desenvolver habilidades para integrar as tecnologias às suas práticas pedagógicas. Borges (2023, p. 87) destaca que, “para que a tecnologia seja um recurso efetivo de ensino, é fundamental que os professores estejam preparados para utilizá-la de forma crítica e criativa, promovendo experiências de aprendizagem inovadoras”. Essa necessidade de formação continuada evidencia a importância de investir na capacitação dos educadores para lidar com as novas demandas educacionais.

Entretanto, a incorporação de tecnologias na educação não está isenta de desafios. Questões relacionadas à desigualdade digital, à privacidade dos dados e à dependência excessiva de dispositivos eletrônicos precisam ser cuidadosamente analisadas. Silva e Costa (2021, p. 53) apontam que “o uso indiscriminado de tecnologias pode gerar uma desconexão entre professores e alunos, tornando o ensino mais mecânico e menos humano”. Dessa forma, a integração da tecnologia deve ser planejada de maneira equilibrada, garantindo que a interação social e a mediação docente continuem sendo elementos essenciais no processo educativo.

Além dos desafios estruturais, há também questões éticas que envolvem o uso da inteligência artificial e do big data na educação. Ferramentas que analisam padrões de aprendizado podem auxiliar professores a personalizar estratégias de ensino, mas também levantam preocupações sobre a privacidade e a segurança das informações dos estudantes. Conforme discutido por Lima e Pereira (2023, p. 120), “o uso de algoritmos na educação deve ser acompanhado de diretrizes claras que garantam a transparência e a equidade no acesso aos recursos digitais”.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a tecnologia é um elemento indispensável na construção de um ensino mais inovador e acessível. No entanto, sua implementação deve ser acompanhada de estratégias que garantam uma utilização crítica e pedagógica eficiente. Como destaca Malta et al. (2024, p. 87):

A educação digital não se resume ao uso de dispositivos tecnológicos, mas sim à criação de experiências de aprendizagem que aproveitem o potencial das ferramentas digitais sem perder de vista a humanização do ensino. O grande desafio dos educadores é encontrar o equilíbrio entre inovação e a manutenção dos valores essenciais da prática pedagógica.

Portanto, a revolução tecnológica no campo educacional exige um compromisso contínuo com a inovação e a adaptação. As novas tecnologias, quando bem utilizadas, podem contribuir para a democratização do ensino e o desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI. No entanto, para que essa transformação seja efetiva, é fundamental que políticas públicas, instituições de ensino e profissionais da educação estejam alinhados na busca por uma educação mais equitativa, personalizada e conectada com a realidade dos estudantes.

Metodologias ativas e inovação pedagógica

Diferentemente do modelo tradicional, no qual o professor é a principal fonte de informação, as metodologias ativas estimulam a participação ativa dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, incentivando a experimentação, a reflexão e a resolução de problemas. Segundo Moran (2018, p. 4), “as metodologias ativas propõem a superação do ensino expositivo, valorizando a interação e a aprendizagem significativa, na qual o estudante se torna protagonista de sua própria formação”. Dessa forma, essas abordagens favorecem uma educação mais dinâmica e conectada com as demandas contemporâneas.

Entre as estratégias mais utilizadas no contexto das metodologias ativas, destacam-se a aprendizagem baseada em projetos (ABP), a aprendizagem baseada em problemas (PBL), a sala de aula invertida e a gamificação. A aprendizagem baseada em projetos, por exemplo, propõe que os estudantes desenvolvam atividades interdisciplinares para solucionar desafios reais, promovendo a aplicação prática dos conteúdos estudados. Moura et al. (2024, p. 23) ressaltam que “ao trabalhar com projetos, os alunos ampliam sua capacidade de análise, criatividade e cooperação, tornando-se mais preparados para enfrentar problemas do mundo real”. Essa abordagem também estimula o desenvolvimento de competências socioemocionais, como colaboração e pensamento crítico, habilidades essenciais para o século XXI.

A sala de aula invertida é outra estratégia amplamente utilizada nas metodologias ativas. Nesse modelo, os alunos estudam previamente os conteúdos, por meio de materiais disponibilizados pelos professores, e utilizam o tempo em sala para aprofundar discussões, realizar atividades práticas e esclarecer dúvidas. Borges (2023, p. 56) explica que “a sala de aula invertida permite que o professor dedique mais tempo

à interação com os alunos, acompanhando suas dificuldades e propondo desafios que estimulem o aprendizado colaborativo”. Esse formato rompe com a lógica tradicional da transmissão unidirecional de conhecimento e reforça a importância do engajamento ativo dos estudantes.

Além dessas abordagens, a gamificação tem sido amplamente empregada para tornar o ensino mais interativo e envolvente. O uso de elementos de jogos, como desafios, recompensas e rankings, tem demonstrado impacto positivo na motivação dos alunos. Segundo Silva e Costa (2021, p. 49):

A gamificação no ambiente educacional favorece o engajamento dos estudantes ao transformar atividades tradicionais em experiências mais dinâmicas e desafiadoras. Ao integrar mecânicas de jogos no ensino, os professores conseguem estimular a participação ativa dos alunos, além de fortalecer o aprendizado por meio da resolução de problemas e do trabalho em equipe.

Esse tipo de abordagem não apenas torna o aprendizado mais atrativo, mas também contribui para a retenção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais.

Apesar das vantagens das metodologias ativas, sua implementação ainda enfrenta desafios, como a resistência de educadores e estudantes habituados ao ensino tradicional e a necessidade de formação docente específica. O uso dessas metodologias exige um planejamento pedagógico cuidadoso, que leve em consideração os objetivos de aprendizagem, o perfil dos alunos e a infraestrutura disponível. Oliveira (2022, p. 67) destaca que “para que as metodologias ativas sejam eficazes, é fundamental que os professores recebam formação adequada e tenham acesso a recursos que possibilitem a aplicação dessas estratégias no dia a dia escolar”. Diante desse cenário, a adoção de metodologias ativas representa uma oportunidade para transformar a educação, tornando-a mais dinâmica, participativa e alinhada às necessidades contemporâneas. Ao estimular a autonomia dos alunos e promover a aprendizagem significativa, essas abordagens contribuem para a formação de cidadãos mais críticos, criativos e preparados para os desafios da sociedade atual.

Competências socioemocionais na educação contemporânea

As competências socioemocionais têm ganhado um espaço cada vez mais relevante no cenário educacional contemporâneo. Além do desenvolvimento acadêmico,

é essencial que a escola também prepare os estudantes para lidar com desafios emocionais, sociais e éticos, contribuindo para sua formação integral. Segundo Borges (2023, p. 78),

as competências socioemocionais englobam habilidades como resiliência, empatia, colaboração e comunicação, fundamentais para a construção de relações interpessoais saudáveis e para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.

O desenvolvimento socioemocional dos alunos está diretamente ligado ao seu desempenho acadêmico e ao bem-estar geral. Estudos apontam que estudantes que possuem maior controle emocional e habilidades interpessoais apresentam melhor capacidade de concentração, resolução de problemas e persistência diante das dificuldades (Malta et al., 2024). De acordo com Santos e Ribeiro (2021, p. 43):

Quando a escola estimula o desenvolvimento de competências socioemocionais, os estudantes tornam-se mais engajados com a aprendizagem, reduzindo os índices de evasão escolar e melhorando o ambiente educacional como um todo. O fortalecimento dessas habilidades permite que os alunos desenvolvam autoconfiança e saibam lidar com frustrações e desafios da vida acadêmica e profissional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância das competências socioemocionais e propõe sua integração ao currículo escolar brasileiro. Essa abordagem busca garantir que os estudantes desenvolvam não apenas conhecimentos técnicos e acadêmicos, mas também habilidades emocionais e sociais necessárias para a vida em sociedade (Moura et al., 2024). Dentro desse contexto, estratégias pedagógicas que promovam a empatia, a comunicação assertiva e a resolução de conflitos têm sido amplamente discutidas por pesquisadores da área da educação.

O uso de metodologias ativas pode ser um caminho eficaz para estimular competências socioemocionais. A aprendizagem baseada em projetos, por exemplo, incentiva a cooperação e o trabalho em equipe, enquanto a gamificação pode ajudar a desenvolver resiliência e motivação para enfrentar desafios. Além disso, programas específicos de educação emocional têm sido implementados em diversas instituições de ensino, promovendo atividades voltadas à autorregulação emocional e à empatia. Segundo Lima e Pereira (2023, p. 112):

As metodologias ativas permitem que os alunos experimentem situações que exigem habilidades socioemocionais, proporcionando um ambiente seguro para desenvolverem competências como liderança, resiliência e colaboração. Dessa forma, a escola se torna um espaço de aprendizado integral, que vai além da transmissão de conteúdos acadêmicos.

Apesar da crescente valorização das competências socioemocionais na educação, sua implementação ainda enfrenta desafios. Muitos professores não se sentem preparados para trabalhar essas habilidades em sala de aula, seja por falta de formação específica ou pela ausência de materiais didáticos estruturados. Além disso, há uma resistência por parte de algumas instituições em integrar essas práticas ao currículo, devido à priorização de conteúdos acadêmicos tradicionais. Para superar essas dificuldades, é essencial que haja investimento na formação docente e no desenvolvimento de políticas educacionais que incentivem o ensino das competências socioemocionais de maneira estruturada e contínua (Rodrigues; Alves, 2022).

Essas habilidades contribuem para a construção de uma sociedade mais empática e colaborativa, onde os estudantes são incentivados a refletir sobre suas emoções, interações e responsabilidades. Para Silva e Costa (2021, p. 60), “o fortalecimento das competências socioemocionais não apenas melhora o desempenho acadêmico dos alunos, mas também promove um ambiente escolar mais saudável e propício ao aprendizado”. Dessa forma, ao investir no desenvolvimento socioemocional dos estudantes, a escola cumpre um papel essencial na construção de um futuro mais humano e sustentável.

O novo papel do professor no século XXI

Antes visto como o detentor do conhecimento e responsável por transmitir conteúdos aos alunos, o docente agora assume a função de mediador do aprendizado, auxiliando os estudantes a desenvolverem autonomia, pensamento crítico e habilidades socioemocionais. Segundo Borges (2023, p. 75), “o professor do século XXI precisa se reinventar constantemente, adaptando-se às novas tecnologias e metodologias ativas para garantir um ensino mais dinâmico e inclusivo”. Essa mudança exige não apenas um novo olhar sobre a prática pedagógica, mas também um investimento contínuo na formação docente.

A integração das tecnologias educacionais ao ensino tem impactado diretamente a atuação dos professores, exigindo novas habilidades e competências. O uso de plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagem e inteligência artificial na personalização do ensino requer que os docentes estejam preparados para lidar com essas ferramentas de maneira crítica e estratégica (Rodrigues; Alves, 2022). No entanto, muitos profissionais da educação ainda encontram dificuldades na adaptação às novas demandas tecnológicas, seja por falta de formação específica ou pela resistência a mudanças. Para que essa transformação ocorra de forma eficiente, Oliveira (2022, p. 52) destaca que:

A formação continuada do professor precisa ser vista como uma prioridade, garantindo que ele tenha acesso a cursos, treinamentos e materiais didáticos que o auxiliem na incorporação de novas metodologias e tecnologias ao seu cotidiano escolar. Sem esse suporte, a inovação pedagógica corre o risco de se tornar um desafio, ao invés de uma ferramenta eficaz para o ensino.

Além do domínio das tecnologias, o professor contemporâneo deve desenvolver competências socioemocionais que lhe permitam lidar com a diversidade presente nas salas de aula. A habilidade de mediar conflitos, estimular o diálogo e promover um ambiente acolhedor são fundamentais para garantir um ensino mais humano e democrático (Malta et al., 2024).

Moura et al. (2024, p. 29) ressaltam que “a aplicação de metodologias ativas exige um planejamento pedagógico estruturado, no qual o professor deve criar estratégias para estimular a participação ativa dos alunos e promover a aprendizagem colaborativa”.

Apesar dos desafios, a valorização da profissão docente e o investimento em políticas públicas que promovam a formação continuada e melhores condições de trabalho são essenciais para que essa mudança ocorra de maneira efetiva. Como apontam Silva e Costa (2021, p. 65), “a inovação na educação depende diretamente do professor, que precisa ser reconhecido e apoiado para que possa exercer seu papel de mediador do conhecimento com qualidade e eficiência”.

Avaliação educacional e novos modelos de ensino-aprendizagem

A avaliação educacional é um elemento central no processo de ensino-aprendizagem e, ao longo dos anos, tem passado por mudanças significativas. Modelos

tradicionais, baseados em provas padronizadas e atribuição de notas, vêm sendo cada vez mais questionados, dando espaço para abordagens mais flexíveis e formativas. Segundo Santos e Ribeiro (2021, p. 48) “a avaliação não deve ser vista apenas como um instrumento de medição de desempenho, mas como um processo contínuo que possibilita a reflexão sobre o aprendizado e o aprimoramento das práticas pedagógicas”.

A avaliação formativa tem se destacado como uma alternativa eficiente aos métodos tradicionais, pois permite um acompanhamento mais detalhado do progresso dos estudantes ao longo do tempo. Essa abordagem valoriza o processo de aprendizagem, em vez de apenas o resultado, incentivando o feedback constante e a autorreflexão dos alunos. Segundo Moura et al. (2024, p. 37):

A avaliação formativa possibilita uma compreensão mais ampla do desenvolvimento do aluno, permitindo que ele participe ativamente do processo avaliativo. Dessa forma, o ensino se torna mais significativo, pois há um envolvimento maior do estudante na construção do conhecimento e na identificação de seus próprios desafios e avanços.

Além da avaliação formativa, a avaliação por competências tem sido amplamente adotada em diversos sistemas educacionais. Essa abordagem busca verificar a capacidade dos alunos de aplicar os conhecimentos adquiridos em situações práticas, promovendo uma aprendizagem mais contextualizada e alinhada às demandas do mundo contemporâneo (Rodrigues; Alves, 2022).

Quadro 1 - Modelos de Avaliação.

Avaliação	Características	Vantagens	Desafios
Tradicional	Foca na memorização e reprodução de conteúdos; geralmente baseada em provas e testes padronizados.	Fácil aplicação e padronização; permite comparações entre alunos.	Pode não refletir o real aprendizado do aluno; tende a desestimular a criatividade.
Formativa	Acompanha o progresso do aluno ao longo do tempo; valoriza feedback contínuo e participação ativa do estudante.	Promove um aprendizado mais significativo e reflexivo; estimula a participação ativa.	Requer mais tempo e dedicação do professor; difícil implementação em turmas grandes.
Por Competências	Avalia a capacidade do aluno de aplicar conhecimentos em contextos reais; privilegia habilidades práticas e resolução de problemas.	Prepara os alunos para desafios do mundo real; foca no desenvolvimento integral do estudante.	Demanda mudanças estruturais no currículo; exige formação docente específica.

Fonte: Elaborado com base em Santos e Ribeiro (2021), Moura et al. (2024), Rodrigues e Alves (2022), Oliveira (2022) e Silva e Costa (2021).

Essas ferramentas oferecem dados mais detalhados sobre o desempenho dos alunos e auxiliam os professores na personalização do ensino. No entanto, Oliveira (2022, p.72) alerta que “o uso de ferramentas digitais na avaliação deve ser acompanhado de uma reflexão crítica sobre seus impactos, garantindo que não se tornem apenas instrumentos de controle, mas sim recursos que contribuam para um ensino mais inclusivo e eficaz”.

Outro aspecto importante na reformulação da avaliação educacional é a participação ativa dos alunos no processo. A autoavaliação e a avaliação entre pares são práticas que estimulam a responsabilidade e a autonomia dos estudantes, permitindo que eles reflitam sobre seu próprio aprendizado e reconheçam seus avanços e dificuldades. Segundo Lima e Pereira (2023), essas práticas contribuem para o desenvolvimento da metacognição, uma habilidade essencial para a aprendizagem ao longo da vida.

Diante dessas mudanças, fica evidente que a avaliação educacional precisa evoluir para acompanhar as transformações no ensino e no perfil dos estudantes. A adoção de novos modelos avaliativos exige um compromisso das instituições de ensino, dos professores e dos próprios alunos, que devem compreender a avaliação como um processo contínuo de aprendizagem e não apenas como um mecanismo de verificação de desempenho.

Conclusão

As transformações na educação do século XXI exigem uma abordagem inovadora e flexível, capaz de integrar novas tecnologias, metodologias ativas e o desenvolvimento de competências socioemocionais. A evolução do papel do professor, a personalização do ensino e a reformulação dos modelos avaliativos são aspectos fundamentais para garantir um aprendizado mais significativo e alinhado às necessidades da sociedade contemporânea. Nesse contexto, é essencial que instituições de ensino, educadores e gestores estejam comprometidos com a implementação de práticas pedagógicas dinâmicas, promovendo um ambiente educacional inclusivo, interativo e estimulante para os estudantes.

Diante desses desafios e possibilidades, a educação precisa ser compreendida como um processo contínuo de adaptação e inovação. O uso estratégico da tecnologia,

aliado a um ensino mais colaborativo e humanizado, pode transformar a experiência de aprendizagem e preparar os estudantes para lidar com as demandas de um mundo em constante mudança. No entanto, para que essas mudanças sejam efetivas, é necessário investir na capacitação docente, na infraestrutura educacional e no desenvolvimento de políticas públicas que garantam equidade no acesso ao conhecimento. Somente assim será possível construir um sistema educacional mais eficiente, justo e voltado para a formação integral dos indivíduos.

Referências

MALTA, D. P. L. N. et al. **A influência das metodologias ativas e das tecnologias no desenvolvimento de competências socioemocionais em escolas de tempo integral.** Revista Aracê, v. 6, n. 3, p. 8687–8702, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1512>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MOURA, C. C. et al. **Uso de tecnologias para desenvolver competências socioemocionais.** Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 16, n. 13, e6924, 2024. Disponível em:

<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/6924>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BORGES, E. **Competências socioemocionais e metodologias ativas.** Undime-SC, 2023. Disponível em: <https://undime-sc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Competencias-socioemocionais-Edna-Borges.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

OLIVEIRA, I. R. **As competências socioemocionais e as novas tecnologias digitais favorecendo o processo de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental séries finais e do ensino médio.** Proximal, 2022. Disponível em: <https://proximal.unicarioca.edu.br/portal/as-competencias-socioemocionais-e-as-novas-tecnologias-digitais-favorecendo-o-processo-de-aprendizagem-dos-alunos-do-ensino-fundamental-series-finais-e-do-ensino-medio/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MORAN, J. **Metodologias ativas e modelos híbridos na educação.** 2018. Disponível em: <https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2018/03/Metodologias-Ativas.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SANTOS, M. L.; RIBEIRO, A. P. **Desenvolvimento socioemocional através de metodologias ativas.** Revista Brasileira de Educação, v. 26, e260021, 2021. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1512>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SILVA, G. H.; COSTA, P. L. **Desafios éticos das tecnologias na educação socioemocional.** Revista de Ética e Educação, v. 15, n. 2, p. 45–60, 2021. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1512>. Acesso em: 13 fev. 2025.

RODRIGUES, L. F.; ALVES, M. S. **Inovações tecnológicas para o desenvolvimento socioemocional**. Tecnologia Educacional em Revista, v. 8, n. 1, p. 25–40, 2022. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1512>. Acesso em: 13 fev. 2025.

LIMA, K. R.; PEREIRA, N. T. **Empoderamento digital e autoconhecimento na escola integral**. Revista de Educação Integral, v. 9, n. 2, p. 112–130, 2023. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1512>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SOARES, F. A.; CAMPOS, R. C. **Ecosistemas de aprendizagem socioemocional em tempo integral**. Revista de Psicologia Educacional, v. 14, n. 3, p. 98–115, 2020. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1512>. Acesso em: 13 fev. 2025.

CAPÍTULO 7

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NO FUTURO: TENDÊNCIAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

DOI: 10.5281/zenodo.14957468

Tamires Cristina Bonani Conti ¹⁷

Maurício Aires Vieira ¹⁸

Marcia Precila Medeiros Motta ¹⁹

Andrws Aires Vieira ²⁰

RESUMO

A educação sempre esteve em constante transformação, moldada por fatores históricos, políticos, econômicos e sociais. No século XXI, a evolução tecnológica tem desempenhado um papel central na redefinição dos processos de ensino e aprendizagem, trazendo novas oportunidades, mas também desafios significativos. Este artigo analisa as principais tendências educacionais para o futuro, com ênfase no impacto das tecnologias digitais, da inteligência artificial, do ensino híbrido e da personalização do aprendizado. Além disso, discute a importância das competências socioemocionais, do pensamento crítico e da formação contínua dos professores diante das novas demandas do mundo digital. Paralelamente, aborda desafios estruturais, como a desigualdade de acesso às tecnologias, a precarização do trabalho docente e a necessidade de políticas educacionais que garantam equidade e inclusão. O artigo propõe uma reflexão sobre como a escola pode se reinventar para atender às necessidades contemporâneas,

¹⁷ Doutora em Linguística. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). tamy_bonani@hotmail.com.

¹⁸ Doutor em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). mauriciovieira@unipampa.edu.br.

¹⁹ Especialista em , Universidade Federal do Pampa (Unipampa). marcia.precila73@gmail.com.

²⁰ Mestre em Ciência da Computação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). andrws.vieira@ibiruba.ifrs.edu.br.

garantindo um ensino mais dinâmico, acessível e conectado às demandas da sociedade. Conclui-se que o futuro da educação depende de um equilíbrio entre inovação tecnológica e compromisso com valores humanísticos, promovendo a formação de cidadãos críticos e preparados para os desafios do século XXI.

Palavras-chave: Educação do Futuro, Tecnologia Educacional, Inovação Pedagógica, Inteligência Artificial, Inclusão Digital.

Introdução

A integração entre docência e tecnologia digital tem se tornado um tema central no debate educacional contemporâneo, especialmente diante das transformações sociais e tecnológicas que caracterizam a sociedade da informação (Castells, 2002). A pandemia da COVID-19 acelerou esse processo, exigindo que professores e instituições de ensino repensassem suas práticas pedagógicas e adotassem ferramentas digitais para garantir a continuidade do processo educativo (Mendes Netto et al., 2020).

A formação de professores, no entanto, ainda enfrenta desafios significativos no que diz respeito à integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no processo educativo. Como apontam Tardif (2002) e Gatti (2010), a formação docente muitas vezes se baseia em uma abordagem fragmentada e aplicacionista, que não prepara adequadamente os professores para o uso crítico e reflexivo das tecnologias em sala de aula. Essa lacuna na formação inicial e continuada dos professores tem impactado diretamente a qualidade do ensino, especialmente em um cenário onde as TDICs são cada vez mais presentes no cotidiano dos alunos (Kenski, 2012).

A interdisciplinaridade surge como uma proposta promissora para superar essa fragmentação dos saberes e promover uma integração mais efetiva entre as diferentes áreas do conhecimento e as tecnologias digitais (Japiassu, 1976). A interdisciplinaridade não se limita à simples justaposição de conteúdos, mas envolve a criação de conexões significativas entre diferentes disciplinas, favorecendo uma abordagem mais holística e integrada do conhecimento (Andalécio, 2009).

A aprendizagem significativa, proposta por Ausubel, Novak e Hanesian (1980), oferece um referencial teórico importante para compreender como os professores podem integrar as TDICs de forma a promover a construção de conhecimentos pelos alunos. Segundo esses autores, a aprendizagem significativa ocorre quando novas

informações se relacionam de maneira substantiva e não arbitrária com conhecimentos prévios já existentes na estrutura cognitiva do aprendiz.

No entanto, a simples incorporação das TDICs no processo educativo não garante, por si só, uma transformação pedagógica significativa. Como destacam Coll (2009) e Loureiro, Lima e Soares (2014), a utilização das tecnologias na educação deve estar alinhada a objetivos pedagógicos claros e a uma reflexão crítica sobre o papel do professor e do aluno no processo de ensino e aprendizagem. A docência, nesse contexto, deixa de ser vista como uma atividade centrada na transmissão de conhecimentos e passa a ser entendida como uma prática mediadora, que promove a construção colaborativa de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades críticas e criativas nos alunos (Moran; Masetto, Behrens, 2015).

Como observam Hodges et al. (2020), o ensino remoto emergencial, adotado durante a pandemia, não pode ser confundido com a Educação a Distância (EaD), que envolve um planejamento prévio e a utilização de metodologias específicas para garantir a qualidade do processo educativo. No contexto do ensino remoto emergencial, professores e alunos foram forçados a adaptar-se rapidamente a novas ferramentas e metodologias, muitas vezes sem o preparo necessário para lidar com os desafios impostos por essa nova realidade (Mendes Netto et al., 2020).

Nesse cenário, a formação docente assume um papel central, não apenas no sentido de capacitar os professores para o uso das TDICs, mas também de promover uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e os objetivos da educação no século XXI. Como apontam Kenski (2012) e Moran (2007), a integração das tecnologias na educação deve ser vista como uma oportunidade para repensar o papel do professor e do aluno no processo de ensino e aprendizagem, promovendo uma educação mais inclusiva, colaborativa e significativa.

Segundo a Unesco, a formação docente deve passar por quatro estágios: o desenvolvimento de habilidades tecnológicas básicas, a aplicação das TDICs para aprimorar a aprendizagem, a integração das tecnologias aos objetivos pedagógicos e a reflexão colaborativa sobre as práticas docentes. Essa abordagem enfatiza a importância de uma formação contínua e reflexiva, que prepare os professores para lidar com os desafios e as oportunidades oferecidos pelas tecnologias digitais (Almeida; Valente, 2011).

O desenvolvimento de Materiais Autorais Digitais Educacionais (MADEs) em contextos interdisciplinares pode ser uma estratégia eficaz para promover a integração das TDICs na formação docente. Como destacam Lima e Loureiro (2016), a produção de MADEs permite que os professores explorem as potencialidades das tecnologias digitais de forma criativa e crítica, promovendo a construção de conhecimentos e a ressignificação do conceito de docência. Nesse processo, os professores deixam de ser meros transmissores de conhecimentos e passam a atuar como mediadores, facilitando a aprendizagem significativa e a construção colaborativa de conhecimentos pelos alunos (Valente, 2002).

A pesquisa apresentada por Lima e Loureiro (2016) sobre o desenvolvimento de MADEs em contextos interdisciplinares oferece insights importantes sobre como os licenciandos podem transformar sua compreensão sobre o conceito de docência a partir da integração das TDICs. Os resultados da pesquisa indicam que, embora os licenciandos ainda tendam a centralizar a ação docente no professor, há uma crescente conscientização sobre a importância de promover a construção colaborativa de conhecimentos e a utilização das tecnologias como ferramentas de aprendizagem. Essa transformação conceitual sugere que a formação docente deve priorizar a integração das TDICs e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras e interdisciplinares.

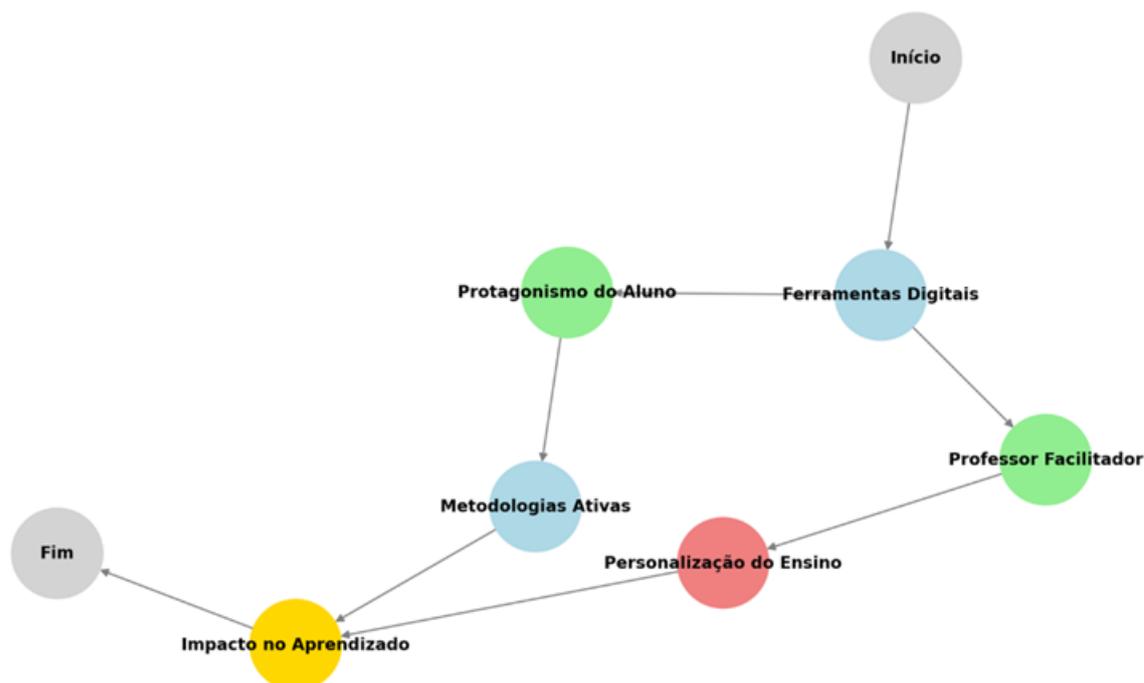
A Educação 4.0 e a Transformação Digital

A Educação 4.0 surge como resposta às transformações provocadas pela Quarta Revolução Industrial, que incorpora avanços tecnológicos como inteligência artificial, big data, aprendizado de máquina e internet das coisas. Schwab (2016) destaca que a revolução digital impacta todos os setores, exigindo que os indivíduos desenvolvam novas competências para lidar com os desafios da era tecnológica. Assim, a Educação 4.0 visa adaptar os processos de ensino e aprendizagem às exigências do mercado de trabalho e às novas formas de interação social, promovendo uma educação mais conectada, flexível e personalizada.

O conceito de Educação 4.0 está alicerçado na ideia de que os estudantes devem desenvolver não apenas conhecimentos técnicos, mas também habilidades socioemocionais, pensamento crítico e criatividade. Segundo Oliveira e Souza (2020), "a transformação digital na educação envolve a adoção de novas abordagens pedagógicas

que estimulam a autonomia e a personalização do ensino" (p. 45). As metodologias ativas, como a gamificação e a aprendizagem baseada em projetos (ABP), tornam-se centrais nesse contexto, favorecendo um ensino mais dinâmico e interativo.

Figura 1 - Integração tecnológica no ensino.

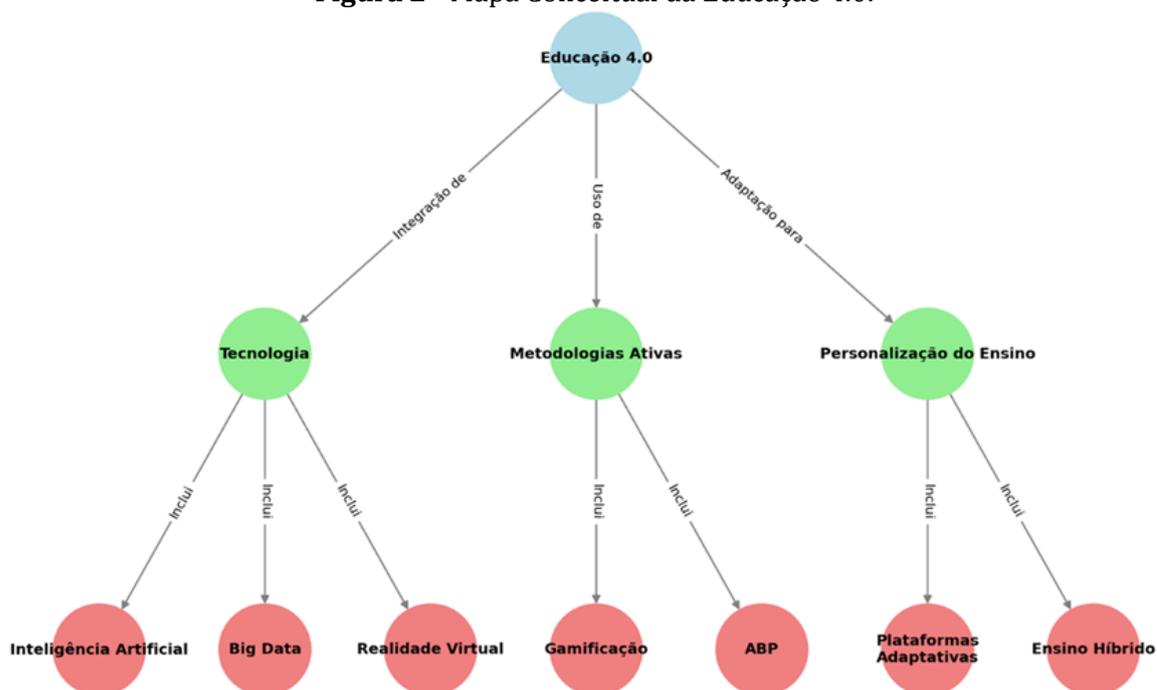


Fonte: Elaborado com base em Schwab (2016), Oliveira e Souza (2020) e Behar (2018).

A integração da tecnologia ao ensino não se resume à simples digitalização de conteúdos, mas implica a reestruturação dos modelos pedagógicos tradicionais. A implementação de ambientes de aprendizagem virtuais, plataformas adaptativas e sistemas de ensino personalizados permite que cada estudante siga seu próprio ritmo de aprendizagem, tornando o processo educacional mais eficaz e dinâmico. Segundo Vicari (2021), "o uso da inteligência artificial na educação possibilita a identificação de padrões de aprendizagem e a recomendação de conteúdos personalizados para cada aluno" (p. 74), evidenciando o papel da personalização do ensino na maximização do aprendizado.

A Educação 4.0 também promove uma interação mais intensa entre diferentes áreas do conhecimento, estimulando a interdisciplinaridade e a resolução de problemas complexos. Moran, Masetto e Behrens (2015) destacam que "a combinação de diferentes disciplinas e a aplicação prática do conhecimento potencializam a aprendizagem significativa e preparam os alunos para desafios reais do mundo do trabalho" (p. 98).

Figura 2 - Mapa Conceitual da Educação 4.0.



Fonte: Elaborado com base em Moran et al. (2015), Almeida et al. (2020) e Vicari (2021).

A personalização do ensino por meio da análise de dados e da inteligência artificial é um dos grandes avanços desse modelo. Com a coleta e a análise de informações sobre o desempenho dos estudantes, é possível identificar dificuldades e sugerir conteúdos específicos para aprimorar sua aprendizagem. Behar (2018) aponta que "a tecnologia educacional deve ser utilizada como ferramenta de inclusão, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a recursos adaptados às suas necessidades individuais" (p. 112).

O papel do professor também se transforma na Educação 4.0. Em vez de atuar como mero transmissor de conteúdo, ele se torna um facilitador da aprendizagem, orientando os alunos no desenvolvimento de habilidades críticas e na aplicação prática do conhecimento. Almeida et al. (2020) afirmam que "os professores precisam ser capacitados continuamente para integrar as novas tecnologias ao ensino, garantindo um uso pedagógico eficaz" (p. 135).

A aprendizagem baseada em projetos (ABP) e a gamificação são estratégias amplamente utilizadas na Educação 4.0. Esses métodos incentivam o engajamento dos alunos, tornando o aprendizado mais dinâmico e alinhado às necessidades da era digital. Oliveira e Souza (2020) reforçam que "as metodologias ativas permitem que os

estudantes se tornem protagonistas de sua própria aprendizagem, desenvolvendo competências essenciais para a sociedade contemporânea" (p. 87).

No entanto, a implementação da Educação 4.0 enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à infraestrutura tecnológica e à capacitação de professores. Segundo Behar (2018), "a inclusão digital deve ser um compromisso das políticas públicas educacionais, assegurando que todos os alunos tenham condições de aproveitar os benefícios da tecnologia no aprendizado" (p. 115).

Diante desse cenário, a Educação 4.0 representa uma mudança significativa na forma como o conhecimento é produzido e compartilhado. A adoção dessa abordagem exige investimentos em infraestrutura, formação docente e desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras para garantir uma educação mais equitativa e alinhada com as demandas do futuro.

Inteligência Artificial e Personalização do Ensino

A Inteligência Artificial (IA) tem se mostrado uma ferramenta promissora para a personalização do ensino, permitindo adaptar o processo de aprendizagem às necessidades individuais dos alunos. Como destacam Kotseruba e Tsotsos (2018), a IA, aliada às neurociências, tem possibilitado avanços significativos na compreensão dos processos cognitivos, o que pode ser aplicado para criar sistemas educacionais mais eficazes. A personalização do ensino, nesse contexto, não se limita à adaptação de conteúdos, mas envolve a identificação de estilos de aprendizagem, ritmos e dificuldades específicas de cada aluno, promovendo uma experiência educacional mais significativa (Vicari, 2021).

Um dos principais benefícios da IA na educação é a capacidade de processar grandes volumes de dados, o que permite identificar padrões de aprendizagem e oferecer feedbacks personalizados em tempo real. Como observa Vicari (2021), os Sistemas Tutores Inteligentes (STIs) são exemplos de aplicações da IA que utilizam modelos de aprendizagem de máquina para acompanhar o desempenho dos alunos e sugerir atividades adaptadas às suas necessidades. Esses sistemas não apenas ajudam os alunos a superar dificuldades, mas também permitem que os professores tenham uma visão mais clara do progresso de cada estudante, facilitando a tomada de decisões pedagógicas.

A IA também tem sido utilizada para promover a criatividade e o pensamento crítico, habilidades essenciais no século XXI. Como apontam Veale e Cardoso (2019), a Criatividade Computacional, área que explora o uso da IA para gerar conteúdos artísticos e científicos, pode ser aplicada na educação para estimular a produção de conhecimentos de forma inovadora.

No entanto, a implementação da IA na educação não está isenta de desafios. Um dos principais obstáculos é a necessidade de grandes volumes de dados para treinar os algoritmos, o que pode levantar questões éticas relacionadas à privacidade e ao uso de informações pessoais dos alunos. Como destacam Russell (2020) e Vicari (2021), é fundamental que o desenvolvimento e a aplicação de sistemas de IA na educação sejam guiados por princípios éticos, garantindo que os benefícios dessas tecnologias sejam acessíveis a todos os alunos, sem comprometer seus direitos individuais.

Além disso, a IA ainda enfrenta limitações em relação à compreensão de aspectos mais subjetivos da aprendizagem, como as emoções e a motivação dos alunos. Embora avanços na área de computação afetiva tenham permitido a criação de sistemas capazes de reconhecer e responder a emoções humanas, como aponta Picard (1998), a complexidade dos processos emocionais ainda representa um desafio para a IA. Nesse sentido, a integração entre IA e neurociências pode ser uma abordagem promissora para superar essas limitações, permitindo o desenvolvimento de sistemas educacionais mais sensíveis às necessidades emocionais dos alunos.

Outro desafio é a necessidade de formação docente para o uso eficaz das tecnologias de IA. Como observam Mishra e Koehler (2006), a integração de tecnologias na educação exige que os professores desenvolvam conhecimentos tecnológicos, pedagógicos e de conteúdo (TPACK), de forma a utilizar essas ferramentas de maneira crítica e reflexiva. A formação docente, portanto, deve incluir não apenas o domínio técnico das tecnologias de IA, mas também uma reflexão sobre como essas ferramentas podem ser utilizadas para promover uma aprendizagem mais significativa e inclusiva.

Apesar dos desafios, a IA tem o potencial de transformar a educação, promovendo uma personalização do ensino que atenda às necessidades individuais dos alunos e prepare-os para os desafios do século XXI.

Tabela 1 – Principais aspectos da Inteligência Artificial aplicada à Personalização do Ensino.

Aspecto	Descrição
<i>Personalização do Ensino</i>	Adaptação do ensino às necessidades individuais dos alunos, identificando estilos de aprendizagem e dificuldades específicas.
<i>Sistemas Tutores Inteligentes (STIs)</i>	Uso da IA para acompanhar o desempenho dos alunos e sugerir atividades personalizadas.
<i>Criatividade Computacional</i>	Aplicação da IA na criação de conteúdos inovadores para estimular criatividade e pensamento crítico.
<i>Questões Éticas</i>	Desafios relacionados à privacidade e ao uso de dados dos alunos para treinar algoritmos.
<i>Compreensão das Emoções</i>	Limitações da IA na interpretação das emoções e motivação dos alunos, exigindo integração com neurociências.
<i>Formação Docente</i>	Necessidade de capacitação docente para o uso eficaz das tecnologias de IA na educação.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Kotseruba e Tsotsos (2018), Vicari (2021) e Veale e Cardoso (2019).

Como destacam Kotseruba e Tsotsos (2018), a integração entre IA e neurociências pode levar ao desenvolvimento de sistemas educacionais mais eficazes, capazes de adaptar-se às necessidades cognitivas e emocionais dos alunos. No entanto, para que esse potencial seja plenamente realizado, é fundamental que o desenvolvimento e a aplicação dessas tecnologias sejam guiados por princípios éticos e pedagógicos claros, garantindo que os benefícios da IA sejam acessíveis a todos os alunos.

Metodologias Ativas e Tecnologias Digitais no Ensino

As metodologias ativas têm ganhado destaque no cenário educacional como uma abordagem que coloca o aluno no centro do processo de aprendizagem, promovendo a autonomia, a colaboração e a construção de conhecimentos. Como destacam Moran, Masetto e Behrens (2015), as metodologias ativas buscam superar o modelo tradicional de ensino, centrado na transmissão de conhecimentos, e promover uma aprendizagem mais significativa e engajada. Nesse contexto, as tecnologias digitais assumem um papel fundamental, oferecendo ferramentas e recursos que facilitam a implementação dessas metodologias em sala de aula.

Uma das principais características das metodologias ativas é a ênfase na resolução de problemas e na aprendizagem baseada em projetos. Como apontam Christensen, Horn e Johnson (2012), essas abordagens incentivam os alunos a aplicar

conhecimentos teóricos em situações práticas, promovendo o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, a criatividade e a colaboração. As tecnologias digitais, nesse sentido, oferecem recursos como plataformas colaborativas, simuladores e ferramentas de análise de dados, que permitem aos alunos explorar e resolver problemas de forma mais autônoma e interativa.

A aprendizagem baseada em jogos é outra metodologia ativa que tem sido amplamente utilizada com o apoio das tecnologias digitais. Como destacam Kenski (2012), os jogos educativos oferecem uma experiência de aprendizagem imersiva e motivadora, que pode ser adaptada às necessidades e interesses dos alunos. Além disso, os jogos digitais permitem a coleta de dados sobre o desempenho dos alunos, oferecendo feedbacks personalizados e ajudando os professores a identificar dificuldades e ajustar suas estratégias pedagógicas.

As tecnologias digitais também têm sido utilizadas para promover a aprendizagem colaborativa, uma abordagem que enfatiza a construção de conhecimentos por meio da interação entre os alunos. Como observam Palloff e Pratt (2004), plataformas digitais como fóruns, wikis e redes sociais podem facilitar a comunicação e a colaboração entre os alunos, permitindo que eles compartilhem ideias, discutam conceitos e trabalhem juntos em projetos. Essa abordagem não apenas promove a aprendizagem significativa, mas também desenvolve habilidades sociais e emocionais essenciais para o século XXI.

No entanto, a implementação de metodologias ativas com o apoio das tecnologias digitais não está isenta de desafios. Um dos principais obstáculos é a necessidade de formação docente para o uso eficaz dessas ferramentas. Como destacam Mishra e Koehler (2006), a integração de tecnologias na educação exige que os professores desenvolvam conhecimentos tecnológicos, pedagógicos e de conteúdo (TPACK), de forma a utilizar essas ferramentas de maneira crítica e reflexiva.

Outro desafio é a necessidade de infraestrutura adequada para o uso das tecnologias digitais em sala de aula. Como apontam Mendes Netto et al. (2020), a falta de acesso a dispositivos e conexões de internet de qualidade pode limitar a implementação de metodologias ativas, especialmente em contextos de ensino remoto emergencial. Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas de educação priorizem o investimento em infraestrutura tecnológica, garantindo que todos os alunos tenham acesso às ferramentas e recursos necessários para uma aprendizagem ativa e engajada.

Como destacam Moran, Masetto e Behrens (2015), a integração dessas abordagens pode ajudar a superar os limites do modelo tradicional de ensino, preparando os alunos para os desafios do século XXI. No entanto, para que esse potencial seja plenamente realizado, é fundamental que a formação docente e as políticas públicas de educação priorizem o desenvolvimento de habilidades e infraestruturas necessárias para o uso eficaz dessas metodologias e tecnologias.

Em síntese, as metodologias ativas e as tecnologias digitais representam uma abordagem promissora para a educação no século XXI, promovendo uma aprendizagem mais significativa, colaborativa e engajada. No entanto, a implementação dessas abordagens exige uma formação docente adequada, infraestrutura tecnológica e uma reflexão crítica sobre como essas ferramentas podem ser utilizadas para promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

Desafios e Barreiras na Implementação da Tecnologia Educacional

A implementação de tecnologias educacionais, embora promissora, enfrenta uma série de desafios e barreiras que precisam ser superadas para garantir sua efetividade e equidade. Um dos principais obstáculos é a falta de infraestrutura adequada, especialmente em regiões mais carentes. Como apontam Mendes Netto et al. (2020), a ausência de dispositivos eletrônicos e conexões de internet de qualidade limita o acesso de escolas e alunos a ferramentas digitais, especialmente em contextos de ensino remoto emergencial. Essa desigualdade no acesso à tecnologia pode aprofundar as disparidades educacionais, excluindo estudantes de baixa renda dos benefícios das inovações tecnológicas.

Outro desafio significativo é a resistência à mudança por parte de professores e gestores educacionais. Como destacam Kenski (2012) e Moran, Masetto e Behrens (2015), muitos educadores ainda se sentem desconfortáveis com o uso de tecnologias digitais em sala de aula, seja por falta de familiaridade com as ferramentas, seja por receio de que as tecnologias substituam seu papel no processo educativo. Essa resistência pode ser agravada pela falta de formação adequada, que muitas vezes não prepara os professores para integrar as tecnologias de forma crítica e reflexiva em suas práticas pedagógicas (Mishra & Koehler, 2006).

A formação docente é, de fato, um dos maiores desafios na implementação de tecnologias educacionais. Como observam Almeida e Valente (2011), a simples introdução de ferramentas digitais nas escolas não garante uma transformação pedagógica significativa. É necessário que os professores desenvolvam conhecimentos tecnológicos, pedagógicos e de conteúdo (TPACK), de forma a utilizar as tecnologias de maneira integrada e alinhada aos objetivos educacionais. No entanto, muitos programas de formação docente ainda não incorporam de forma efetiva o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), deixando os professores despreparados para enfrentar os desafios da educação no século XXI.

Além disso, a falta de planejamento e de políticas públicas consistentes também representa uma barreira significativa. Como destacam Coll (2009) e Loureiro, Lima e Soares (2014), a implementação de tecnologias educacionais exige um planejamento cuidadoso, que envolva não apenas a aquisição de equipamentos, mas também a formação de professores, a criação de conteúdos digitais e a avaliação contínua dos resultados. No entanto, muitas iniciativas governamentais e institucionais ainda se limitam à compra de dispositivos, sem considerar a necessidade de uma abordagem mais holística e integrada.

Questões éticas e de privacidade também emergem como desafios importantes na implementação de tecnologias educacionais. Como apontam Russell (2020) e Vicari (2021), o uso de sistemas de Inteligência Artificial (IA) e outras tecnologias que coletam dados dos alunos pode levantar preocupações sobre o uso indevido de informações pessoais e a violação da privacidade. É fundamental que o desenvolvimento e a aplicação dessas tecnologias sejam guiados por princípios éticos claros, garantindo que os dados dos alunos sejam utilizados de forma segura e responsável.

Outro desafio é a falta de engajamento dos alunos com as tecnologias educacionais. Embora as TDICs tenham o potencial de tornar a aprendizagem mais interativa e motivadora, como destacam Kenski (2012) e Palloff e Pratt (2004), muitos alunos podem se sentir sobrecarregados ou desmotivados pelo uso excessivo de ferramentas digitais, especialmente se essas ferramentas forem mal utilizadas ou não estiverem alinhadas com seus interesses e necessidades. É essencial que as tecnologias sejam utilizadas de forma equilibrada, promovendo uma aprendizagem significativa sem sobrecarregar os alunos.

A falta de suporte técnico e de manutenção também representa uma barreira significativa. Como observam Behar (2018) e Hodges et al. (2020), muitas escolas e instituições de ensino não contam com equipes técnicas especializadas para garantir o funcionamento adequado das tecnologias educacionais. Isso pode levar a problemas como falhas nos equipamentos, dificuldades de acesso a plataformas digitais e interrupções no processo de ensino e aprendizagem, comprometendo a eficácia das iniciativas tecnológicas.

Conclusão

No século XXI, a evolução tecnológica tem desempenhado um papel central na redefinição dos processos de ensino e aprendizagem, trazendo novas oportunidades, mas também desafios significativos.

É importante destacar que a implementação de tecnologias educacionais não deve ser vista como a única solução para todos os problemas da educação. Foi possível constatar que as tecnologias são ferramentas que podem potencializar o processo educativo, mas não substituem a necessidade de uma reflexão crítica sobre os objetivos e as práticas pedagógicas. A implementação de tecnologias deve ser acompanhada por uma mudança cultural e pedagógica, que promova uma educação mais inclusiva, equitativa e significativa.

Assim, a implementação de tecnologias educacionais enfrenta uma série de desafios e barreiras, desde a falta de infraestrutura e formação docente até questões éticas e de engajamento dos alunos. Para superar esses obstáculos, é fundamental que as políticas públicas e as práticas educacionais adotem uma abordagem integrada, que considere não apenas a aquisição de tecnologias, mas também a formação de professores, o planejamento pedagógico e a garantia de acesso equitativo.

Referências

ALMEIDA, M. E. B. de; VALENTE, J. A. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?** São Paulo: Paulus, 2011.

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BEHAR, P. A. **Competências em educação a distância**. Porto Alegre: Penso, 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CHRISTENSEN, C. M.; HORN, M. B.; JOHNSON, C. W. **Inovação na sala de aula: como a inovação disruptiva muda a forma de aprender**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

COLL, C. Aprender y enseñar con las TIC: expectativas, realidad y potencialidades. In: CARNEIRO, R.; TOSCANO, J. C.; DÍAZ, T. (Org.). **Los desafíos de las TIC para el cambio educativo**. Madrid: Fundación Santillana, 2009. p. 113-126.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

HODGES, C. et al. The difference between emergency remote teaching and online learning. **EDUCAUSE Review**, 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 10 fev. 2025.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2012.

KOTZERUBA, I.; TSOTSOS, J. K. 40 years of cognitive architectures: core cognitive abilities and practical applications. **Artificial Intelligence Review**, v. 53, p. 17-94, 2018.

LIMA, L.; LOUREIRO, R. A aprendizagem significativa do conceito de tecnodocência: integração entre docência e tecnologias digitais. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 14, n. 1, p. 1-10, jul. 2016.

LOUREIRO, R.; LIMA, L.; SOARES, A. Docência universitária no contexto das tecnologias digitais da informação e comunicação. In: XIX CONGRESSO INTERNACIONAL DE INFORMÁTICA EDUCATIVA, 19., 2014, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Faculdade 7 de Setembro, 2014. p. 503-508.

MENDES NETTO, C. et al. Docência e uso de tecnologias digitais em ensino remoto emergencial. **Revista Tecnologias na Educação**, v. 8, n. 17, p. 1-7, dez. 2020.

MISHRA, P.; KOEHLER, M. J. Technological pedagogical content knowledge: a framework for teacher knowledge. **Teachers College Record**, v. 108, n. 6, p. 1017-1054, 2006.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2015.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. **O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes online**. Porto Alegre: Penso, 2004.

PICARD, R. W. **Affective computing**. Cambridge: MIT Press, 1998.

RUSSELL, S. **Human compatible: artificial intelligence and the problem of control**. New York: Viking, 2020.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO. **Information communication technology in education: a curriculum for schools and programme of teacher development**. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001295/129538e.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

VALENTE, J. A. A espiral da aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação: repensando conceitos. In: JOLY, M. C. (Org.). **A tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 15-37.

VICARI, R. M. Influências das tecnologias da inteligência artificial no ensino. **Revista Inteligência Artificial**, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2021.

INFORMAÇÕES SOBRE OS ORGANIZADORES DA OBRA

Marcelino Gomes de Araújo

Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioemocional (Multidisciplinar)

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - campus VIII

Arcoverde, Pernambuco, Brasil

marcelino.araujo@adm.educacao.pe.gov.br

Maurício Aires Vieira

Doutor em Educação

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

mauriciovieira@unipampa.edu.br

Carlos Daniel Chaves Paiva

Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática

Centro Universitário de Baturité

Crateús, Ceará, Brasil

chavespaivacarlosdaniel@gmail.com

Luan Jardel Costa do Nascimento

Pós Graduado em Docência do Ensino Superior

Faculdade de Ciências Aplicadas Piauiense - FACAPI

Valença do Piauí, Piauí, Brasil

luanjardel16121994@gmail.com

Claudiana Maria da Costa

Mestra em Filosofia

Universidade Federal do Piauí

Valença do Piauí, Piauí, Brasil

claudinha.neuri30@gmail.com

Tamires Cristina Bonani Conti

Doutora em Linguística

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Ribeirão Bonito, São Paulo, Brasil

tamy_bonani@hotmail.com

Cristiane de Oliveira Cavalcante

Mestra em Educação Brasileira

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Caucaia, Ceará, Brasil

cristianecavalcante15@gmail.com

Francisca Eliane Santos Forte

Especialista em Gestão Escolar: Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional

FACULDADE PROMINAS

Caucaia, Ceará, Brasil

elianeforted@gmail.com

Lidiane da Silva Rogério Mota

Especialista em Gestão e Coordenação Escolar

Faculdade de Tecnologia Darcy Ribeiro

Fortaleza, Ceará, Brasil

lidyrogerio7@gmail.com

